

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2017-2021**-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E UM.**-----

-----**ATA NÚMERO CENTO E CINQUENTA E OITO**-----

----- Aos vinte e sete dias do mês de julho de dois mil e vinte e um, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, por Videoconferência e Presencial, em Sessão Extraordinária, reunião sob a presidência do seu Presidente efetivo, Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, Primeira Secretária em Exercício e Segunda Secretária, respetivamente.-----

----- Para efeitos de cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 24.º-A do Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atual, regista-se que a presente reunião foi realizada, na modalidade mista, que combina com o formato presencial e a videoconferência, através da plataforma “Teams”.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais.-----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva Morais, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Inácio da Silva Ramos Antunes de Faria, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de

Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel Tadeu Costa, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Ricardo de Sant'Ana Godinho Moreira, Ricardo João de Oliveira Marques, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Natacha Machado Amaro, José Roque Alexandre, Rosa Maria Carvalho da Silva, Daniela Fernanda Cartaxo Serralha, Maria João Bernardino Correia, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Luís Duarte de Albuquerque Carreira e Francisco Maria Rosa Fialho Camacho. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ana Margarida Tabora Duarte Martins de Carvalho, António Modesto Fernandes Navarro, Fernando Manuel Moreno D'Eça Braamcamp e Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira. -----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia. -----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputado Municipal José Roque Alexandre. -----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Francisco Camacho. -----

----- Fernando Correia (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Natacha Machado Amaro. -----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz. -----

----- António Avelãs (IND), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Daniela Serralha. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice Presidente João Paulo Saraiva, Vereador Ricardo Veludo e Vereadora Celeste Correia. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Pedro Gonçalves Pereira, Nuno Correia da Silva, Nuno da Rocha Correia, João Pedro de Abreu Costa e Ana Rita Costenla. -----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, já temos quórum vamos dar início à nonagésima oitava sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Lisboa, centésima quinquagésima oitava sessão.-----

----- Propriamente antes de começar eu queria agradecer a todos os Senhores Deputados e Grupos Municipais que de uma forma ou outra manifestaram o seu pesar pela morte da minha mãe e, pelo minuto de silêncio que fizeram. Muito obrigado”-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:--

----- “Vamos passar ao Período de Intervenção do Público, está inscrito o Senhor José █████ Santo, que vai estar presencialmente e que vai apresentar fotos.-----

----- Portanto, tem a palavra o Senhor José █████ Santo, vai falar da colocação de uma ciclovia em frente ao *stand* de automóveis, na Rua Castilho n.º 235-A, que não permite a saída do estacionamento de carros uma vez que as multas são consecutivas. -

----- Tem a palavra o Senhor José █████ Santo.”-----

----- **O Município, Senhor José █████ Santo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “*Muito boa tarde, o meu nome é José █████ Santo, █████ um estabelecimento na Rua █████.*-----

----- *Infelizmente há cerca de um ano fizeram lá uma ciclovia em que ninguém consegue parar os carros, cada vez que █████ do stand é sempre um problema, a polícia está sempre em cima!*-----

----- *Se forem ver as redes sociais, passam lá miúdos com cinco e seis anos, com bicicletas e a própria polícia acha que tem razão!*-----

----- *Eu quero uma solução, gostava de ter uma solução ou que me deem uma solução para resolver este problema que é consecutivo, como █████ junto de uma multa...”-----*

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu peço aos serviços e aos Senhores Deputados que estão *online* que não perturbem a intervenção do município!-----

----- Faça favor, Senhor José █████ Santo!”-----

----- **O Município, Senhor José █████ Santo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “*Porque na mesma rua há várias situações para a mesma solução.*-----

----- *O meu passeio se eu lá puser um carro, não posso pôr porque tenho pinos, mais abaixo existem esplanadas, existe uma bomba de gasolina, portanto, nunca ninguém se preocupou, eu estou lá há vinte anos como município perguntar qual era a solução?*-----

----- *Portanto, fizerem lá a ciclovia e acabou!*-----

----- *E se uma pessoa for atropelada por uma bicicleta, nem consegue saber quem é o dono da bicicleta, porque não tem matrícula!*-----

----- Agora não consigo entender como é que isto é possível, sem falarem com as pessoas, prejudicar alguém que tem um estabelecimento comercial há vinte anos, nem uma Junta de Freguesia, nem ninguém, lá chegar e perguntar!-----

----- Portanto, gostava que me ajudassem a resolver a situação? Dando uma licença, pagando!-----

----- Porque, antigamente em frente à minha loja, - que depois eu mostro com fotografias - fizeram lá agora uma coisa à liberdade, tudo bem, não sou contra isso, mas havia um parque de estacionamento em frente e deixou de haver!-----

----- Agora todos os dias, na sexta-feira indispus-me com um agente da autoridade, que junto até uma cópia da multa que o senhor não consegue compreender, nem ninguém consegue compreender o que ele escreveu e eu estava junto ao carro.-----

----- Agora gostava que alguém e estou-me a repetir, nunca ninguém tendo ■ de automóveis, que é preciso um sítio para tirar e pôr automóveis, chegou ao pé de mim a perguntar seja o quer que fosse, está certo?-----

----- Muito obrigado!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Por favor, qualquer documentação e o que for deixe para nós enviarmos à Câmara.”-----

----- **O Município, Senhor José ■ Santo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tenho documentação, inclusive a última multa que foi tão cega do polícia que o senhor não consegue ler, nem eu!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mas deixe-nos isso!”-----

----- **O Município, Senhor José ■ Santo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Está tudo junto.”-----

----- (O Município, Senhor José ■ Santo, deixou fotografias e documentos que se encontram arquivados nos serviços da Assembleia Municipal de Lisboa.)-----

----- **O Município, Senhor José ■ Santo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar ao ponto seguinte, aos votos de pesar, eu pedia à Virgínia Estorninho que lesse o Voto 158/01 do CDS-PP, Voto de Pesar por António Norton de Matos, a nova versão que é um voto apresentado pelo CDS-PP.”-----

----- **VOTO DE PESAR n.º 158/01 (CDS-PP) – (Subscrito pelo Grupo Municipal do CDS-PP) VOTO DE PESAR “Voto de Pesar por António Norton de Matos”;**----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra procedeu à leitura do Voto de Pesar:-----

----- “**VOTO DE PESAR** por -----  
 ----- **ANTÓNIO NORTON DE MATOS** -----  
 ----- *Faleceu a 22 de julho António Pedreira de Castro Norton de Matos, fundador do CDS e Deputado à Assembleia Constituinte, eleito pelo círculo de Viana do Castelo. --*  
 ----- *Natural de Lisboa, onde nasceu em fevereiro de 1935, António Norton de Matos era licenciado em engenharia química e desenvolveu extensa atividade profissional em diversas empresas nacionais, como administrador.*-----  
 ----- *Integrou a equipa de engenharia que liderou a Expo 98 e recebeu um louvor público, expresso na Resolução n.º 5/99 da Presidência do Conselho de Ministros, pelo seu particular contributo para a conceção, planeamento e execução do projeto. --*  
 ----- *No âmbito da atividade partidária, entre muitos outros contributos, dirigiu o jornal do CDS «Democracia 76».*-----  
 ----- *Dedicou os últimos anos à atividade agrícola na propriedade da sua família, situada em Moreira do Lima.*-----  
 ----- *António Norton de Matos era um homem bom e de fortes convicções, e um exemplo para quantos com ele privaram.*-----  
 ----- *Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em sessão plenária, expressa o seu profundo pesar pelo falecimento de António Pedreira de Castro Norton de Matos e apresenta à família as suas sentidas condolências.*-----  
 ----- *Lisboa, 23 de Julho de 2021*-----  
 ----- *O Grupo Municipal do CDS-PP*-----  
 ----- *Diogo Moura”*-----  
 ----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
 ----- “Vamos passar à votação do **Voto de Pesar 158/01 (CDS-PP) – Nova Versão**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Daniela Serralha, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto de Pesar 158/01 (CDS-PP) – Nova Versão**, foi aprovado **por unanimidade**.-----  
 ----- (Ausência do Deputado Municipal Independente Raul Santos nesta vocação)-----  
 ----- **VOTO DE PESAR n.º 158/02 (Mesa) – (Subscrito pela Mesa, pelos Grupos Municipais do PS,PEV, e do BE e por 4 Deputados(as) Municipais Independentes) VOTO DE PESAR “Voto de Pesar pela morte de Otelo Saraiva de Carvalho”;**-----  
 ----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra procedeu à leitura do Voto de Pesar:-----  
 ----- “*Voto 158/02 (MESA)*-----  
 ----- *Pesar pela morte de Otelo Saraiva de Carvalho* -----  
 ----- *Em inícios de 1974, estando parado uma noite no semáforo de um cruzamento em Lisboa, Otelo Nuno Romão Saraiva de Carvalho, nascido a 31 de agosto de 1936, em Lourenço Marques, vê um vulto no carro ao lado baixar o vidro, dirigindo-se-lhe.*

*E reconhece o general António de Spínola com quem se cruzara durante a guerra colonial na Guiné-Bissau, onde estivera em comissão. -----*

*----- Cumprimenta-o e pergunta-lhe pelo livro que o general andaria a preparar. -----*

*----- - O Marcelo (Caetano) não me deixa publicar. Diz que se demite. -----*

*----- - Ainda Bem. É isso mesmo que nós pretendemos. E nem acredito que Américo Tomás aceitasse a demissão. -----*

*----- Sugere então a Spínola que avance, pois pode contar com o apoio do “Movimento”. -----*

*----- - Não serei um general que colabore em qualquer acção que leve ao derrube deste Governo. -----*

*----- O “Movimento”, conhecido como o “Movimento dos Capitães”, entregara, em 28 de Agosto de 1973, uma exposição ao Presidente da República, ao Presidente do Conselho, aos Ministros da Defesa Nacional, do Exército, da Educação Nacional, e ainda ao Secretário de Estado do Exército. Figurando Otelo entre os signatários.-----*

*----- E, a 5 de Dezembro de 73, aprovara uma proposta de «continuar a apresentar ao governo reivindicações de carácter exclusivamente militar, e com a maior realidade, mas de natureza tal que o executivo não tenha possibilidades de as satisfazer, como forma de pressão que leve à demissão do próprio governo, ou ao devido encaminhamento para a primeira hipótese». Elegendo ainda uma Comissão Coordenadora, que se manteve até 25 de Abril de 74, constituída por Vasco Lourenço, Vítor Alves e Otelo Saraiva de Carvalho.-----*

*----- Já em 1974, em Janeiro, representando a Comissão Coordenadora, Vasco Lourenço e Otelo encontram-se com Spínola informando-o dos acontecimentos de Moçambique e da indignação de muitos oficiais, revelando-lhe a intenção de difundir uma circular sobre o caso. António de Spínola adverte-os, mas não se opõe, e um mês depois, em casa de Otelo, é sugerido o estudo da situação das forças militarizadas, GNR, PSP e GF, bem como da Legião Portuguesa (LP) e da DGS, por ser evidente que se oporiam ao Movimento em caso de confrontação. Dias depois, Vasco Lourenço e Otelo Saraiva de Carvalho são enviados ao encontro de António de Spínola, procurando obter informações sobre o sentido da anunciada comunicação de Marcelo Caetano à Assembleia Nacional, no dia seguinte. -----*

*----- A 11 de Março, Otelo encontra-se com António Ramos, ajudante-de-campo de Spínola, a pedido deste último. É sugerido a Otelo que o Movimento adopte uma posição de protesto contra a cerimónia de solidariedade dos oficiais-generais para com o Governo, prevista para 14 de Março. -----*

*----- Otelo, Casanova Ferreira, Manuel Monge, José Maria Azevedo, Geraldês, Luís Macedo e Garcia dos Santos elaboram um “Plano de Operações” e a 22 de Março, juntam representantes dos três ramos das Forças Armadas: Melo Antunes, Otelo Saraiva de Carvalho, Hugo dos Santos, Almada Contreiras e Pedro Lauret. -----*

*----- Melo Antunes dá a conhecer a primeira versão do programa político do Movimento, que merece a aprovação de todos os presentes. -----*

----- Devido à sua partida para os Açores, entrega nessa mesma noite o documento a Vítor Alves, e combina com Otelo Saraiva de Carvalho um telegrama em código que o informe do início das operações.-----

----- Otelo encontra-se com Rafael Durão a 23 de Março, mas os pára-quedistas mantêm total reserva quanto à sua participação em qualquer acção militar.-----

----- A 24 realiza-se a última reunião da Comissão e Otelo assume a responsabilidade de elaborar um plano de operações e preparar a acção. O golpe é marcado para o período de 22 a 29 do mês seguinte. Vítor Alves fica encarregado da direcção política.-----

----- Otelo trabalha na elaboração do Plano de Operações, com as informações preciosas que Vítor Alves, Sanches Osório, Franco Charais e Costa Brás conseguem no Estado Maior do Exército, onde estão colocados. Chegam-lhe às mãos o quadro da orgânica operacional da PSP, da Força de Intervenção do Exército, das Forças de Reserva do Governo, o dispositivo das forças da Legião Portuguesa do Continente e, finalmente, as mais recentes movimentações de material de guerra (incluindo meios de transmissões) pelas unidades do Exército. Obtém ainda importantes informações sobre a GNR.-----

----- A 4 de Abril, Spínola recebe o projecto de Programa do Movimento e introduz algumas alterações, entre as quais a da constituição de um Governo Militar para cumprimento do Programa. Quanto aos generais, António de Spínola sugere Diogo Neto e Jaime Silvério Marques.-----

----- A 15, Otelo reúne com Jaime Neves e Morais da Silva e alguns oficiais de patente mais baixa da Escola Prática de Infantaria, a fim de serem ultimados pormenores quanto às respectivas missões, e inicia reuniões com delegados das unidades para distribuição das missões previstas no plano de operações (Unidades do Norte).-----

----- A 18, encontra-se com Alexandre Aragão, representante do Movimento em Bissau com quem combina uma alternativa de acção, caso o Movimento venha a falhar em Lisboa. A alternativa previa a neutralização de todos os comandos que se opunham ao Movimento e a abertura de negociações com o PAIGC vinte e quatro horas depois da acção em Portugal.-----

----- A 23, Garcia dos Santos, Jaime Neves e Otelo, reúnem no Regimento de Engenharia 1, fica pronto o Posto de Comando e conseguem a neutralidade dos Fuzileiros Navais.-----

----- A 24 de Abril de 1974 Otelo entrega aos elementos de ligação as “Instruções Finais” e o “Anexo de Transmissões”, em envelopes fechados e dissimulados no jornal A Época, operação realizada no Parque Eduardo VII.-----

----- Às 4 da manhã do dia 25 de Abril de 1974 o povo português toma conhecimento de que está em marcha uma revolução e que “o Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas apela a todos os habitantes da cidade de Lisboa no sentido de recolherem a suas casas, nas quais se devem conservar com a máxima calma”-----

----- Na madrugada de 25 de Julho de 2021, Otelo Nuno Romão Saraiva de Carvalho morre no hospital militar de Lisboa aos 84 anos.-----

----- *A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em sessão plenária no dia 27 de Julho de 2021, manifesta o seu mais profundo pesar, guardando um minuto de silêncio em sua memória, e dando conhecimento deste voto à família e à Associação 25 de Abril. Lisboa, 27 de Julho de 2021* -----

----- *O Presidente* -----

----- *José Leitão* -----

----- *O 1º Secretário* -----

----- *António Avelãs*-----

----- *O 2º Secretário* -----

----- *Virgínia Estorninho*” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Vamos passar à votação.-----

----- Desculpe só há um voto de Pesar, mas qual é a questão? Pode ter a palavra sim!” -

----- **A Senhora Deputada Municipal, Margarida Penedo (CDS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, muito obrigada!-----

----- Há dois Votos de pesar, o de Otelo Saraiva de Carvalho e António Norton de Matos!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Já foi aprovado!”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Margarida Penedo (CDS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pois, mas o que nós queríamos pedir era que os minutos de silêncio fossem feitos em separado?” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não é possível, não é praxe, não vamos introduzir alterações!”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Margarida Penedo (CDS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pronto, fica o nosso pedido, gostava que ficasse registado em ata!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Com certeza, mas só há um minuto de silêncio! -----

----- Vamos passar á votação!-----

----- Sim! Faça favor, mas eu peço respeitem a dignidade do momento e não venham com questões agora nesta altura que vamos passar à votação.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Franco (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Respeitando a dignidade do momento e aceitando perfeitamente o teor da Proposta da Mesa de Voto de Pesar pelo falecimento de Otelo de Carvalho, só sugeria entendam como uma sugestão que, no preâmbulo que antecede o texto se faça uma



referência que é pelo papel estratégico do Otelo Saraiva de Carvalho no 25 de Abril, o que nós estamos a votar, é isso e mais nada!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhor Deputado, o voto aguardou durante vários dias propostas, o voto tem a redação que tem é subscrito pela Mesa e pelos PEV e pelo e pelo PS e vai ser sujeito à votação!” -----

----- Vamos passar à votação do **Voto de Pesar 158/02 (Mesa)**. Votos contra do CDS-PP, PPM, Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, abstenções do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV, Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Daniela Serralha, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto de Pesar 158/02 (Mesa)**, foi aprovado por **maioria**.-----

----- (Ausência do Grupo Municipal do MPT e do Deputado Municipal Independente Raul Santos nesta vocação)-----

---- (Neste momento, foi feito um minuto silêncio pelo falecimento de António Norton de Matos e Otelo Saraiva de Carvalho)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Muito obrigado senhores deputados.-----

----- Penso que há duas declarações de voto orais, portanto a Senhora Deputada Aline Beuvink pode usar da palavra!” -----

----- **O Grupo Municipal do PPM**, apresentou a seguinte **Declaração de Voto Oral**:-

----- **A Senhora Deputada Municipal, Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra, fez a seguinte declaração de voto oral:-----

----- “Obrigada Senhor Presidente.-----

----- Foi com alguma perplexidade que vi a Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa, propor um voto de pesar por alguém apenas referindo uma parte da sua vida!-----

----- Se Otelo Saraiva de Carvalho que tivesse morrido a 26 de Abril 74 poderia ser considerado um herói, pelo menos aos meus olhos! Pelo que fez em conjunto com outros no 25 de Abril. -----

----- Mas não! A partir desse dia comportou-se de forma diametralmente oposta ao que fizera! Teve atitudes ditatoriais, foi responsável por vários crimes em que os mais graves foram ser responsável por uma organização terrorista que matou várias pessoas, incluindo crianças, assinou mandatos de captura em branco com um fascíola.-

----- O menor dos crimes foi recentemente em 2011, incitaram um Golpe de Estado por força militar para alterar o nosso Estado de Direito que, como sabem é punível com pena de prisão entre 1 a 12 anos, segundo os Artigos 325º e 326º e apesar de estarem todos a aclama-lo pelo que fez no 25 de Abril de 74, ele próprio afirmou que estava arrependido de o ter feito!-----

----- Portanto, eu não faço minutos de silêncio, nem votos de pesar a assassinos, terroristas condenados pela justiça portuguesa e que só não cumpriram pena, porque foram amnistiados, não é esta a minha noção de democracia! -----

----- Por mim, que a terra lhe seja bem pesada pelos crimes que cometeu! -----

----- Espanta-me que a Mesa da Assembleia, branqueie crimes de um condenado só falando de uma parte, não é a história que o vai julgar porque a justiça portuguesa já o julgou! A história vai julgar aqueles que o branquear!-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Não sei se há mais alguma declaração oral, se não passamos à frente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, o CDS pretende fazer uma declaração de voto!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Faça favor!”-----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou a seguinte **Declaração de Voto Oral**:-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte declaração de voto oral:-----

----- “Boa tarde a todos!-----

----- O CDS votou contra este voto de pesar por Otelo Saraiva de Carvalho porque ninguém tem uma vida perfeitamente imaculada!-----

----- Nem é sobre isso que nos pronunciamos quanto temos votos de pesar, consideramos até que, nestas ocasiões é perfeitamente normal que se puxe pelo lado bom das pessoas, pelo legado que deixaram.-----

----- Otelo Saraiva de Carvalho foi um dos mentores e executores do 25 de Abril, o ato pelo qual merece ser conhecido e se esse fosse somente o seu currículo seria magnífico e teria a nossa adesão sem reservas, num momento como este até poderíamos ser condescendentes com os excessos que praticou durante o PREC.-----

----- Porém, Otelo Saraiva de Carvalho foi muito mais, como já se referiu foi um obreiro da liberdade e da democracia e depois atentou contra ambas ao fundar e dirigiu um grupo de terrorista, as Forças Populares 25 de Abril, que durante sete anos em pleno regime democrático praticava alternância política, assassinou, praticou saltos, extorsões em nome de Abril. Não! Não foi para isso que se fez o 25 de Abril!---

----- Otelo foi julgado e condenado na qualidade de dirigentes desta organização criminosa! Condenado pela justiça foi indultado por políticos, mas nenhum do CDS! Não pagou a sua dívida para com a sociedade e nunca se arrependeu.-----

----- Nunca nos promiscuámos de homenagear as nossas personalidades que estiveram nos nossos antípodas políticos, a única regra é não terem as mãos manchadas de sangue. Não é o caso de Otelo Saraiva de Carvalho!-----

----- Neste momento, o nosso pensamento fica somente com as vítimas que nunca tiveram uma homenagem do Estado ou de qualquer outra entidade pública!”-----

----- Obrigado!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado Senhor Deputado.-----  
----- Penso que não há mais declarações de voto oral.-----  
----- Realmente, felizmente, vivemos na liberdade conquistada a 25 de Abril, permite inclusive ter estas diferenças de opinião sobre as pessoas que participaram no 25 de Abril.”-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **1. APRECIACÃO DA PETIÇÃO 15/2021 – “PELA CRIAÇÃO DO SILO / ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO NA PARADA DO ALTO DE SÃO JOÃO”, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA BASE - 56 MINUTOS E 15 SEGUNDOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;**-----

----- (A Petição nº 15/2021 fica anexada à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 8ª Comissões Permanentes**, fica anexado a esta Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante)-----

----- (A **Recomendação nº 158/01 (8ª CP)**, fica anexada à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante).-----

----- (ADIADA)-----

----- **2. APRECIACÃO DA PETIÇÃO 12/2021 – “NÃO À CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE 4 000 M<sup>2</sup> NA TRAVESSA ARTUR LAMAS”, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA BASE - 56 MINUTOS E 15 SEGUNDOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;**-----

----- (A Petição nº 12/2021 fica anexada à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 8ª Comissões Permanentes**, fica anexado a esta Ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante)-----

----- (A **Recomendação nº 158/01 (8ª CP)**, fica anexada à presente Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Vamos passar ao período da ordem do dia. Ponto 1, Petição 15/2021 – “Pela criação do Silo / estacionamento subterrâneo na Parada do Alto de São João”, essa petição foi adiada a pedido das duas peticionárias.-----

----- Vamos passar, portanto, a apreciação da Petição 12/2021 – “Não à construção de edifício de 4 000 m<sup>2</sup> na Travessa Artur Lamas”, portanto, eu dou a palavra as peticionárias, a Senhora Marta Silva Lopes e depois Adriana Almeida que estão a noite, portanto, tem a palavra a Senhora Marta Silva, faça favor!”-----

----- **A Munícipe, Senhora Marta Silva Lopes**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia, senhores deputados e a todos os presentes.-----

----- Sobre este assunto da petição que foi apresentada, eu gostaria só de informar que, desde a fase em que ela foi aqui apresentada, neste momento, temos mais assinaturas e estamos com um total de 331.-----

----- Eu vou procurar, não me alongar nesta intervenção. Portanto, nós rececionámos uma notificação da Câmara Municipal e sobre esse ofício temos algumas questões, algumas dúvidas mantêm-se, mas há uma pergunta que eu gostaria de me dirigir sobre o assunto especificamente que é no conceito das residências de estudantes. Portanto, o parecer que é dado de aprovação é baseado numa portaria de 2001 e num ofício de 2004, do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. E é curioso que aí essa definição de residência de estudantes é como equipamento de utilização coletiva. -

----- E em 2020, nós temos um PDM que está em vigor, que teve pelo menos 5 alterações desde 2004, alterações, revisões e é curioso como é que este conceito que é definido pelo próprio Ministério do Território, não é integrado no PDM. Portanto, essa é a minha pergunta o porquê? Provavelmente não terá sido um esquecimento, um erro do PDM? -----

----- Portanto, o PDM é claro quando define o conceito de residências de estudantes, definiu como uso habitacional, efetivamente os estudantes vão lá viver e vão fazer desse espaço a sua habitação, claramente este equipamento, ao contrário de uma universidade ou de uma escola em que presta esse, sim, uma ação social e coletiva. A residência de estudantes, pelo contrário, pode ser complementar, mas claramente é um edifício de habitação! -----

----- Portanto, a minha pergunta é, ao não existir esta integração do conceito no PDM, que eu não acredito que seja por erro ou omissão, se simplesmente este conceito de equipamento coletivo podemos designa-lo como um chapéu ou uma janela aberta às exceções que o PDM prevê para os equipamentos? -----

----- Eu gostava de salientar também que, na altura em que este conceito foi definido pelo Ministério e passo a citar o teor da própria notificação que foi feita pelo Ministério à Câmara Municipal: *“Este enquadramento foi dado no âmbito de projetos de financiamento público há um conjunto de residências universitárias integradas no serviço de ação social da respetiva instituição de Ensino Superior, com o objetivo de conceder apoios específicos no acesso ao alojamento dos estudantes deslocados, com prioridade para os economicamente carenciados.”* Ora, isto não é claramente o caso, nós estamos perante um projeto de uma residência de estudantes que não têm este objetivo. -----

----- É curioso também que, inclusivamente nesta sessão existe um outro projeto residência de estudantes que também está a ser contestado. Vários são os projetos deste género que têm vindo a ser contestado na cidade de Lisboa. E é curioso que eles tocam nos motivos, seja por excesso de índices construtivos, seja por áreas permeáveis produzidas, compatibilização com a envolvente, etc., ou seja, eu gostaria de perguntar, no fundo, de onde é que vêm estas exceções e estas subjetividades, em que a Câmara Municipal de Lisboa subscreve como parâmetros tipo ou morfológicos, ou seja, a subjetividade está acima dos parâmetros urbanísticos. -----

----- E é só, muito obrigada!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada! -----

----- Tem a palavra a Senhora Adriana Almeida.” -----

----- **A Muniçipe, Senhora Adriana Almeida**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Caro Presidente, caríssimos deputados, agradeço desde já o tempo dispensado. --

----- Estamos aqui para demonstrar a nossa insatisfação perante as respostas dadas, tanto ao ofício enviado pela Junta de Freguesia de Alcântara, portanto, às questões colocadas pelos moradores, as respostas são dadas evocando o regulamento, contudo os moradores apoiam-se na leitura de um processo que não responde as obrigações do RPDM, e daí as nossas preocupações. -----

----- Até à data não nos foi facultada a leitura do processo completo com as devidas especialidades de forma a esclarecer as questões técnicas que foram levantadas e que a Câmara Municipal garante que estão a ser cumpridas. Portanto, teremos nós que acreditar que a Câmara irá garantir os interesses dos moradores do bairro. -----

----- Uma das questões que foram levantadas na nossa audição com a Assembleia e que mereceu a vossa atenção foi a questão dos aparelhos de ventilação. Se virem a resposta à pergunta número três viram que, no último parágrafo, temos a frase: “*no caso de se verificarem anomalias, os aparelhos terão de ser insonorizados e, eventualmente, retirados.*” -----

----- Portanto, de que forma esta resposta salvaguarda os interesses dos moradores? E porque razão a aprovação deste licenciamento não fica condicionada à presença de aparelhos de ventilação e insonorizados? E por que razão a Câmara Municipal de Lisboa prefere correr o risco de inviabilizar a vivência deste edifício já que, ele depende máquinas para ventilar? Para nós isto é completamente incompreensível! -----

----- Uma outra questão que colocámos foi relativa ao alinhamento dos vãos dos edifícios contíguos e da existência de um perfil completo das ruas no processo. Portanto, confirmou-nos que foram entregues esses perfis completos das ruas, contudo - e não sei se é possível a partilha do ecrã - eu poderei mostrar-vos que os perfis que estão no processo são apenas em relação ao novo edifício com edifício contíguo, mostrando um claro desfasamento dos vãos, principalmente na Rua Pinto Ferreira, portanto, não há no processo que nós temos conhecimento, o tal perfil completos da Rua Pinto Ferreira e da Rua Arthur Lamas. -----

----- Também e, referente à pergunta 18 do termo de responsabilidade da equipa de estabilidade, o meu prédio pelo menos não recebeu nenhuma notificação de que seriam feitas inspeções no terreno e esse registo de carta enviada é emocionado na resposta da Câmara Municipal de Lisboa, contudo não vem anexado e, portanto, eu não consigo garantir que foi, de facto, enviado. -----

----- Relativamente à captação de estacionamento da residência, fizeram-nos chegar o Despacho n.º 84-P de 2020, que é o tal estudo que foi referido, que foi feito em 33 residências durante os dias 9 e 13 de março de 2020. Este questionário foi respondido por 83% dos moradores nas residências e que levaram ao critério técnico estava

omisso no Anexo 10 do RPDM. Portanto, este documento que estabelece mínimos e máximos de referência para o estacionamento para cada 100 estudantes residentes, refere também que deverão ser incluídos lugares de estacionamento para velocípedes e motociclos e cujo dimensionamento resulta numa capitação equivalente a um mínimo de 15 lugares por cada, 100 residentes, o processo conta apenas com 10 lugar estacionamento de bicicleta, portanto, tanto ao nível de estacionamento não cumpre o Anexo 10 cumpre este Despacho n.º 84-P, ao nível de estacionamentos bicicletas, também, não está a ser cumprido. -----

----- Portanto, relativamente às outras questões colocadas só confrontando a documentação com os projetos de especialidades, sabemos que está tudo dentro do Regulamento e até à data, não tivemos acesso a estes projeto! -----

----- Ainda sobre o tema dos estacionamentos e que foi aquilo que mais preocupou as entidades que nos ouviram. O Gabinete do Vereador, Ricardo Veludo traz-nos duas soluções e aqui só posso falar por mim, são completamente descontextualizadas da discussão que foi tida!-----

----- A primeira solução diz que irão desenvolver um estudo de requalificação da Praceta Chinquilha, ponderando uma solução que incorpora um parque de estacionamento subterrâneo e para localizar a Praceta Chinquilha é a interseção da Calçada da Boa-Hora com a Rua Diogo Cão, portanto, é uma zona húmida, uma zona de circulação e de acumulação de água, portanto, fará sentido recorrermos ao erro sistemático de construção de parques subterrâneos em zonas vulneráveis a cheias? -----

----- A segunda hipótese que nos deram era retirar espaço público ao projeto da Santa Casa da Misericórdia, com o Alvará n.º 2 de 2017, para reforçar a oferta de estacionamento público, quando já indicámos que o bairro carece de espaço público e, aliás, ele é praticamente inexistente. Portanto, não confiamos que os nossos interesses estão a ser salvaguardados. Primeiro, porque é óbvio e claro no documento que nos foi entregue, a presente proposta tem interesse público e de uma forma mais alargada para a cidade, mas também para o território e esta é a visão da Câmara Municipal. -----

----- Também é visão o negócio feito pela Universidade Lusíada que chegou ao cúmulo de furta uma lona de protesto, apesar de alegadamente, não ter estado envolvida neste processo e este é um negócio da Promiris que teve o descaramento de contactar a Junta de Freguesia de Alcântara para discutir as peça...” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Peço que conclua que já ultrapassou num minuto o tempo!” -----

----- **A Muniçipe, Senhora Adriana Almeida**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “.... e, pronto, não deixa de ser curioso a celeridade do processo a partir do momento em que surgimos na comunicação social. -----

----- A terminar, é uma frase, queria reforçar que este processo é conflituoso pela pressão demográfica que irá criar e as consequências que traz para o bairro. Neste quarteirão vivem trezentas pessoas, este edifício irá alojar 166 num lote de mil metros

quadrados, penso que os números são claros e dizem tudo relativamente à natureza deste processo. -----

----- Muito obrigada!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Tem a palavra o Relator, o Senhor Deputado Mário Patrício.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Patrício (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Presidente obrigado pela palavra, boa tarde também à Mesa, a todos os deputados municipais e também à Câmara presentes na reunião, assim como cumprimentar as senhoras peticionárias que representam todos os peticionários que assinaram esta petição.-----

----- Dar nota que foram identificadas uma série de questões e de problemas pelos peticionários ou quais foram acrescentadas outras questões formalizadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara relativamente a este edifício que irá ser construído na Travessa Artur Lamas.-----

----- Eu não vou de ler o relatório na sua totalidade, até porque ele é contrariamente aquilo que foi dito pelas peticionárias, as questões foram respondidas, mas não ao encontro daquilo que era a sua expectativa.-----

----- Nós analisámos, portanto, os trabalhos na 3ª Comissão, os deputados analisaram todas estas questões, foi um parecer votado por unanimidade, mas que eu retomaria as recomendações e fazia notas das mesmas para ver petições futuras que acho que é importante fazer esta situação que é:-----

----- A recomendação n.º 1 que, recomenda-se à Câmara quando questionada pelos munícipes ou pelas Juntas de Freguesia, de modo célere, tendo em conta que a informação deve ser disponibilizada com clareza e transparência. Portanto foi algum que também foi aqui referido pelas peticionárias.-----

----- E também no Ponto 2 das recomendações que em situações futuras, reforce os mecanismos de divulgação e participação junto da população diretamente e indiretamente afetadas e avalie a possibilidade de realização de sessões públicas. Mais uma coisa que acabou de ser referenciada pelas peticionárias.-----

----- Portanto, são estas nossas recomendações, agradecer mais uma vez as senhoras peticionárias e a todos os restantes 329, portanto, são 331 que representam e agradecer este ato de cidadania.-----

----- Obrigado, Senhor Presidente!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Relator.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado David Amado do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal David Amado (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, senhora secretária, senhor Presidente, senhores deputados.-----

----- Queria inicialmente cumprimentar Marta e a Adriana pela exposição que fizeram e na pessoa da Marta e da Adriana todos os restantes peticionários.-----

----- Eu só queria três a quatro pontos muito breves senhoras e senhores deputados, isto não é uma mera petição, é uma petição de todas as pessoas que moram naquele bairro, ou seja, das 331 pessoas que ali moram das 331 pessoas assinaram esta petição, portanto, senhores deputados, senhor vereador, senhores elementos da Câmara presentes, isto é uma mera petição, é uma petição de todas as pessoas que moram naquela zona.-----

----- Agora relativamente à questão em concreto, os senhores deputados da 3ª Comissão com as recomendações que fizer e muito bem, dizem que tem que haver celeridade, clareza e transparência naquilo que é respostas. Ora bem, nós, quando tivemos acesso ao projeto que decorreu das reuniões da Câmara, afinal esse projeto não era o atual, não era o inicial, já tinha sido alterado, mas baseamo-nos nesse primeiro projeto para colocar uma série de questões. -----

----- Questões, essas que surgiram numa análise que fizemos nós, enquanto freguesia, profunda de toda aquela temática. A resposta que passado algum tempo veio, claramente para nós, enquanto freguesia não estão a esclarecidas de forma cabal até por um motivo muito claro, é que remetem para um projeto, remetem para documentos que nós não temos acesso! -----

----- Ou seja, nós enviámos também já no decorrer da resposta da Câmara, um ofício ao senhor vereador a pedir de forma clara, que nos seja facultado em suporte digital ou então o projeto final com todas as especialidades para que exista da parte da freguesia, a capacidade de avaliar ou não, se concordo ou não, como aquilo que são as respostas da Câmara Municipal, porque nós não tenho essa capacidade, mas não temos acesso aos documentos, ou seja, é-nos dado uma série de resposta e essas propostas são baseadas em documentos que ninguém tem acesso.-----

----- Portanto, aquilo que nós pedimos é, como diz e muito bem a primeira recomendação do Senhor Deputado Mário Patrício no relatório, clareza, transparência e disponibilização de informação.-----

----- Volto a dizer que são 331 assinaturas, numa zona da freguesia onde moram 330 pessoas.-----

----- Portanto, 100% da população daquelas ruas têm questões no que concerne a estas residências de estudantes e claramente os peticionários não estão esclarecidos, nós não estamos esclarecidos e achamos que a Câmara não pode dar uma aprovação final a este projeto sem enviar a informação defendida pela Junta e presidida pelos peticionários de forma que se esclareça de forma cabal de toda esta situação, volto a dizer que não é uma mera petição é uma oposição de 100% das pessoas que ali moram, assinar esta petição que têm dúvidas na construção desta residência privada junto a Travessa Artur Lamas. -----



----- E eu tenho mais duas questões que eu queria para concluir. Todo este processo começou de forma bastante estranha, reparem, os peticionários, os moradores que todos os que assinaram esta petição, a Junta de freguesia descobriu por mero acaso que existia esta intenção na construção naquele espaço de uma residência privada de estudantes, porque houve uma empresa que foi inicialmente começar a tentar fazer sondagens estavam alguns vizinhos a passar em conversa lhe disseram o que e tencionavam que ali acontecesse! -----

----- Isto não é maneira de comunicar com a comunidade, não é maneira de comunicar com as freguesias, o ter desconhecimento total este tipo de situações, com a agravante ainda de que existe a obrigatoriedade legal de o promotor informar todos os edifícios, prédios limítrofes da intenção de construção deste edifício, o que não aconteceu! Logo aí nesta fase inicial, levanta-se logo muitas questões sobre esta questão!-----

----- Relativamente, as questões técnicas, a Adriana falou algumas e eu aguardarei, a Junta de Freguesia aguarda serenamente que a Câmara responda ao nosso ofício, nos envie então o projeto com as especialidades para que se possa tecnicamente fazer uma avaliação e concordar ou discordar forma democrática com aquilo que foi a posição da Câmara. -----

----- Agora a questão do estacionamento, reparam a Câmara, o Senhor Vereador assume que existe um grave problema de estacionamento com a construção desta residência, porque propõe um estudo para a construção de um estacionamento subterrâneo que nunca ade ter menos do que cem a duzentos lugares na Praceta do Chinquilha e propõe a alteração do plano de construção do edifício da Santa Casa na rua contígua à Diogo Cão com mais de 50 ou 60 lugares, portanto, estamos a falar para resolver esse problema que a Câmara assume que existe da falta de estacionamento que ainda vai ser agravada com a residência, um estudo e a alteração do plano para mais cento e tal lugares, mas não se coloca a questão de não aprovar a este projeto até se resolverem e verificar como é que se resolve nesta situação!-----

----- E para terminar, Senhor Presidente, só 331 assinaturas de 331 peticionários que moram naquelas ruas, toda a gente assinou esta petição a Junta de Freguesia também não concorda com este projeto, têm-se várias dúvidas, portanto, aquilo que pedimos é que o Senhor vereador e Câmara Municipal de Lisboa cumpram aquilo que é a primeira recomendação do Senhor Deputado Relator, que a informação seja disponibilizada com clareza, transparência e nunca antes disso seja aprovado, finalmente o projeto! -----

----- Terminei Senhor Presidente, obrigado! -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Inácio Faria do MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente, vou tentar cumprir os prazos regimentais, se não o fizer conceder-me-á um minuto extra, muito obrigado. -----

----- Começo a minha intervenção agradecendo aos 291 peticionários, Senhor Presidente, caros colegas, senhor Vice-presidente... não está aqui está lá fora mas é como se estivesse e público presente. -----

----- Dizia eu, começo a minha intervenção agradecendo aos 291 peticionários por trazerem a esta Assembleia este documento e às duas Senhoras Peticionárias por estarem hoje qui conosco...dizia eu que este documento contesta, não a construção de uma residência universitária na Travessa Artur Lamas, em Alcântara, mas sim a sua volumetria e altura, a falta de espaço disponibilizado para estacionamento público, bem como a ausência de espaços verdes num bairro em que a densidade de construção é já extremamente elevada. -----

----- Acresce que os moradores peticionários se afirmaram, ainda, preocupados com o possível impacto negativo que a obra possa ter no que diz respeito à poluição sonora causada pelo elevado número de aparelhos de climatização previsto para a cobertura do novo edifício e ao controlo do caudal de escoamento da água pluvial numa localização de elevada vulnerabilidade a inundações, preocupações estas a que aqui também se referiram as duas Senhoras Peticionárias. -----

----- Caros colegas, a opção pelo licenciamento de uma operação urbanística cujos excessos de densidade e volumetria compromete a imagem e a vivência do espaço em que se insere, bem como a ausência de informações claras e transparentes e a falta de audição prévia das populações interessadas e da Junta de Freguesia envolvida, aliás aqui bem patente nas declarações das duas Senhoras Peticionárias, são apenas alguns dos factos que os Senhores peticionários alegam e que foram objecto da Recomendação número 158/02 da 3.<sup>a</sup> Comissão Permanente, cujo teor acompanharemos favoravelmente e que são, infelizmente, comuns aos invocados em muitas das petições que dão entrada nesta Assembleia Municipal. -----

----- Facto é que quase todas as Petições que dão entrada nesta casa sobre questões urbanísticas seguem todas o mesmo tipo de preocupações e resistência dos moradores que se sentem afectados: foi o que assistimos no Largo do Rato com o projecto do designado como o “mono do rato”, ou no quarteirão da Avenida Fontes Pereira de Melo, ou na operação integrada de Entrecampos e é o que se discute, neste preciso momento, em relação aos loteamentos do Alto do Restelo, que foram expressivamente rejeitados pelos moradores da zona bem como pela própria Junta de Freguesia de Belém e que o executivo camarário finalmente percebeu que se tornou num verdadeiro pedregulho na bota socialista. -----

----- No caso concreto desta Petição hoje em análise, todos sabemos que a oferta de residências universitárias em Lisboa está ainda muito longe da procura real, mas, tal como acontece em relação às graves carências de habitação acessível na cidade, no Partido da Terra lamentamos que na resolução destes problemas o actual Executivo camarário aposte quase exclusivamente na construção nova em detrimento da reabilitação do já edificado, incluindo do seu próprio património devoluto e em muito

mau estado, cuja dimensão e estado de conservação permanece ainda hoje um verdadeiro mistério. -----

----- Termine Senhor Presidente, afinal não preciso de um minuto extra, termino a minha intervenção com uma pergunta relacionada com esta questão da reabilitação de imóveis em mau estado de conservação e que o Governo, através do Decreto-Lei n.º 30/2019 de 26 de Fevereiro, aprovou o plano de intervenção para a requalificação e construção de residências de estudantes, que prevê a reabilitação de mais de 250 imóveis no país. -----

----- E a pergunta que se me oferece fazer à Câmara...que estará por aí algures... neste final de mandato é: afinal quantos imóveis estão a ser reabilitados pelo município lisboeta para este fim?-----

----- E por último, então sim Senhor Presidente, uma vez que o Senhor Vice-Presidente não está aqui nem nenhum dos Senhores Vereadores, penso eu, será que a notícia ...isto portanto será para si para transmitir à Câmara...será que a notícia vinda hoje a público sobre a discussão em reunião privada do executivo camarário de um projecto para requalificar um conjunto de três edifícios abandonados na Av. Fontes Pereira de Melo irá cumprir o desiderato da recuperação do imobiliário degradado na nossa cidade e, ao mesmo tempo, suprir as carências de habitação acessível na cidade de Lisboa com a oferta de uma residência universitária neste local?-----

----- Muito obrigado!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura do CDS-PP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, boa tarde a todos!-----

----- Em primeiro lugar, saudar a iniciativa dos cidadãos na apresentação desta petição, extremamente importante, não esta petição mas como todas as petições que nos apresentam que, nos ajudam a construir melhor a cidade e muitas vezes a reparar aquilo que podem ser erros que o executivo camarário esteja a fazer na intervenção na cidade, neste caso, na intervenção urbanística. -----

----- Já foi aqui falado dos problemas que existe nesta zona de residência, nomeadamente grande densidade urbanística e dos problemas de estacionamento que já eram preocupantes nesta zona e ainda para mais com a construção deste edifício e desta residência universitários.-----

----- A Câmara deu-nos nota, como também já foi aqui dito que, após várias reclamações de moradores teve um contacto com a Junta de Freguesia de Alcântara para avaliar a situação e que terminou o estudo de requalificação da Praceta dos Chiquinho e que será ponderar uma inclusão de uma solução de estacionamento subterrâneo. -----

----- Eu acho que pode ser uma solução plausível, aceitável, mas sabemos que é uma obra cara e que demora alguns anos e, portanto, era preciso que a Câmara também nos dissesse se efetivamente já existe planos para isso e se o vai efetivamente fazer, porque se nós formos olhar para o aspeto da cidade e para aquilo que são parques de estacionamento prometidos nos últimos 15 anos, temos muitas propostas de parques de estacionamento subterrâneos para resolver problemas estacionamento nas zonas mais críticas da cidade e a maior parte nessas soluções, nunca avançaram. -----

----- Portanto, intenções e todo aquilo que está no papel, depois não passar à prática é o mesmo que nada e não resolve o problema, nomeadamente dos peticionários e das pessoas que estes peticionários representam. -----

----- Depois também, fala-se de uma alteração do Alvará do edifício da Santa Casa que, era importante também perceber em que ponto é que está esse acordo com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, no prédio contíguo a esta travessa, que possa permitir aqui um aumento do estacionamento existente.-----

----- E, portanto, era bom que a Câmara se comprometesse, que nos dissesse se isto efetivamente vai acontecer ou não, e acho que é muito importante mais uma vez dizer aquilo que nós temos vindo a dizer ao longo do mandato, que é algo que a Câmara não tem vindo a fazer, embora tenha aumentado a sua implementação na cidade, mas ainda de forma tão diminuta que é, o reforço do mecanismo de discussão pública e da audiência prévia dos moradores e nas pessoas na zona envolvente, quer comerciantes, quer moradores, continua a não acontecer! -----

----- E depois faz com que nós tínhamos que receber nesta Assembleia e bem, mas tínhamos que receber de forma reativa petições porque, os moradores não são ouvidos na resolução dos seus problemas e naquilo são obras, sejam da Câmara, sejam da Junta, sejam do Estado, tem um impacto relevante e significativo no espaço público, no espaço urbano e que lhes que criará ainda mais problemas aos já existentes.-----

----- Portanto, fazemos votos que efetivamente haja uma resposta concreta e, portanto, também gostaríamos que a Câmara hoje se comprometesse efetivamente diante os peticionários se concorda com as recomendações e se efetivamente aquilo que é a informação que nos foi enviada por parte de urbanismo, se ela será cumprida em tempo útil e quando? -----

----- Obrigado!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Natacha Amaro do PCP.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Vice-presidente, Senhores Deputados. -----

----- Começar por saudar as peticionárias hoje aqui presentes e todos os munícipes que subscreveram este texto. Não podemos nunca deixar de celebrar estes exemplos de participação e cidadania, trazendo à discussão problemas sentidos pelas populações. ---

----- O PCP irá aprovar as Recomendações constantes deste relatório da 3ª Comissão sobre a Petição relativa à construção na Travessa Artur Lamas por entendermos que estas incidem sobre dois dos principais problemas há muito identificados nesta Assembleia sobre as Petições que recebemos.-----

----- Um primeiro problema é a dificuldade de acesso à informação sobre os mais variados projectos, atempadamente, e a clareza (ou a falta dela) nessa mesma informação facultada. Os munícipes têm o direito à informação e a Câmara Municipal de Lisboa deve fazer um esforço para que a mesma seja disponibilizada rapidamente e de forma inteligível para todos.-----

----- O segundo problema, já tantas vezes reforçado em debates anteriores envolvendo petições recebidas na Assembleia, é a necessidade da Câmara encontrar formas de divulgação dos projectos e das alterações previstas para os territórios e a abertura de canais de participação e auscultação da população dessas zonas. -----

----- Sem informação e sem espaços de participação e opinião, é muito mais complicado enfrentar as dificuldades, às vezes incompreensões, e, mesmo, ultrapassar questões que até podem ser simples. E sobre isto, votaremos favoravelmente as duas recomendações. -----

----- Dito isto, gostaríamos de deixar algumas considerações sobre o edifício, propriamente dito, da Travessa Artur Lamas que suscitou esta Petição. Este edifício será uma residência universitária privada. O PCP defende a necessidade de mais residências como forma de encontrar soluções de alojamento para estudantes universitários cuja vulnerabilidade financeira não lhes permita pagar outro tipo de alojamento em Lisboa. Com a subida de preços da habitação dos últimos anos, a questão do alojamento tornou-se uma variável determinante para muitos estudantes poderem vir estudar para Lisboa ou não. Esta residência, sendo um projecto privado, será uma resposta de alojamento para estudantes, seguramente, mas para estudantes que podem suportar financeiramente qualquer outro tipo de alojamento. Sendo assim, é uma estrutura importante mas não tem as mesmas características nem objecto que as residências universitárias públicas, não surge nem é criada com o mesmo objectivo – disponibilizar alojamento para os estudantes universitários que mais precisam.-----

----- Este projecto, aquando da sua discussão na Câmara Municipal, levantou-nos inclusive um conjunto de questões e dúvidas (daí também a nossa abstenção do PCP nessa votação) que estão, algumas delas, plasmadas no texto dos peticionários cuja recomendação hoje estamos a debater. Ultrapassada a intenção inicial deste edifício ser meio residência universitária, meio alojamento local (o próprio relatório da Comissão refere essa situação), a verdade é que persistiram, do nosso ponto de vista, dúvidas em questões como a sua volumetria, o impacto em termos do estacionamento na zona e mesmo a questão da impermeabilização dos solos e zonas verdes. Estamos a falar de uma pequena Travessa na freguesia de Alcântara que passará a ter, não apenas de um lado mas dos dois lados, edifícios com uma altura e construção bastante

considerável o que tem sempre impactos a nível da vivência e fruição do espaço pelos moradores da zona. -----

----- Assim, agradecemos, uma vez mais, aos peticionários a oportunidade que a recepção desta petição nos deu de, aqui, podermos discutir esta questão.-----

----- Obrigada!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, Independente, com cedência de tempo de o senhor deputado Rodrigo Mello Gonçalves.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente também cedência tempo do Senhor Deputado Raúl Santos, agradecendo aos dois.-----

----- Em primeiro lugar agradecer aos peticionários e meus vizinhos transitórios porque vivi nessa zona, a petição que aqui trouxeram, dizer que, genericamente estou de acordo, estou de acordo com a mesma, e dizer também que em função desta e de outras petições que, no Ponto 8 hoje da Ordem de Trabalhos proporei uma alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa, com vista essencialmente a aumentar o crivo da consulta pública em projetos de grande dimensão na cidade e, melhor expliquei na altura e, também, àqueles projetos que integrem bens classificados em vias de classificação ou integrantes na Carta Municipal de Património.-----

----- Acredito enquanto Deputado Municipal que a ação do Município se enriquece numa dimensão de democracia participativa isto é, da possibilidade de os cidadãos preventivamente e participando em momento próprio no procedimento e não através do exercício do direito de petição meramente reativo, como estão a fazer neste momento, acredito que os cidadãos têm uma palavra a dar na construção da cidade e simultaneamente, da defesa daquilo que são os interesses difusos do direito ao ambiente e à qualidade de vida e ao património cultural.-----

----- E, portanto, agradeço penhoradamente intervenção dos peticionários e a sua iniciativa, agradeço penhoradamente intervenção do Senhor Presidente David Amado nesta matéria que, bem demonstrou a necessidade de um procedimento deste género. --

----- Sublinho a necessidade de que estes processos consulta pública serem mais divulgados e sobretudo que tenham intervenção das juntas de freguesia que hoje têm um papel importantíssimo numa cidade de mais de meio milhão de habitantes como Lisboa e, portanto, este é o meu combate, o vosso combate é o meu combate, não o é em documento nesta petição, mas é o documento próprio de uma proposta de alteração ao regulamento e que vem de acordo, aliás, a recomendações da 3ª Comissão que subscrevo integralmente e votarei a favor!-----

----- Bem hajam às peticionárias, minhas queridas vizinhas transitárias mas vizinhas de sempre, porque não esqueço Alcântara, não esqueço o Rio Seco, não esqueço a Diogo Cão, não esqueço a Junqueira, não esqueço toda essa zona e a alegria como me receberam no momento transitório a minha vida.-----

----- Muito obrigado a todas e a todos.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- Tem a palavra o Senhor Vereador Ricardo Veludo.”-----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado!-----

----- Obrigado Senhor Presidente, boa tarde, às senhoras e aos senhores deputados e boa tarde também à Senhora Marta Silva Lopes e à Adriana Almeida a quem agradeço a intervenção nesta reunião.-----

----- Eu gostava de fazer alguns esclarecimentos que são importantes fazer! Em primeiro lugar, acho que há aqui algumas questões de fundo e outras questões são mais específicas, começando pelas questões de fundo.-----

----- Nas interações que houve e nas perguntas que foram formuladas, sobressalta com preocupação de fundo, como, aliás, agora aqui durante a exposição que foi feita, uma preocupação com a insuficiente oferta de estacionamento para os residentes, naquele bairro. Isso é uma situação que já existe há muito tempo e agora existe uma preocupação acrescida, porque está prevista a construção de um edifício para uma residência de estudantes e compreendo essa preocupação que os moradores apresentaram e que nos enviaram tal como a Junta de Freguesia de Alcântara um conjunto extenso de perguntas que o procuramos responder o mais factual e objetivamente possível.-----

----- Relativamente à questão de fundo, eu reconheço que existe esse problema, este problema está lá e precisa de solução. A não construção deste edifício não resolve o problema da falta de estacionamento, há uma preocupação que o agrave e já lá iremos a essa preocupação.-----

----- Por isso é com uma certa surpresa que quer no ofício que recebi na Junta de Freguesia hoje, quer da exposição que foi aqui feita, se desvaloriza e desconsidera o esforço genuíno que estamos a fazer no sentido, não só do reconhecimento dessa preocupação legítima e real, factual dos moradores, com o procurar conciliar a requalificação do espaço público com um reforço de oferta de estacionamento público a uma distância percorrida à pé deste bairro, que estamos aqui a discutir por causa desta intervenção na Rua Artur Lamas. Mas se a Junta e os moradores consideram que isso não tem qualquer interesse, não se justifica, de facto, estarmos a fazer esse trabalho e propor esse investimento é preciso clarificar!-----

----- Portanto, fizemos isso, de facto, com total sensibilidade à argumentação que nos foi apresentada e procurámos ter um registo discussão sério, com seriedade intelectual

e, portanto, compreendendo o problema de fundo, fomos procurar soluções que permitam minimizar o problema que existe. E foi esse o espírito, o espírito e os termos e a fundamentação que está no meu despacho relativamente a esse assunto. -----

----- Depois relativamente às recomendações da Assembleia Municipal com as quais também concordo e gostava de dizer duas ou três coisas sobre cada uma delas: a primeira sobre a celeridade na resposta às questões colocadas. É verdade que demoramos mais tempo do que gostaríamos, mas eu creio que os senhores deputados em especial dos senhores deputados que fazem parte da Comissão de Urbanismo, da 3ª Comissão, são testemunhas do empenhamento da Câmara em responder a tudo, o mais célere possível e sobretudo mais factualmente possível e com a maior transparência possível. -----

----- E reconhecem que a vasta lista de perguntas que nos enviaram obrigou na prática para a preparação da sua resposta a uma reapreciação do processo! Coisa que foi feita, que eu pedi aos serviços para fazerem e foi feita essa reapreciação em conjunto e foi discutida comigo em duas reuniões, portanto, enviámos uma resposta preparada pelos serviços o mais detalhada possível e o mais factual possível. -----

----- Relativamente e só para terem uma ideia, nós por dia, recebemos entre 400 a 600 *emails* no meu gabinete com pedidos, sugestões, reclamações de várias entidades e cidadãos aos quais procuramos a todos responder no menor prazo possível. -----

----- Relativamente ao acesso à informação e às questões da transparência. Nós logo indicámos tendo o acesso ao processo existe a todo o tempo é uma questão de ser solicitado, é feita a marcação...” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vereador, eu pedia-lhe que sintetiza-se, porque já ultrapassou o tempo! --

----- Obrigado!” -----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, vou procurar sintetizar! -----

----- O ofício que requer a cópia do processo chegou hoje, tomei conhecimento dele minutos antes de entrar, chegou hoje e tem data de hoje, mas já dei indicações para ser respondido, para ser enviado os projetos de arquitetura e especialidades. -----

----- E em relação ao reforço da participação nas operações urbanísticas concordo completamente, aliás, eu tentei na proposta de alteração ao de RMUEL que vem hoje à Assembleia Municipal introduzir mecanismos de reforço da participação e de acesso de informação sobre a Gestão Urbanística, coisa que não foi aceite, digamos, juridicamente, porque não foi objeto de discussão pública. Mas esse debate aconteceu em reunião de câmara e os vereadores aprovaram creio que até foi por unanimidade, determinar que os serviços da câmara preparassem uma nova revisão ao RUMEL, ao Regulamento Municipal de Urbanização Edificação, coisa que eu terminarem nos próximos dias para precisamente sejam alterados os artigos conferem, não só, o reforço dos mecanismos para oferta de habitação acessível, mecanismos de compensação pela não cedência, etc., mas também, o acesso a informação da gestão



urbanística em especial dos processos que não vão a reunião de câmara e que, de facto, não são escrutinadas de ninguém e devem ser! -----

----- Também queria acrescentar a esse respeito que facultem formalmente, a Assembleia Municipal de Lisboa através da 3ª Comissão para que todos os grupos políticos tenham acesso ao sistema informático quando se faz a tramitação dos processos de gestão urbanística e, portanto, há indicação para que sejam dadas as credenciais de acesso aos assessores, às equipas que apoiou os grupos políticos para que possam ver diretamente sem terem que pedir nada e escutinar diretamente toda a tramitação dos processos, nesse sentido, para além, digamos, da necessidade que reconheço que existe e que concordo com ela e quero lutar por ela, pelo menos, enquanto aqui estiver, até novembro, para que e isso tenha letra de proposta para ser considerada no próximo mandato se os deputados que aqui estiverem, os vereadores cá estiverem também assim o entenderem. -----

----- Senhor Presidente muito obrigado pela sua tolerância aqui no tempo, eram uns esclarecimentos mais gerais e há mais específicos mas estes já estão vertidos nas respostas que foram dadas. -----

----- Muito obrigado!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vereador a tolerância deve-se ao PAN que cedeu o tempo para o efeito, muito obrigado! -----

----- Vamos passar à votação do **Recomendação 158/02 (3ª CP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Daniela Serralha, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação 158/02 (3ª CP)**, foi aprovado por **unanimidade**. -----

----- (Ausência dos(as) Deputados(as) Municipais Independente Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho nesta vocação)-----

----- **3. APRECIACÃO DA PETIÇÃO 16/2021 – “NÃO À CONSTRUÇÃO DE UMA MEGA RESIDÊNCIA PARA 600 ESTUDANTES NO CORAÇÃO DAS AVENIDAS NOVAS (AV. 5 DE OUTUBRO, ANTIGO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)”, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA BASE - 56 MINUTOS E 15 SEGUNDOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;**-----

----- (A **Petição nº 16/2021** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer da 3ª Comissões Permanentes**, fica anexado a esta Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante)-----

----- (A **Recomendação nº 158/03 (3ª CP)**, fica anexada à presente Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Vamos passar ao Ponto 3 - Petição 16/2021 – “Não à construção de uma mega residência para 600 estudantes no coração das Avenidas Novas (Av. 5 de Outubro, antigo Ministério da Educação)”-----

----- Portanto, dou a palavra ao Senhor Peticionário Pedro Soares Vieira.” -----

---- **O Município, Senhor Pedro Soares Vieira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde, Senhor Presidente da Mesa, senhoras e senhores deputados.-----

----- Eu queria começar por agradecer a todos os senhores e senhoras deputados que estiveram presentes ou que fizeram parte da audiência no passado dia 24 de junho sobre esta petição, em primeiro lugar pela forma cordial como eu foi recebido e, em segundo lugar por terem adotado vários dos temas que foram debatidos nessa comissão, nesse relatório que fizeram! -----

----- Como eu disse então esta petição é apenas conta a reconversão do antigo edifício do Ministério da Educação numa mega residência para 600 estudantes, tal como foi apresentado, nada tem contra residências universitárias antes, pelo contrário!-----

----- Dito isto eu gostaria de passar a explicar o que é que levou a exercer o meu direito de cidadania ativa e porque é que me opus a este projeto que vai alterar, irremediavelmente a vivência do bairro onde eu morro. -----

----- Em Abril de 2019 numa visita ao antigo Ministério da Educação, o Senhor Primeiro-ministro anunciou que fruto de uma ideia fora da caixa do Senhor Ministro da Educação, o edifício iria ser transformado em residência para 600 estudantes. -----

----- Como sou vizinho do edifício tentei-me informar-me mais sobre o projeto, mas apenas encontrei o que os jornais publicaram, é um projetos João Appleton, dos 12 andares do edifício três seriam destinados a zonas comuns e 9 alojamento a estudantes. -----

----- Fiz umas contas rápidas e assustei-me, 600 estudantes em 9 andares, ou seja, 66 estudantes por andar, num prédio que tem uma frente útil pouco mais de 20 metros, um verdadeiro Rossio na Betesga num quarteirão residencial, constituído por prédios de 8 andares com uma média de dois apartamentos por piso. Se tivemos em linha de conta agregados familiares de quatro pessoas são 64 habitantes por prédio, o que é uma diferença abismal para 600 que se propõem a camuflar num único prédio.-----

----- Não é preciso ser arquiteto para perceber a enormidade deste projeto e o impacto que terá sobre comunidade do bairro! -----

----- Desde do anúncio da obra interpelei por diversas vezes, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia das Avenidas Novas, a Doutora Ana Gaspar sobre a mesma obra, a última das quais na última sessão da Assembleia Geral de junho. A Senhora afirmou sempre desconhecer o projeto, que achei bastante estranho dada a dimensão do projeto e o facto de ser implementado no coração da freguesia!-----

----- O relatório da 3ª Comissão confirma agora que, afinal, a Senhora Presidente até já conhecia o projeto e é a favor do mesmo e até falou com os comerciantes locais, esqueceu-se dos residentes e pasme-se todos os comerciantes são a favor do projeto dadas as dificuldades que enfrentam, o contrário seria surpreendente. -----

----- É curioso que a senhora presidente não tenha falado com os moradores ou nada tenha dito quando fecharam os serviços do Ministério do IMT e do AICEP e quando cortaram rua há dois anos continuando fechada devido ao desabamento de prédios que nunca foram resolvidos, isso sim, matou comércio, a pandemia apenas o enterrou. Mas serão os comerciantes, os dignos representantes dos moradores, afinal, não moram lá e não são eles que vão viver dia e noite com 600 estudantes paredes meias!--

----- Não deveria uma obra desta dimensão que implica alteração de uso de um prédio inteiro que, aliás, isto foi discutido na petição anterior, com a enorme carga humana que lhe pretendem meter dentro, o movimento que causará nas ruas circundantes, estacionamento, vivência com a comunidade local, as alterações ao trânsito, o barulho a noite, etc., ser por obrigação alvo de um estudo de impacto ambiental ou que desse lugar a uma discussão pública, nem que fosse apenas com os moradores da região. -----

----- Pelos vistos não! Uma simples ideia fora da caixa de um qualquer ministro, permite fazer tábua rasa ao respeito básico pelos cidadãos que escolheram este quarteirão para viver, precisamente por tudo aquilo que tem para oferecer!-----

----- Esta zona outrora meia decadente atrai cada vez mais casais jovens que os seus filhos, sobretudo pela tranquilidade e pela centralidade que oferece, apesar de muitos para isso pagarem IMI's verdadeiramente pornográficos, mas isso é outro capítulo! ----

----- A própria Câmara investiu neste mesmo quarteirão, milhões de euros na aquisição e recuperação de um edifício para aí colocar jovens famílias com o programa de renda acessível. A tentativa de integração de comunidades novas na comunidade da Freguesia das Avenidas Novas nunca correu bem, recordo bairro social do Rego e do Arco Cego. Sei do que falo quanto ao Rego, vivi muitos anos na Avenida Santos Dumont quando ainda havia esquadra na Beneficência e depois na própria Santos Dumont, não eram poucas as noites em que ouviam-se tiros do outro lado da linha do comboio no bairro social. Sim, tiros e intervenções policiais diária, o bairro ainda lá está, os tiros não sei, provavelmente! Os vizinhos que já lá estavam antes de terem integrado o bairro social continuam desesperados!-----

----- Aquela que na altura foi também uma excelente ideia ajardinar o Jardim do Arco do Cego, deu para o torto, seguramente não houve um estudo de impacto nem discussão pública que tenha previsto aquela ideia de ajardinar e, bem, aquela zona iria atrair não só estudantes, mas toda uma população mais jovem que rapidamente transformou bem-intencionado Jardim num verdadeiro bar aberto, trazendo para uma zona residencial insegurança, barulho, desacatos, excesso de consumo de álcool e não só, que a Câmara até hoje não conseguiu pôr cobro. -----

----- Talvez o ambiente esteja agora temporariamente calmo, dadas as limitações da pandemia, mas quando acabar seguramente tudo, voltará ao mesmo! Vai-se voltar a repetir o mesmo erro na 5 de Outubro?-----

----- Queria dar só mais um exemplo, devido à pandemia, provavelmente já muitos esqueceram do comportamento estudantes finalistas do 12º ano, quando anualmente rumavam a Espanha nas férias da Páscoa e que ficavam concentrados em unidades hoteleiras em tudo semelhantes a residências, este tipo! Era triste, não era? -----

----- Alguns destes alunos no ano seguinte acabam em residências universitárias, recordo que para os mais esquecidos que, nos últimos anos até PSP era enviada para Espanha, durante essas viagens, para assegurar o bem-estar e segurança das populações local e até dos próprios estudantes, lembram-se?-----

----- Já agora por ser revelante, recordo que as Avenidas Novas perderam há muitos anos a única esquadra de polícia que tinham e o policiamento de proximidade tão apregoado é verdadeiramente virtual! -----

----- Não quero com isto diabolizar os estudantes, embora pareça, também já fui estudante e sou pai de duas filhas universitárias, apenas sou realista e tento antever antecipadamente, para o óbvio com exemplos concretos, há comportamentos associados aos anos que se passa na universidade e aí devem ser tidos, outros nem tanto! Seria muita ingenuidade ou pura maldade não antever que 600 alunos encafuados numa zona residencial não irão complicar a vida à comunidade social! Será isto justo para quem já lá vive? -----

----- Repito, o que disse em junho, sou cem por cento a favor das residências universitárias, mas no seu devido local e não, isto não é o cliché de que tudo é bonito desde que seja longe das nossas portas, trata-se de planeamento e ordenamento da cidade, deixando zonas residenciais, como tal, planificando no de vez um verdadeiro Campus Universitário de Lisboa, curiosamente nunca visto em qualquer programa eleitoral, o que não admira que depois resulte em medidas avulso como esta que hoje discutimos!-----

----- Tenho o privilégio de conhecer como poucos o que é viver em residências universitárias, no país onde mais existem e mais experiência há na sua gestão. Fiz toda a minha licenciatura nos Estados Unidos na Universidade Massachusetts em Amherst, localizada a hora e meia de Boston num Campus Universitário de 600 hectares, mesmo no limite da pequena cidade Amherst. Vive três anos nas residências universitárias até me ter mudado para fora do campus para um apartamento, frequentam essa Universidade 31.000 alunos dos quais 24.000 em licenciatura e 7.000 em mestrados e doutoramentos. -----

----- É considerada atualmente nos Estados Unidos, o melhor exemplo de integração de alunos em residências, a grande maioria dos alunos vivem em sete núcleos residenciais, em residências universitárias distribuídos pelo campus entre zonas de aulas, refeitórios, cultura, desporto, lazer, comércio e jardins que acabam por se fundir com cidade. Destes sete núcleos de residências um alojá 5.000 em cinco torres de 22 andares e 11 blocos de residências de três andares, os restantes núcleos são constituídos por pequenos prédios-----

----- As torres construídas nos anos 60 geraram diversos problemas, sobretudo, de disciplina entre os residentes. Recordo que até que a sua capacidade foi reduzida para um máximo de 350 alunos por torre.-----

----- Recordo que, na 5 de Outubro, querem ter 600 alunos em 9 andares no meio de uma zona residencial. -----

----- A experiência que tive durante este tempo, permite-me olhar para este projeto com enorme estupefação, sentido crítico e muita apreensão, por muito que tente não

consigo compreender esta ideia! Em Lisboa temos a Cidade Universitária com enormes espaços completamente subaproveitados, muito deles com parque de estacionamento. Parece que, finalmente irão construir e ainda bem, uma residência para pouco mais de 60 alunos. -----

----- Fruto mau planeamento desde o início, a Cidade Universitária não tem qualquer vida depois das aulas acabarem e como todos sabemos, é palco de enormes insegurança com assaltos e até homicídios, precisamente por nunca se ter construído um polo verdadeiramente residencial que lhe desse vida. -----

----- Não faria todo o sentido colocar este 600 alunos na Cidade Universitária em diferentes edifícios concebidos de raiz para esse fim!-----

----- O prédio do Ex-Ministério da Educação, localizado numa das mais procuradas zonas residenciais de Lisboa, seguramente que se fosse vendido para habitação como foi o AICEP, mesmo ao lado ou para serviços, ou até para uma tão necessária residência para seniores no centro da cidade, renderia vários milhões de euros aos cofres do Estado que poderiam ser investidos na construção de raiz de residências universitárias na Cidade Universitária, iniciando-se finalmente uma tão necessária transformação daquele espaço.-----

----- Essa sim seria uma verdadeira ideia fora da caixa para Lisboa que, beneficiaria em primeiro lugar os alunos, em segundo lugar a Cidade Universitária e em terceiro os comerciantes que teriam um comércio de valor acrescentado e por fim, os residentes que manteriam a sua vizinhança, tal como deve ser uma zona residencial de excelência em pleno coração de uma capital, como é Lisboa! -----

----- Muito obrigado!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Tem a palavra o Relator, o Senhor Deputado Miguel Teixeira.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Teixeira (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente começar por cumprimenta-lo a si e aos senhores membros da Mesa e às senhoras e senhores deputados, cumprimentar os 253 peticionários e naturalmente pelo exercício da cidadania ativa que surge uma vez mais expresso nesta petição.-----

----- O relatório referente à Petição n.º16/2021 - Não à construção de uma mega residência para 600 estudantes no coração das Avenidas Novas, tem como enquadramento que após a saída do antigo Ministério da Educação da Avenida 5 de Outubro, com o cruzamento da Avenida Elias Garcia, o edifício então ocupado ficou sem qualquer utilização.-----

----- A petição em análise foi apresentada por um grupo de cidadãos que defendem que o projeto previsto para o antigo edifício do Ministério da Educação na Avenida 5 de Outubro, consideram eles que é um erro e a sua concretização deve ser impedida pelas razões seguintes: “*A vivência entre alunos universitários e os residentes locais, infelizmente, não tem corrido da melhor forma nas Avenidas Novas. O bairro do Arco*-----

*do Cego, outrora uma pacata zona residencial, viu-se transformado em zona de lazer para estudantes.*”, dizem os peticionários.-----

----- Os peticionários consideram ainda que: *“As residências estudantis devem existir, sim! Não é isso que está em causa nesta petição.”*, que apresentam dizem os peticionários. Dizem no entanto que elas: *Deveriam ser localizadas junto dos campus universitários, não só para facilitar o acesso dos alunos às faculdades, mas também para dinamizar essas zonas, que tradicionalmente são polos “abandonados” após o horário de aulas e durante os fins-de-semana.*” -----

----- A 3ª Comissão ouviu os peticionários nas pessoas dos Senhores Pedro Vieira, André Queiroga e Pedro Duarte, este manifestar o seu desagrado, pelo facto do Ministério da Educação prevê para o edifício anteriormente ocupado pelos serviços administrativos, esta mesma residências universitárias, considerando que o projeto em apreço representa uma carga excessiva de pessoas no edifício em causa e conseqüentemente o elevado impacto que isto causará, uma vez que consideram que 600 alunos não facilitam a vida à comunidade local e que poderão trazer consigo eventuais problemas de insegurança. -----

----- Para os deputados presentes na 3ª Comissão, o cerne da questão é capacidade de alojamento pelo que é importante avaliar as limitações da vitalidade impostas pelas características do próprio edifício. -----

----- Os deputados questionaram nesse sentido os peticionários sobre o que eles pensavam de uma residência eventualmente com um menor número de camas e se estes tinham tomado outras diligências para além da apresentação da petição. -----

----- Os peticionários responderam que relativamente à questão colocada da residência de estudantes que, *“esta não se pactuava com a vivência pacata do bairro”*, aliás, como ainda agora aqui ouvimos. Dizendo ainda que, *“os estudantes têm comportamentos próprios e é natural que a concentração de muitos alunos origine descatos.”* -----

----- Dizem também os peticionários nesta audição que, *“não traz uma melhoria da qualidade de vida na zona e zonas limites, preveem que projeto trará para a zona das Avenidas Novas problemas de segurança, ruído, trânsito e estacionamento.”* -----

----- A 3ª Comissão solicitou ainda esclarecimentos ao Município e a Junta de Freguesia e do município obtivemos a resposta que, *“o edifício na sua génese, destinava-se – isso em relação à questão do licenciamento-, ao uso habitacional ainda que posteriormente tenha sido apertado para a instalação de serviços administrativos do Ministério de Educação.”* -----

----- De acordo com o e-mail o *“Projeto de conversão do edifício onde anteriormente funcionava o Ministério da Educação numa residência de estudantes, localizado na Avenida 5 de Outubro nº 107, foi submetido a licenciamento urbanístico, correspondente ao processo nº EDI2021/441.* -----

----- A apreciação técnica do projeto identificou um conjunto de desconformidades que conduzem o projeto à melhoria das condições de salubridade e segurança, bem como à diminuição da capacidade de alojamento”. -----

----- Ouvida, também, a Junta de Freguesia por email, a “Junta de freguesia realça em resposta a utilidade a existência de uma residência de estudantes universitários.”

----- Considerou ainda a Junta que, “este território central da Cidade terá assim oferta variada de alojamento, que permitirá o acesso a uma tipologia variada de estudantes, ao mesmo tempo que impulsionará o desenvolvimento do comércio local, tão afetado, como todos sabemos, pela pandemia. -----

----- Disse ainda a Junta que, “A concentração populacional naquele edifício, bem como o impacto sobre os diversos sistemas e sua envolvente, terão, naturalmente, de ser avaliados pelos vários pelouros da Câmara Municipal de Lisboa.” -----

----- Em jeito de recomendações, a 3ª Comissão em face do exposto, apresenta dois pontos: -----

----- 1. Avalie o impacto da residência de estudantes na área envolvente; -----

----- 2. Em fase de apreciação do projeto de requalificação do edifício em causa, procure assegurar as necessárias condições de habitabilidade e salubridade. -----

----- Senhor Presidente, estes são os termos do relatório que foi presente, aguardarei para ver se existirá a necessidade ou não de me inscrever para uma intervenção, mas, disse nesta fase! -----

----- Obrigado!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Francisco Camacho do CD-PP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Camacho (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos, eu quero começar por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa, os senhores vereadores presentes, os senhores deputados municipais, senhores munícipes que nos acompanham, dar uma palavra de saudação aos peticionários que nos fizeram chegar precisamente este documento e cumprimentar ainda o senhor deputado relator da 3ª Comissão que acompanhou a este propósito o assunto. -----

----- Enfim, nós estamos perante uma manifestação popular de oposição à construção de uma mega residência para 600 estudantes e, essencialmente, perante um tema que nos remete para a gestão do espaço público não só da parte do município, mas de um modo geral em matéria de políticas públicas. -----

----- Sabe-se perfeitamente não só por intervenção nesta Assembleia, mas noutros fóruns e de informação que vem ao encontro do cidadão comum que Lisboa tem no espeto universitário alargado, inclusive é a maior cidade universitária do país, se considerarmos não só o número de instituições de ensino superior, bem como, o número de estudantes que aqui estão e inclusive está diagnosticada uma carência, uma deficiência na oferta de infraestruturas dentro da cidade em matéria de residências universitárias. -----

----- Para o tema em alusão, em concreto, estamos a falar de uma artéria muito relevante da cidade, numa zona central, numa zona residencial habitacional mas, também, com forte comércio e, portanto, o que devemos, parece-me, aqui nesta discussão, partindo da petição que tem o mérito de se relançar esta discussão, é na opinião do CDS-PP, uma cidade para novos eventos, para os moradores, estudantes, comerciantes e onde inclusive não existam estigmas nem preconceitos como todos eles infundados, faça nenhuma franja populacional. -----

----- Esta 3ª Comissão de Ordenamento do Território e Urbanismo, no fundo, faz um levantamento que nos parece bastante relevante e oportuno do tema em causa, manifesta um dos méritos pelo menos esta petição, que foi o facto de não só sinalizar uma das preocupações de uma parte dos residentes e da sua insatisfação mas, também, tem o mérito de identificar que a apreciação técnica do projeto em causa tinha um conjunto de desconformidades que, entretanto, foram comunicadas à equipa projetista e evidentemente, tem um mérito de ser mais um exercício de cidadania como prezamos nesta Assembleia e nesta casa. -----

----- Por isso mesmo, revemo-nos nas recomendações que são apresentadas no relatório, concretamente quanto à avaliação do impacto da residência de estudantes na área envolvente e, também, a recomendação no sentido de no momento de apreciação do projeto de requalificação do edifício em causa, garantindo todas as condições necessárias. -----

----- Parece-me para concluir que, este tipo de tópicos deve ter dois vetores muito bem presentes e da parte do CDS contribuiremos sempre esse debate, que era uma sã convivência entre moradores e estudantes, entre as várias partes que compõem o nosso território que dão vida à cidade com alicerces numa aposta clara na educação e na mobilidade social. -----

----- Obrigado a todos!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Gaspar, Independente.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Falemos então caríssimos do projeto residência universitária, porque é o que nos traz aqui hoje, é o projeto de residência universitária anunciada em abril de 2019, estamos em 21. -----

-----Vamos então a isto!-----

----- Referir como já foi dito a utilidade da existência da residência de estudantes universitários dada a proximidade de equipamentos do ensino universitário aqui, no que foi chamado o coração das Avenidas Novas, podemos depois discutir qual é o coração, o coração é muito largo felizmente aqui nas avenidas!-----



----- De salientar, também, a necessidade de oferta variada de alojamentos e estou-me a referir, naturalmente, à oferta variada, tipologia variada, AL`s, oferta privada, oferta pública, enfim, o que promove a nosso ver a tipologia variada também de alunos e todos os danos são vimos aqui às universidades públicas e não só, mas, também, às Avenidas Novas. -----

----- Promove certamente o desenvolvimento do comércio local e quando falamos do desenvolvimento do comércio local, estamos a falar normalmente das pequenas pastelarias locais, nos restaurantes, das papelarias, por exemplo! -----

----- Dizer, portanto, que achamos que a concentração populacional deste edifício, tal como o impacto sobre os diversos temas e a sua envolvente devem ser naturalmente avaliados pelos vários pelouros da Câmara Municipal de Lisboa não nos cabe fazer, mas estamos disponíveis, porque achamos útil essa monitorização. -----

----- Relativamente ao vizinho Pedro Vieira já que me interpelou, dizer muito claramente ao Pedro que me interpelou por duas vezes e que lhe respondi nessa altura que não tinha o projeto que, entretanto, naturalmente, solicitei. -----

----- Com o projeto em vista, dizer-lhe também que vivo aqui há 65 anos e que, naturalmente, converso com os agentes do comércio local. Porquê? Porque vivo aqui há 65 anos e normalmente também converso com todos os vizinhos e vizinhas que me abordam nesta condição, agora de Presidente de Junta, mas que é episódica, eu falo sempre e sempre falei, e foi professora até nalguns deles, e, portanto, dizer que, sim falo com os vizinhos, alguns são contra muitos são a favor e daqui faço o meu “bila” ouvi-la e, de facto, é isto que me proponho há tempo porque, normalmente como sabem, sou faladora. -----

----- E, portanto, desde o tempo dos meus avós não pedir licença a ninguém, eu frequento desde a Versalhes ao Tintin, desde, enfim, podia citar conversando, naturalmente que os vizinhos há muito frequento e sim caro Pedro, maior parte do comércio local está a favor da instalação desta residência universitária, nos moldes em que veem anteriormente e sim aqueles que contactei não foram todos, naturalmente e desde 2019 converso sobre esta questão, aliás, apreciei aquilo que disse o colega Deputado Municipal Francisco Camacho, de toda uma necessidade que há de instalação de residências universitárias. -----

----- Eu não sei se é um cliché Pedro eu sei que toda a gente diz, estamos a favor sim mas ao pé de minha casa não e isto francamente tem que acabar, não é!-----

----- Vamos avaliar, vamos monitorizar, vamos porque a própria Câmara e estou a ver aqui o nosso querido Vereador Ricardo Veludo está atento a este designo, vamos monitorizar, certamente, sairá dali uma residência no coração, se quiser, enfim, no coração das minhas avenidas se falar com as pessoas ali do Rego, ali também há um coração, as avenidas têm vários corações e são todos eles válidos!-----

----- Dizer-vos claramente quaisquer outras comparações, eu não sei, eu tenho filhos estudantes, tenho até uma neta estudante, fui estudante, não penso que venha o caos residências universitárias, onde felizmente, não tive de dizer nunca, estudei em Lisboa e vivi em Lisboa, mas penso que não virá mal.-----

----- Eu terminava muito brevemente, como já disse, não é, temos de ser mais coesos, acho que se houve alguma coisa que a pandemia nos exigiu, foi sermos mais fraternos, menos dolorosos com menos medos e estou de acordo e penso que e com a Câmara Municipal de Lisboa e com todos os vizinhos e vizinhas que incluem, sim o pequeno comércio local, mas também o grande comércio local, que uma residência universitária se potencie, é assim da história das cidades, mas é assim também na história da cidade de Lisboa, e como Francisco Camacho falou, já salientou a necessidade de haver residências universitárias em Lisboa, porque é em Lisboa que nós vivemos, não é? -----

----- E, portanto, dizer-vos isto que construiremos com todos e com todas, é uma nova residência universitária que terá que ser avaliada como já foi pelo projeto que agora já tenho, antes não tínhamos, pela Câmara Municipal que já fez essa reflexão e por nós, se nos quiserem neste grupo, com a nossa monitorização, porque vivemos aqui há muito tempo e sabemos do que falamos. Não falamos nunca de recorde, não mereceria a pena fazê-lo!-----

----- Muito obrigada!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Teixeira do PS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Teixeira (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, só para breves comentários, agora sim, a qualidade de deputado não relator mas de intervenção, para dizer que acompanho por completo as intervenções do Senhor Deputado Francisco Camacho, bem como da Senhora Presidente das Avenidas Novas e também aqui Deputada Municipal. -----

----- Começaria só por dizer algo que a Senhora Presidente Ana Gaspar aqui falava, que como me apercebi no âmbito da audição aos peticionários e agora, hoje, nesta apresentação os senhores peticionários são a favor de uma residência mas não e nunca à porta da casa deles!-----

----- E muito bem a Senhora Presidente Doutora Ana Gaspar, coloca esta questão que é, o que é o coração das Avenidas Novas? Poderão existir vários corações como aqui percebemos dependendo daquilo que é a nossa avaliação. -----

----- Eu tomei bem atenção e revejo-me muito na intervenção que o Senhor Deputado Francisco Camacho teve, a única discórdia que tenho aqui é uma discórdia apenas de pormenor, é que falarmos de uma oposição popular de 253 assinaturas com temos milhares e milhares e milhares de residentes nesta freguesia parece um pouco expressivo, mas, no conto geral a sua intervenção devo dizer que me revejo perfeitamente nela.-----

----- Aquilo que podemos extrair desta intervenção e daquilo que os senhores peticionários nos trouxeram é que se verifica uma oposição à construção de

residências universitárias, aliás, quando o peticionário diz que apenas surgirá uma residência com 40 camas na cidade universitária, o senhor peticionário erra e erra profundamente, porque na cidade universitária, nomeadamente vão surgir pelo menos mais uma residência universitária por trás do IGOT (Instituto de Geografia e Ornamento do Território) com pelo menos 400 camas, portanto, nós não podemos vir dizer isto e esta informação é também uma informação pública tal qual o era o anúncio da construção de uma residência universitária num edifício público. -----

----- Aliás, disser que estranho seria, Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados que a Câmara Municipal de Lisboa não tivessem a capacidade e a inteligência de aproveitar um edifício público para um uso necessário fundamental e, sobretudo de resposta social que os estudantes da cidade de Lisboa aguardam, mas que a própria cidade de Lisboa precisa. Porque hoje em dia, Lisboa sempre foi uma cidade e a principal cidade do Ensino Superior neste país, o seu fenómeno de ser capital também para isso contribui, mas nós temos que encontrar respostas!-----

----- Nomeadamente, hoje se olharmos para aquilo que é a verdadeira dimensão social crítica do Ensino superior em Portugal, ele hoje compete pela captação de estudantes numa escala universalista, uma escala planetária. E, portanto, temos que ter esta capacidade e ainda bem que há um projeto do município que avalia o impacto e responde a uma questão social. -----

----- Aquilo que nós não conseguimos entender e que o Partido Socialista não consegue entender e é completamente contra a estigmatização que surge nesta petição, porque os estudantes contribuem, contrariamente àquilo que foi aqui dito, contribuem e ajudam e trazem. E trazem, sobretudo uma coisa que é fundamental em algumas artérias da cidade de Lisboa que é segurança pelo uso do espaço público, pela existência de espaços comerciais que acompanham em outros horários que não apenas aquele que decorrem de utilização das zonas que estão reservadas a serviços. -----

----- E, portanto, ainda bem que a Câmara Municipal de Lisboa tem hoje em dia uma visão mais concentrada, uma visão mais alargada com uma resposta fundamental que é preciso trazer-se, no âmbito, das residências universitárias, o que é importante é que as casas que hoje em dia estão a ser utilizadas, muitas delas por vezes com grandes sobrecargas de estudantes, sejam utilizadas e colocadas ao serviço de quem precisa de habitação para as famílias que residem na cidade de Lisboa e que as residências universitárias cumpram aquele que é o seu objetivo maior que é receber aqueles que estudam no Ensino Superior e disse, Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, muito obrigado!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- Tem a palavra o Senhor Vereador Ricardo Veludo.” -----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Agradecer aos cidadãos que participaram e trouxeram esta petição com o seu sentido crítico e de querer esclarecimentos e compreender o que se propõe para a transformação da cidade. -----

----- Antes de mais queria fazer uma consideração de ordem geral e depois dar aqui alguma informação mais detalhada.-----

----- Em primeiro lugar. Eu creio que é uma grande satisfação, nós vemos a reconversão de edifícios que estão sem utilização na cidade para os afetar a uma finalidade tão nobre como esta, porque a construção de residências universitárias normalmente as públicas consagram direta e imediatamente, uma contribuição inestimável para a igualdade de oportunidades no acesso à educação, sobretudo para os estudantes que são deslocados de outras regiões do país e que querem frequentar as universidades do concelho de Lisboa e as instituições de ensino do concelho de Lisboa, e por isso, é algo em que temos que ter um empenhamento total para ajudar a consagrar. -----

----- O país, aliás, tem um défice muito significativo de residência de estudantes que limita, em termos objetivos a mobilidade dos estudantes e o acesso para aqueles que vivem em zonas que não são servidas por universidades ou que não têm nas suas zonas de residência os cursos pretendem frequenta, portanto, isso, é um aspeto fundamental!-----

----- Mas, isto não pode ser um desejo abstratizado, isto significa que nós temos que ter por toda a cidade residências de estudantes! Há um desígnio nacional de conseguir na promoção de mais de 15.000 camas para estudantes universitários um pouco por todo o país, sendo que a principal carência é precisamente no concelho de Lisboa, no concelho do Porto, no Algarve e também em Coimbra onde estão alguns dos principais polos universitário do país. -----

----- Dito isto e em concreto, não tenho notícia de que a existência de residência estudantes represente uma perturbação social no sítio onde estão, não tenho notícia disso! Antes, pelo contrário, a presença dos estudantes conforme já foi dito aqui pelo Senhor Deputado Miguel Teixeira, reforça e segurança, porque temos pessoas a circular na via pública em diferentes horários, temos uma população jovem a vir para a cidade de Lisboa, que esperemos que se apaixona pela nossa cidade, que encontre aqui trabalho ou que até cri novos postos de trabalho. Portanto, oxalá nós tivéssemos a capacidade de fazer muito mais residências universitárias do que aquelas que estamos a fazer, para além do impacto positivo que isso tem no comércio local, em toda a vivência, precisamos da juventude, não devemos ter medo das mudanças, devemos abraçar aqueles que vem e que vem para reforçar objetivos fundamentais da cidade, que é a coesão e a sua competitividade. -----

----- Em relação ao projeto em concreto, eu queria esclarecer o seguinte; este projeto inicial que tem a capacidade para 600 pessoas foi resultado de um concurso público em que, para se contratar o projeto de arquitetura esse era o valor de referência e, portanto, os projetistas responderam essa referência ainda sem ter havido estudo de arquitetura para testar adequabilidade deste dimensionamento. -----

----- E, portanto, os serviços de urbanismo deram em relação ao projeto inicial um parecer desfavorável, porque esta concentração tinha problemas a nível da salvaguarda de regras de salubridade em termos das habitações, dos quartos e não só e, portanto, isso conduziu a uma proposta de indeferimento. Foram prestados esclarecimentos e houve uma reunião com membros do Governo sobre esta matéria e também com a equipa projetista, todos compreenderam exatamente a necessidade de rever em baixa para satisfazer esses requisitos de salubridade e, portanto, não temos ainda a resposta oficial com uma nova versão de projeto na sequência desta notificação de audiência prévia, mas a indicação de que temos é que a capacidade da residência vai baixar para a ordem dos 450 pessoas, consideravelmente mais baixo do que as 600 inicialmente previstas.-----

----- Mas dito, isto que é um esclarecimento concreto, portanto, há aqui uma certa pertinência com a concentração, mas eu queria dar nota positiva e que acho que a cidade e os senhores deputados e cidadãos devemos procurar apoiar estes projetos. Sejam eles de iniciativa pública, sejam eles iniciativa privada porque cada um contribui para diferentes segmentos de satisfazer esta necessidade social.-----

----- Muito obrigado Senhor Presidente pela possibilidade de esclarecer!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.”-----

----- Vamos passar à votação do **Recomendação 158/03 (3ª CP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Daniela Serralha, Joana Alegre, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação 158/03 (3ª CP)**, foi aprovada por **unanimidade**.-----

----- (Ausência do Deputado Municipal Independente Miguel Graça nesta vocação)-----

----- **4. APRECIACÃO DA PETIÇÃO 20/2020 – “CONTRA A SUCATA DA PSP NO RESTELO”, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA BASE - 56 MINUTOS E 15 SEGUNDOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;**-----

----- (A Petição nº 20/2021 fica anexada à presente Ata, como **Anexo X** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 8ª Comissões Permanentes**, fica anexado a esta Ata, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante)-----

----- (A **Recomendação nº 158/04 (8ª CP)**, fica anexada à presente Ata, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Vamos passar ao Ponto 4 - Petição 20/2020 – “Contra a Sucata da PSP no Restelo) ”.-----

----- Portanto, dou a palavra ao Senhor Peticionário Gonçalo Correia de Matos, que vai falar por videoconferência.-----

----- Senhor Gonçalo Correia de Matos tem a palavra.”-----

----- **O Múncipe, Senhor Gonçalo Matos**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde, Senhor Presidente, boa tarde senhoras deputadas e senhores deputados.-----

----- Eu aqui há poucos segundos pedi aos serviços que me dessem permissão para partilhar uma apresentação, não sei se será possível? Neste caso ao Senhor Presidente!

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra respondeu: --

----- “Tecnicamente torna-se mais difícil, só pediu há pouco tempo, mas eu pergunto aos serviços?” -----

----- **O Múncipe, Senhor Gonçalo Matos**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, não há problema enquanto diligência nesse sentido, se for possível! De qualquer forma a minha intervenção será breve, eu queria apenas o contextualizar o contexto em que surgiu esta nossa petição.-----

----- Precisamente há cerca de um ano na sequência do início da empreitada de construção da Unidade de Saúde Familiar, no Restelo, mais concretamente numa parcela de terreno anteriormente ocupada por um posto de limpeza e por um parque de viaturas rebocadas pela PSP que, como sabemos e resulta, enfim, evidente do relatório e que emanou da discussão desta petição está numa situação de degradação por estarem pendentes de decisões de tribunais e outras circunstâncias complicadas e demoradas que, naturalmente, enfim, tem o contexto histórico daquele terreno ter sido decidido, mas que não acompanhou desde logo a transferência de competências da Polícia de Segurança Pública para a nossa Polícia Municipal e mesmo, enfim, os próprios processos dos quais perdemos o registo. -----

----- Eu vi aqui que já me foi atribuída a permissão para partilhar o ecrã e, portanto, não querendo aqui perder muito mais tempo para apenas para vos mostrar o seguinte; elaborámos a nossa petição, divulgamo-la, tivemos centenas de assinaturas que continuaram a aumentar depois da nossa apresentação, este é o contexto, enfim, espacial na freguesia onde surge esta situação.-----

----- A Praça São Francisco de Xavier que é esta rotunda que aqui vemos teve sempre associada assim e ainda tem hoje, aliás, na discussão do programa renda acessível e isso continua válido e uma centralidade de uma popularidade urbana que se quer construir na zona do Alto do Restelo e, portanto, a Câmara e bem a pouco e pouco foi conseguindo a urbanizar esta zona no sentido de construir efetivamente essa centralidade e, portanto, definiu que um dos equipamentos que seria essencial localizado nesta zona era uma Unidade de Saúde Familiar para 13.000 utentes que desse uma resposta às necessidades locais. -----

----- Esta USF como já tinha referido, requereu a demolição do posto de limpeza antigo e de parte do Parque da PSP por não ter sido possível honrar aquilo que estava planeado, designadamente a realocação do Parque da PSP avançou-se com localizações provisórias e, portanto, da configuração que tínhamos anteriormente, enfim, transitamos, no fundo, deslocalizados o parque da PSP, nas circunstâncias que

referi, para um parque essencial a esta localização pela densidade de construção que existe. -----

----- E, portanto, perante as circunstâncias e até do aspeto visual do parque mobilizamo-nos junta da Câmara, junto da SRU e junto da própria PSP para tentar chegar a um consenso, perdemos 100 lugares de estacionamento e, naturalmente, procuramos arranjar soluções que respondessem às necessidades reais de estacionamento na zona e, enfim, ao desejo de dignificar visualmente esta zona da cidade e, portanto, temos todo o contexto dos constrangimentos que esta supressão no início causou e trabalhamos convosco e com as demais entidades, como já referi para proporcionar outra vez a deslocalização deste parque que foi, aliás, uma intenção clara de todos os envolvidos no processo. -----

----- A Assembleia Municipal acolheu com satisfação a nossa petição, foi isso que nos transmitiu a 8ª Comissão, foi isso que nos transmitiu a própria vereação e, portanto, eu penso que julgando pelo relatório da petição as questões estão a ser asseguradas, cabenos a nós, naturalmente acompanhar essas diligências, sabendo a complexidade que elas representam, e, enfim, os benefícios também de que a PSP goza, no fundo, por ter ali gratuitamente aquele espaço, localizado. -----

----- O que é verdade e não podia deixar de dar nota e, portanto, além de fazer este rápido contexto histórico do que do que foi feito até então, era dar nota precisamente aquilo em que trabalhamos com a Câmara, nomeadamente com o Senhor Vereador Miguel Gaspar, e com a Direção Municipal de Mobilidade para encontrar uma solução para estes impactos, elaborámos uma proposta completa de várias intervenções no espaço público em diferentes complexidades que visavam, no fundo, ordenar o estacionamento que restava que era uma coisa que não existia, a sinalização horizontal e, portanto, através da DPM, do DGM das DMM conseguimos elaborar os projetos de sinalização horizontal para esta zona e isso permitiu que, às vezes o estacionamento, muitas vezes desaproveitado fosse, enfim, devidamente ordenado. ----

----- E depois conseguimos, aliás, há cerca de duas semanas a fresagem e repavimentação da zona de estacionamento mais ampla que existe junto à Avenida das Descobertas e que surge aqui assinalada a amarelo neste mapa. -----

----- Claro as intervenções vermelhas dependendo de intervenções de fundo que requerem projeto de Arquitetura e de execução, naturalmente e de empreitadas para a criação desses recortes ou a reorientação dos recortes existentes, claro que não pode a ser feito num tão curto espaço de tempo, ainda para mais quando estamos a discutir o futuro desta área quanto à rede viária e, portanto, não iremos também encorajar intervenções precipitadas no espaço público que esperamos nós, no futuro com melhores condições de rede viária local, deixarão de fazer sentido e, portanto, não iremos precipitar isso. Estamos a tentar articular com a DMU e com a DMM e, aliás, tivemos uma reunião com a DMU também que o Senhor Vereador Ricardo Veludo, em que esta área do Alto do Restelo forem foi amplamente discutida nos muitos projetos que aqui estão previstos e que é necessário articular. -----

----- E apenas para terminar, eu deixaria a nota e, se calhar, um apelo ao Senhor Presidente que, em requerimento à Câmara, uma vez que não temos conseguido, mais

notícias neste sentido, solicitasse um ponto de situação relativamente às fáceis diligências que foram solicitadas e que ainda não conseguiram ser executadas, não percebemos bem porquê? E é, no fundo, a colocação dos pilaretes e a execução da sinalização horizontal neste espaço de estacionamento que foi repavimentado numa empreitada da Unidade de Coordenação Territorial há duas semanas. -----

----- Eu destacaria que a nossa preocupação com esta supressão de estacionamento, não é pela perda de lugares em si, também é, aliás, a esse respeito, registo que são mais de 100 lugares, a PSP conseguiu ali acomodar mais de 140 automóveis, mas ordenados eram pouco mais de 100 lugares. E a nossa preocupação não é tanto que se percam lugares de forma abstrata é que as necessidades locais, conhecendo o tipo de edifícios que temos na zona não sejam atendidas por este por este incidente. -----

----- E portanto, mais do que isso era garantir que a mobilidade pedonal não é comprometida nesta zona, sendo que as condições já não são propriamente ideais o espaço público não dispõe de pavimentos confortáveis, a iluminação não é a melhor, há muitas escadas, muitas compensações de desnível do terreno que não são acessíveis no declive e, acima de tudo, naturalmente, a prestação de socorro em situações de emergência assim como os danos causados no espaço público, nomeadamente em passeios pelo estacionamento abusivo automóveis. -----

----- E, portanto, estes dois pedidos da colocação de pilaretes que nos foram garantidos e também a pintura da sinalização horizontal neste parque que foi agora repavimentado até porque o projeto já está feito, como referido pela DPM, que seja efetivamente executado. -----

----- E, portanto, eu termino apenas deixando um agradecimento muito particular à 8ª Comissão da Assembleia Municipal, a todas as senhoras e senhores deputados que votarão esta petição e também à DMU e à DMU pelo esforço e principalmente à UCT e ao ITOC que de perto conosco, nos foram dando nota de tudo o que estava a acontecer e reunido conosco, em particular a Arquitecta Lídia Pereira e o Engenheiro Miguel Barradas, também a Junta de Freguesia pelas reparações do passeio que proporcionou tão rapidamente com as suas brigadas decorrente este estacionamento abusivo. -----

----- Muito obrigado a todos e continuação de um excelente trabalho obrigado!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Tem a palavra o Relator, o Senhor Deputado Francisco Domingues.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Domingues (PSD)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Vereadores, boa tarde a todos. -----

----- Começo por congratular os Peticionários – que se contabilizavam em quinhentos e dezasseis seis aquando da apresentação da Petição agora em análise junto dos serviços desta Assembleia, pelo enorme ato de cidadania ativa demonstrado, ao terem



apresentado a Petição n.º 20/2020, com o título “*Contra a sucata da PSP no Restelo*”, ato que merece ser sempre realçado e valorizado por todos nós. -----

----- O Relatório que apresento foi aprovado, por unanimidade, na 8.ª Comissão Permanente de Transportes, Mobilidade e Segurança, em reunião realizada no passado dia 21 de Julho, tendo sido nessa ocasião formuladas cinco Recomendações, constantes do mesmo documento, e que se encontram hoje em votação. -----

----- O Relatório reflecte os trabalhos realizados pela 8.ª Comissão Permanente, constando do mesmo a audição dos representantes dos peticionários, altura em que o peticionário que apresentou o documento em análise, sintetizou de forma extremamente clara os problemas que são referidos na Petição, acabando por, ao mesmo tempo, ir expondo possíveis soluções que, no entender dos subscritores do documento, tenderiam a resolver alguns problemas que afetam aquela zona da cidade, nomeadamente, ao nível do estacionamento. -----

----- No âmbito dos trabalhos realizados, procedeu-se à audição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belém, que, genericamente, concordou com a posição manifestada pelos Peticionários, alertando para a falta de estacionamento naquela zona da freguesia, e para a necessidade de ser encontrado um espaço alternativo para o parqueamento das viaturas que se encontram estacionadas no espaço em causa, e que os subscritores da petição apelidam de “*sucata da PSP*”. -----

----- De igual forma, procedeu-se à audição do Senhor Vereador, Engenheiro Miguel Gaspar, verificando-se que o mesmo compreendeu, em parte, a posição manifestada pelos peticionários, reconhecendo a necessidade de ser encontrado um espaço alternativo ao que é presentemente utilizado pela Polícia de Segurança Pública (PSP) na freguesia de Belém (para o parqueamento de viaturas, em grande parte, apreendidas por aquela força de segurança), referindo, de igual forma, que a Câmara Municipal de Lisboa (CML) tudo fará para, em conjunto com a PSP, encontrar um espaço alternativo ao que é actualmente utilizado. -----

----- Foi ainda efectuada a audição de um representante do Comando Metropolitano da PSP de Lisboa, no caso, o Senhor Superintendente Domingues Antunes, que manifestou a intenção daquela força de segurança em, dentro do mais curto espaço de tempo possível, encontrar um local que venha a substituir o parque actualmente utilizado pela PSP na freguesia de Belém, dizendo que para esse efeito contava com a Câmara Municipal de Lisboa, para que esse local fosse encontrado e, bem assim, para ajudar na logística necessária ao transporte dos cerca de duzentos e vinte veículos a deslocalizar.-----

----- Todas as Recomendações formuladas e inseridas no Relatório que agora serão apreciadas por esta Assembleia, são, no nosso entender, aspirações legítimas de quem reside e trabalha naquela zona da nossa cidade, já que se tratam de questões que interferem no seu quotidiano diário, verificando-se que esses problemas lhes tiram, de forma evidente, qualidade de vida. -----

----- Assim, urge resolver o problema das viaturas à guarda da PSP parqueadas na freguesia de Belém, devendo as mesmas, em conformidade, serem deslocalizadas para outro espaço a encontrar, pela PSP e pela CML, já que de forma evidente, o local

onde as mesmas actualmente se encontram, não reúne as condições para o estacionamento que vem sendo realizado, podendo estar em causa, inclusive, a segurança da população e dos seus bens, sendo ainda causadora de um impacto ambiental que em nada engrandece a nossa cidade, verificando-se, de igual forma, que tal localização retira à população um assinalável espaço de estacionamento numa zona estratégica da freguesia de Belém (em que se encontra localizado um Hospital Central, um estabelecimento de ensino, uma repartição de finanças, um local de culto, estabelecimentos de comércio com muita procura, e uma grande zona residencial), em que já existe uma grande falta de locais destinados ao estacionamento automóvel. -----  
----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Gabriel Batista Fernandes do CDS-PP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Batista Fernandes (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhora Secretária, muito rapidamente para dizer o seguinte. -----

----- Esta posição tem o nome de sucata. É o nome que sobressai aqui, mas esta sucata não era sucata antes de ir para lá, portanto, este problema está aqui a montante, há um problema com a justiça e com os seus tempos, a justiça formada e o problema deve-se essencialmente à não reforma da Justiça e assim o Estado destrói valor com esta morosidade da Justiça, nalguns casos, noutros casos, não destrói, como vimos, por exemplo, com o caso do carro, aquele carro estava apreendido do Ministro da Administração Interna, portanto, aquilo que haveria a fazer era resolver o problema a montante, porque uma sucata de ninguém queres em lado nenhum, nem à frente, nem atrás. -----

----- E, portanto, temos aqui, para além deste problema da Justiça que está a montante, temos um problema ambiental, que estas viaturas estão à ordem do tribunal ou apreendidas e não há ninguém que faça acelerar o processo da sua ou destruição ou de criação de valor enquanto vale alguma coisa, mas mesmo ainda como sucata ainda valem! E, portanto, é por aí que se deve resolver este problema na nossa opinião. -----

----- Este problema tem a ver com a economia circular, reciclar e valorizar! -----

----- Esta questão que os petiçãoários trazem aqui que nós saudamos faz sempre, a experiência que nós temos nas Comissões é que a qualidade da intervenção dos petiçãoários, muitas vezes faz corar os serviços da Câmara! -----

----- Muito obrigado! -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Natacha Amaro do PCP.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde novamente a todos e a todas. -----

----- O PCP gostaria de começar, naturalmente, por saudar os Vizinhos de Belém pela iniciativa de realizar esta Petição sobre o estacionamento no Restelo e estender essa saudação às centenas de munícipes que a subscreveram. -----

----- Estamos de acordo e iremos votar favoravelmente as recomendações emanadas da 8ª Comissão Permanente por entendermos que vão ao encontro das reivindicações dos peticionários e por corresponderem, de uma forma geral, a medidas e linhas de trabalho que contribuem para a resolução deste problema e, mesmo, para situações futuras na cidade. -----

----- Destacamos uma questão abordada na 4ª recomendação, sobre a elaboração de um estudo sobre as reais necessidades de estacionamento naquela zona. Pensamos que o problema do estacionamento deve ter uma abordagem global integrada de ordenamento e planeamento, com um instrumento de gestão urbanística adequado, para todo o Alto do Restelo. Aquela é uma zona sensível da cidade, com muitas transformações previstas e algumas já a decorrer, e é fundamental que a questão do estacionamento seja tratada num plano mais geral e profundo para aquele território. É isso que o PCP tem vindo a defender para aquela zona, nos diferentes espaços em que intervém (Assembleia de Freguesia, na Câmara Municipal, aqui na Assembleia). -----

----- Obrigada!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Fernando Ribeiro Rosa do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Rosa (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Eu só queria nesta questão muito simplesmente disser que estou perfeitamente de acordo com o Gonçalo Matos, Coordenador dos Vizinhos de Belém veio aqui expor e com os peticionários, neste caso na qualidade de peticionário, porque, de facto, é uma coisa que para nós é muito caro, é fundamental e não me ficava bem como Deputado Municipal e também ser Presidente da Junta de Freguesia de Belém, apesar de também já ter sido ouvido e votados está minhas palavras já explanadas no próprio relatório da Assembleia, eu não queria deixar de aproveitar agora dar o meu inteiro acordo, mas completamente de acordo a tudo o que foi dito, quer pelo Gonçalo Matos que teve aqui um trabalho extraordinário desta matéria, de facto, e de cidadania, quero aqui realçar e, do meu colega Francisco Domingues também que há bocado falou sobre

esta matéria, mas, de facto, dizer que é uma questão que eu tenho esperança que muito em breve vai ser resolvida. Portanto, não está aqui em causa USF-Restelo, era só mais o que faltava, é uma prioridade muitíssimo bem-vinda a USF-Restelo, a minha questão é que uma falta de planeamento, não tinha sido pensado antes a questão para onde é que iram essa sucata da polícia. -----

----- Depois foi a última da hora, essa situação mais fácil que era avançar para o lado e tirar o lugar aos moradores. -----

----- E neste caso não são nem oito nem cem, de 140 lugares ficaram a faltar naquele sítio e, por isso mesmo, eu tenho esperança que muito em breve e pelo que tenho ouvido está-se a fazer um esforço nesse sentido, que a situação seja resolvido e que desapareça de vez aquela situação, que eu acho que é horrível e, por isso, mesmo as pessoas têm sofrido muito com falta de estacionamento por causa desta conquista do parque da polícia que teve o apoio da Câmara e da SRU, ao contrário do que se dizia - não estava a ver a polícia avançar com uma situação desta sem ter luz verde da própria Câmara Municipal e da SRU e é verdade, apesar de no início terem negado a verdade, mas depois confirmamos que era verdade! -----

----- E, por isso mesmo, hoje penso que estamos a dar o passo significativo, para que realmente contribuamos para um melhor ambiente naquela zona e penso que realmente muito em breve ficamos com a situação resolvida e que este parque seja transferindo para uma zona mais longínqua do centro da cidade, até para fora da cidade, para a zona do MARL que tem condições ideais para este tipo de parque e não esta aqui numa zona nobre da cidade. -----

----- Obrigado e parabéns a todos cidadãos que assinar esta petição, é um grande momento de elevada cidadania! -----

----- Muito obrigado!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- Pergunto à Câmara se quer intervir? Não!-----

----- Vamos passar à votação do **Recomendação 158/04 (8ª CP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Daniela Serralha, Joana Alegre, José Alberto Franco, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação 158/04 (8ª CP)**, foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- (Ausência dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes Miguel Graça e Patrícia Gonçalves, nesta vocação)-----

----- **5. APRECIACÃO DA PETIÇÃO 17/2020 – “ALTERAÇÃO DE PARQUEAMENTO EXCLUSIVO A MORADORES NA ZONA COMERCIAL DE ALVALADE PARA PARQUEAMENTO PARTILHADO NO HORÁRIO DAS 9H00 ÀS 19H00”, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA BASE - 56 MINUTOS E 15 SEGUNDOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSC**

**RITORES:**-----

----- (A **Petição nº 17/2020** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 8ª Comissões Permanentes**, fica anexado a esta Ata, como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante)-----

----- (A **Recomendação nº 158/05 (8ª CP)**, fica anexada à presente Ata, como **Anexo XV** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Vamos passar ao Ponto 5 - Petição 17/2020 – “Alteração de estacionamento exclusivo a moradores na zona comercial de Alvalade para estacionamento partilhado no horário das 9h00 às 19h00”.-----

----- Portanto, quem vai falar pelos peticionários é a Senhora Dona Margarida Coelho, a quem dou a palavra.”-----

----- **A Muniçepe, Senhora Margarida Coelho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todos, boa tarde Excelentíssimo Senhor Presidente e membros da Assembleia Municipal.-----

----- Meu nome é Margarida Coelho, e eu sou comercial em Alvalade e estou hoje aqui na qualidade de representante da Petição 17/2020, tendo como propósito a “Alteração de estacionamento exclusivo a moradores na zona comercial de Alvalade para estacionamento partilhado no horário das 9h00 às 19h00”.-----

----- Relembro que esta petição teve 800 assinaturas, cem das quais de moradores.-----

----- No dia 7 de setembro de 2020, os comerciantes foram surpreendidos com a informação de que o estacionamento na Rua José d’Ésaguy e Acácio Paiva iria ser exclusivo a residentes.-----

----- Com base nessa informação foi pedida através a “ah home” uma reunião de urgência com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade.-----

----- Reunião essa que só veio a acontecer e no dia 9 de setembro, dia em que são retirados paquímetros das ruas acima referidas, ou seja, a reunião com o Senhor Presidente da Junta teve lugar já depois da medida ter sido efetivada.-----

----- Nessa reunião, o Senhor Presidente a firma que tomou essa medida com base em pressões dos moradores, informação essa que até hoje está por confirma em que moldes foi feita essa medida, o que não deixa de ser contraditório com a quantidade de assinaturas e *feedback* dos moradores contra esta alteração.-----

----- Foi também prometido, caso prova-se-mos que a medidas não tinha surtido efeito, tendo em conta os lugares vazios durante o dia que ficariam por ocupar, como provam as várias fotos tiradas ao longo dos dias, mas até há data essa mesma promessa não foi cumprida.-----

----- Os meios de comunicação escolhidos pela Junta de Freguesia de Alvalade, foi a publicação de um comunicado no início do mês de agosto - um mês tradicionalmente de férias - nas redes sociais e no site da Junta de Freguesia sem qualquer contacto prévio com a ACAL, conforme declarações prestadas pelo Presidente da mesma ao

Jornal do Diário de Notícias e posteriormente confirmada em reunião de executivo por um dos membros da Junta de Freguesia de Alvalade, o Senhor Fernando do PCP.--

----- Após 11 meses a medida revelou-se completamente ineficaz, devido a vários pontos e de algumas incoerências, nomeadamente as obras da EMEL que deram início praticamente ao mesmo tempo que a medida foi tomada, o que levou mais de 4 meses sem qualquer fiscalização, seguida à segunda vaga do covid e as suas restrições, tivemos mais cerca de 3 meses sem fiscalização e a juntar a isso uma norma interna da EMEL que determinam que quem ticket válido das zonas de residentes em toda a Grande Lisboa não era autuado. -----

----- Com tudo isto não percebemos a pressa de tomar uma medida há 11 meses sem qualquer coordenação com a EMEL! -----

----- As soluções apresentadas pela Junta foram completamente desajustadas, o estacionamento gratuito no parque de estacionamento do mercado a partir das 16 horas é completamente eficaz, pois as pessoas não se deslocam ao bairro, apenas a partir dessa hora, a opção é ir estacionar num parque a um quilómetro de distância de Alvalade, desta forma, não foram apresentadas alternativas viáveis! -----

----- Quanto à afirmação do Senhor Vereador Miguel Gaspar, que a alteração permite pagar lugares nas ruas adjacentes, pedimos desculpa, mas tal afirmação é falsa, pois a obra da EMEL foram retirados mais de 30 lugares nas ruas adjacentes o que faz com que a pressão... (Inaudível) ..., pois segundo o INEM é a segunda maior fatia de população na zona em questão é uma população ativa, não fazendo sentido a justificação para o não estacionamento ... (Inaudível). -----

----- A situação de cargas e descargas é outro ponto para o qual não fomos consultados nem sabemos o porquê destas decisões! Inicialmente, as cargas e descargas na Rua José d'Ésaguy estavam situadas no início da rua e no meio da rua, funcionando de forma ineficaz. De um dia para o outro as cargas e descargas que estavam no meio da rua foram eliminadas mantendo-se apenas 3 lugares no início da Rua José d'Ésaguy. Passado algum tempo também esses lugares foram eliminados, ficando esta rua sem estacionamento de cargas e descargas, após vários pedidos dos comerciantes foram postos apenas 2 lugares no final da rua junto à Avenida da Igreja em estacionamento paralelo, o que dificulta estacionamento dos camiões, a descarga dado que a maioria não tem espaço para baixar a báscula, desta forma, os 2 lugares não são usados maioritariamente, sendo a estrada o sítio atual por fazer as cargas e descargas, provocando desentendimentos e congestionamentos de trânsito. -----

----- Contrariamente também aquilo que foi prometido pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, que queria colocar mais lugares de estacionamento de cargas e descargas que mais uma vez, essa promessa não foi cumprida antes pelo contrário, ficamos com menos lugares que tínhamos!-----

----- Queríamos, também salientar a alteração de sentido estacionamento, alteração essa que veio trazer uma revolta enorme aos comerciantes e proprietários de lojas nas ruas afetadas principalmente na restauração que se viram na sua grande maioria com tubos de escape e traseiras dos veículos em cima das suas esplanadas, numa altura em que as esplanadas começaram a ser mais usadas devido às restrições da pandemia

estas foi mais uma medida ineficaz e surda e criando também a dificuldade na circulação, das pessoas, pessoas com cadeiras de rodas e carrinhos de bebé, como tal foi constatado por alguns deputados presentes. Esta ainda tem causado algumas batidas em veículos, porque obriga as pessoas a fazer mais manobras e nalguns casos sendo as pessoas mais idosas traz alguns problemas.-----

----- Até hoje, ....(Inaudível). -----

----- É mais uma vez uma falsa questão e mais uma vez a falta de noção de medidas tomada notória e como a sensibilidade para os comerciantes e transeuntes.-----

----- Quanto ao estudo de um parque subterrâneo é uma promessa que dura há muitos anos, mas nunca se concretizou.-----

----- O estacionamento das bicicletas na sua grande maioria está sempre vazio. As trotinete as bicicletas de aluguer continuam a ser largadas nos passeios e em frente às lojas! Podemos inferir que do que se refere ao caso específico não parece viável que se conservam decisões num contexto restrito ou caracterizado de interesses num grupo em particular.-----

----- Hoje o comércio em retalho instalado em Alvalade constitui uma das mais fiéis referências de dinamismo sócio-económico e não é por acaso que vulgarmente extinguímos um bairro pela qualidade, pela quantidade, diversidade e concentração da sua oferta comercial.-----

----- Permitam-me discordar da afirmação do Senhor Presidente da Junta quando diz que a medida trouxe problemas aos comerciais! Não foi só os comerciantes, Senhor Presidente, mas, como também aos seus visitantes, ao apoio domiciliário, pois quando se deslocam à zona para fazer compras, visitar alguém ou prestar apoio a um idoso não conseguem estacionar o seu veículo. Atualmente estacionam em frente a garagens ou em segunda fila e quando se deslocam ao comércio estão sempre apesados para saírem das lojas. Perdemos a conta aos visitantes à zona quando se apercebem que o estacionamento é só para residentes vão embora e não retornam.-----

----- São estas situações que assistimos diariamente e se com a situação da covid o comércio foi muitíssimo prejudicado com a alteração e a falta de opções de estacionamento veio agravar ainda mais a situação delicada no pequeno comércio. Ao contrário do que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade afirma, o estacionamento é vital para a dinamização da zona comercial de Alvalade. O tipo de cliente e o visitante da zona não se descoloca ao bairro de transporte público, nem de bicicleta, nem sequer preocupado se tem estacionamento ou não, pura e simplesmente deixa de ir à zona!-----

----- Ao contrario do que o Senhor Presidente da Junta afirmou, que nunca há times perfeitos e que isso não pode impedir as alterações de serem realizadas, então porque esperar pelo fim da pandemia para reavaliar a situação, quando isso não foi tido em conta para executar estas alterações, acha que 11 meses depois com provas dadas, com fotografia e o caos instalado, não será suficiente para se fazer uma reavaliação da situação?-----

----- Agradecemos desde já à Comissão todas as recomendações feitas e aprovadas por unanimidade, e por último gostaríamos de deixar o convite ao Senhor Presidente

da Junta de Freguesia de Alvalade para se reunir com os representantes dos comerciantes da zona e respetivos peticionários de forma a avaliarmos novamente esta situação, tendo em conta as recomendações da Comissão ao qual muito agradecemos! -

----- Muito obrigada!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Relatora Margarida Penedo. Não intervém como relatora, só depois como Deputada, está bem!”-----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Natacha Amaro do PCP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde novamente!-----

----- É mais uma petição que chega à Assembleia Municipal que muito saudamos, pela sua importância e pertinência, e pelo esforço dos seus peticionários e dos munícipes que subscreveram este texto. É mais um exemplo de participação e cidadania, que valorizamos.-----

----- Relativamente às recomendações da 8ª Comissão sobre este relatório, iremos aprová-las por considerarmos que vão, na sua generalidade, ao encontro das reivindicações dos peticionários e dos problemas apresentados.-----

----- O PCP acompanha muitos dos problemas invocados na petição, inclusivamente, os vereadores do PCP na Câmara Municipal de Lisboa visitaram (mais do que uma vez) alguns dos locais referidos, falando com comerciantes e moradores. Relativamente à questão abordada na Recomendação nº5, sobre a Rua Marquesa Alorna, fizemos há uns meses atrás um requerimento à Câmara Municipal de Lisboa com estas preocupações tendo-nos sido respondido que as alterações feitas tinham a ver com a segurança das vias partilhadas. É evidente que também é necessário intervir nesta matéria mas, pensamos, que isso não deverá ser feito à custa de outras consequências (também gravosas e complicadas) para moradores e comerciantes.-----

----- Mais uma vez reforçamos (e esta é uma matéria demasiado recorrente!!) que a ausência de comunicação agudiza as situações e os problemas. Neste caso concreto, e no que toca à Recomendação nº1 – directamente relacionada com o título desta Petição, levanta-se uma questão relativamente às soluções encontradas para os problemas de estacionamento da cidade. A solução encontrada para este espaço concreto – estacionamento apenas para residentes naquelas ruas – não só não resolveu como trouxe um conjunto de outros problemas que esta petição bem ilustra.-----

----- A falta de diálogo e a implementação de medidas avulsas têm consequências e levam até a que os vários utilizadores dos espaços não se entendam. Colocar moradores (que querem o maior número de espaços de estacionamento reservados para si) contra comerciantes, fornecedores, estudantes, etc. que também são cidadãos,



que também vivem, trabalham na cidade e precisam dos mesmos espaços, não é, do nosso ponto de vista, o caminho para a resolução dos problemas de estacionamento. ---

----- Uma nota final sobre os prazos. Consideramos que os prazos de resposta aos munícipes são uma questão que necessita de uma atenção particular da nossa parte. Esta Assembleia está a chegar ao fim do seu mandato mas não podemos dar como (mau) exemplo esta petição que deu entrada nesta casa em Outubro de 2020 e é discutido e votado o relatório sobre a mesma 9 meses depois. É demasiado e os munícipes merecem melhor. -----

----- Assim, esperemos que estas recomendações que tanto tempo levou a ser reformuladas sejam hoje aprovadas e que a Câmara as possa acolher e implementar!

----- Obrigada!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Margarida Penedo do CDS-PP, como deputada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Secretária. Senhor Presidente, Senhores Deputados, parece-me que não está aqui neste momento o Senhor Vereador, mas se estiver o Senhor Vereador. -----

----- O que se passa aqui neste bairro é conhecido há muitos, muitos, muitos anos há décadas que há problemas de estacionamento e de circulação aqui nesta zona que, no fundo é definida pela Avenida da Igreja, por aquelas perpendicular de que estes senhores peticionários falam a rua Acácio Paiva e a Rua José d’Ésaguy e depois é José Duro e depois mais uma série de outras, é conhecido, porque é uma zona com muito comércio e é uma zona com edifícios baixinhos, mas com alguns andares ainda e não tem esta não têm garagens, portanto, há 20 anos que há problemas ali para não ir mais atrás. Eu acho que até há mais atrás! -----

----- Há problemas que são conhecidíssimos e há problemas e há conflitos com isto! Aquela rua é uma rua difícilima, Avenida da Igreja cujo traçado agora está muito condicionado, também, já é um bocadinho reflexo do Governo da cidade se ter apercebido das dificuldades que ali estavam!-----

----- O que se passou neste caso foi que a Junta por sua iniciativa a conversar com a EMEL e alterar o estacionamento em duas ruas, na Rua Acácio Paiva e na Rua José d’Esaguy para exclusivo de residentes, estava-se mesmo a ver que isto não ia dar bom resultado! Não só se estava a ver que não ia dar bom resultado, porque as pessoas e aquele comércio ali é um comércio de um tipo que já não há em toda a cidade e, portanto, atrai para ali muita gente que não mora naquela zona. E, portanto, estava-se mesmo a ver que as pessoas não irão conseguir parar ali e também se estava mesmo a ver que, durante o dia, aquelas zonas exclusivas para residentes iam ficar com lugares

vagos, porque as pessoas que moram saem para trabalhar e como não tem os carros dentro da garagem, tem os carros na rua, quando saem para trabalhar os lugares ficam vazios, isto era uma evidência para toda a gente menos para o Governo da cidade! ----

----- Hoje, os senhores peticionários sugeriram que esta limitação do horário fosse alterada e passasse a vigorar um modelo em que o horário seria partilhado das 9 às 19, portanto, horário considerado normal de trabalho - o chamado horário de expediente, - seria um horário partilhado e só daí em diante seria a exclusivo para residentes.-----

----- A Junta não acolheu, os senhores peticionários juntaram-se, escreveram a petição, reuniram as assinaturas e a 8ª Comissão ouviu os senhores peticionários e ouviu o Senhor Vereador Miguel Gaspar, que tem o Pelouro da Mobilidade.-----

----- Com base nisto construiu aqui um documento que eu tenho na mão e que tem algumas recomendações que a integram o mais possível aquilo que é pedido pelos próprios peticionários e mais algumas coisas de que nos damos conta ao longo das sessões das audições que vamos fazendo.-----

----- Em primeiro lugar, pede-se que a Câmara pondera a possibilidade de o estacionamento entre as 9 e as 19, é uma evidência, ou seja, durante todo o horário de trabalho convencional deixe de ser exclusivo para residentes e tenha parquímetros como funciona o resto da cidade, mas é muito importante caso, isto seja, efetivamente posto em prática que depois durante o horário exclusivo de residentes, ou seja, à noite, exista uma efetiva fiscalização por parte da EMEL, porque se não então não serve para nada como outras zonas da cidade onde isto aconteceu e depois como a EMEL não fiscaliza durante a noite, qualquer pessoa vai estacionar e, em vez de ser um benefício passa a ser uma desvantagem.-----

----- Obviamente, pede-se à Câmara que envolve os moradores e os comerciantes em decisões futuras, que reavalie o número e localização no exterior dos lugares afetos a cargas e descargas, tendo em conta os interesses dos moradores e dos comerciantes, porque isto até parece que os interesses são contraditórios e não são, esses interesses, não são contraditórios....”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Deputada, já ultrapassou o tempo se puder reduzir!”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vou terminar, Senhor Presidente, peço desculpa!-----

----- Por fim que a Câmara dê – não é a última nota, mas referi-me a ela em último lugar, que a Câmara dê prioridade à construção do parque de estacionamento subterrâneo que agora diz que vai construir no Largo Frei Heitor Pinto, não faz sentido nenhum que isto não esteja já construído há imenso tempo, este mandato acaba agora de quatro anos, mas, antes disso, o Partido Socialista tem estado na Câmara de Lisboa há catorze anos, como é que, em catorze anos não deu conta disto e não fez um parque de estacionamento subterrâneo naquela zona, eu acho que isto é daqueles pontos que é indesculpável, eu não consigo encontrar uma justificação plausível para isto!-----

----- E concludo Senhor Presidente, evidentemente, inverter outra vez a situação da Rua Marquesa de Alorna, porque não faz sentido nenhum, também, que os carros estejam virados para cima das pessoas estão sentadas nas esplanadas. -----

----- Muito obrigada!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, com tempo cedido do PPM.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo de Mello Gonçalves (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, senhores secretários, senhores deputados municipais. -----

----- Uma primeira nota para saudar os peticionários pelo ato de cidadania e pela petição que trouxeram, petição pertinente diria eu que, trouxeram a esta Assembleia Municipal.-----

----- E uma segunda nota para lamentar aquilo que motivou esta petição, ou seja, a tomada de decisão por parte de alguns órgãos autárquicos sem previamente informar, conversar e precaver situações com, neste caso com comerciantes, mas também com residentes. Isso ficou expressa, aliás, na própria posição que a Associação dos comerciantes de Alvalade emitiu publicamente quando a medida foi implementada, referindo que não tinham sido previamente informados nem tidos em conta nesta matéria e pela petição que surge aqui. -----

----- De facto, estas decisões carecem de um envolvimento da população territorialmente abrangida por estas medidas e é isso que se espera de uma Câmara Municipal e de uma Junta de Freguesia.-----

----- Terceira nota, também, para referir que há aqui situações que não fazem qualquer sentido. O caso da inversão do estacionamento na Rua Marquesa de Alorna é um deles, eu também tive oportunidade de visitar a zona por diversas vezes, quer enquanto a obra decorria quer posteriormente e se passarmos na Marquesa de Alorna, constatamos que a distância entre os escapes dos carros que agora estão estacionados ao contrário, digamos assim, e as esplanadas de restaurantes e cafés, o espaço e praticamente de uma pessoa, ou seja, um escape está em cima da esplanada e não faz qualquer sentido nas circunstâncias em que nós estamos, quando se anda a apelar que se frequentemente esplanadas se tomem medidas que levem a que os escapes esteja em cima das esplanadas e obviamente que os comerciantes e eu falei com alguns deles estão profundamente descontentes com essa matéria. -----

----- Por último referir que as recomendações da 8ª Comissão e que, aliás, vão no sentido daquilo que é o objetivo dos peticionários, são pertinentes e eu diria que até que são razoáveis, ou seja, não se propõe que se regresses à situação anterior, propõe-se uma situação de compromisso com o estacionamento partilhado entre o público,

por assim dizer e os residentes, tendo, obviamente, os residentes lugares exclusivos no período noturno mas, obviamente, que tudo isto só faz sentido, como já aqui foi referido se, de facto, a EMEL proceder a essa fiscalização e, portanto, revejo-me perfeitamente nas recomendações que a 8ª Comissão faz e irei votá-las favoravelmente. -----

----- Obrigado!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Borges do Partido Socialista.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Borges (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente cumprimentar a Mesa, cumprimento o Senhor Vice-presidente e os senhores e senhoras deputadas, cumprimentar também os senhores e as senhoras peticionárias em particular, a comerciante Margarida Coelho e dizer que, como é hábito desde o princípio, eu estou disponível como sempre estive para reunir com todos os comerciantes, assim me sejam pedidas as reuniões, aliás, eu tive oportunidade de em setembro como referiu, reunir com um representante de cada rua onde tinham sido feitas alterações, bem como com a presença da Senhora, Presidente da Associação de Comerciantes de Alvalade Elsa Gentil Homem e também já tive oportunidade de lhe responder a algumas questões por intervenções que fez em reuniões de Executivo da Junta de Freguesia de Alvalade. -----

----- Eu penso que é importante neste ponto fazer um pouco de histórico que a Senhora Deputada Margarida Penedo, também, fez e que agradeço, porque é importante que em vez de olharmos para a fotografia do momento, entendermos aquilo que foram os últimos quinze, vinte anos da zona de comércio de Alvalade, isto é da Avenida da Igreja e das ruas envolventes. -----

----- Seja do ponto de vista do tecido social e residencial, porque se trata-se de uma zona não apenas comercial, mas também residencial em que houve uma alteração muito importante do tipo de pessoas e de famílias que ali residiam que passou ao longo dos últimos vinte anos de uma população mais envelhecida que muitas vezes não tem automóvel, substituído por famílias mais jovens que muitas vezes tem mais automóveis, isto significa que houve um aumento de pressão, reconhecidamente por toda a gente, aliás, pública e notoriamente. E houve também desde a crise de 2013 numa primeira fase com prejuízo para o comércio de Alvalade, mas desde então, sobretudo, desde do momento em que os lisboetas deixaram de encontrar no centro histórico da cidade, um comércio no qual se reconheciam passaram encontrá-lo na zona de Alvalade, sobretudo no que toca à restauração, mas não só!”-----

----- Isto significa que houve também um aumento de pressão na procura, não apenas por residentes no Bairro de Alvalade, mas, sobretudo por não residentes no Bairro de

Alvalade que ali encontravam o tipo de comércio com que simpatizam. Isto significa mais carros residentes, mais carros de quem nos procura.-----

----- Obviamente, foi entendimento da Junta de Freguesia de Alvalade, porque nós governamos Alvalade desde 2013 e, portanto, estamos em contacto permanente como população residente, mas também que os comerciantes a partir da Associação de Comerciantes da Senhora Presidente que, era preciso fazer uma medida que beneficiasse os residentes que eram, naquele momento, a parte mais prejudicada de toda a comunidade que utiliza aquele espaço. -----

----- E, portanto, nós alteração que fizemos na Rua José d'Ésaguy, na Marquesa de Alorna e as alterações depois com a obra na Rua António Augusto Palmeirim foram no sentido de tentar reequilibrar estas forças. E é minha convicção de que se nós não soubermos ser intérpretes deste as conveniências, nós agentes políticos com responsabilidades políticas eleitos, politicamente não sabermos serem intérpretes destas conveniências, também, no trabalho que desenvolvemos ao longo dos mandatos - destas conveniências de uma comunidade -, então nós também não saberemos poder tratar delas! -----

----- E a Junta de Freguesia de Alvalade nos últimos anos, criou respostas que mitigam esta dificuldade de estacionamento reconhecendo, aliás, e exigindo a necessidade de construir um parque de estacionamento subterrâneo no Largo Frei Heitor Pinto ou de outro sítio, qualquer que resolva cabalmente este problema.-----

----- A Junta de Freguesia nas suas pequenas competências e nas suas grandes competências introduziu medidas que foram importantes, isentamos pagamento do parque estacionamento do Mercado de Alvalade, a partir das quatro da tarde precisamente para em período noturno encaminhar o estacionamento para o Mercado de Alvalade, onde é gratuito a partir das quatro da tarde, sobretudo para as pessoas que procuram a restauração à noite e libertando o miolo daquela zona comercial também para residentes. -----

----- Mas existem outras possibilidades para quem procura o Mercado de Alvalade e que não procure utilizando as formas de mobilidade suave ou transportes públicos, mas usando veículo que, aliás, inteiramente legítimo, seja nas ofertas privativas de estacionamento com a existente no Centro Comercial de Alvalade ou na zona comercial da rua no Centro Cultural ou ainda no parque de estacionamento com bilhete diário no antigo do Parque do Narigão - ainda que seja mais longe - é de conveniência para utilização.-----

----- E, portanto, a Junta de Freguesia não deixou sem resposta ao longo dos últimos anos, antes de introduzir esta medida de gestão, quer comerciantes, quer residentes, eu penso que isto é muito importante!-----

----- Dito isto, eu acho que é importante fazer menção do que a Senhora Deputada do PCP disse, dizendo que eu não acho, digo que é sem estranheza que tendo a última diligência da 8ª Comissão ter sido realizada a 18 de fevereiro, seja apenas 6 meses depois que ela venha a plenário e que me perguntavam os latinos “*cui bono*” não é! ---

----- Mas, é importante perceber que, desde então, já foram feitas intervenções seja nas cargas e descargas, seja, também, na questão do parque estacionamento

subterrâneo do Largo Frei Heitor Pinto. A Câmara Municipal de Lisboa aprovou já o mecanismo, a ferramenta que permite a construção do parque estacionamento subterrâneo no Largo Frei Heitor Pinto e eu confesso que não é sem alguma estranheza, que noto que algumas forças políticas e não falo do CDS que votou favoravelmente esse mecanismo, algumas forças políticas de direita que encontram sempre as dificuldades inerentes às coisas, tenham votado contra a construção do parque de estacionamento subterrâneo ao Largo Frei Heitor Pinto e falo em particular do Partido do PSD. -----

----- Portanto, não vale a pena termos entendimentos, diversos, distintos e discursos diferentes para as mesmas questões é importante que depois os partidos políticos demonstrem ao que vêm e neste caso, nós não podemos deixar de considerar que há posições dúbias ou posições desencontradas daquilo que são as necessidades e daquilo que, depois é expresso pelos partidos aqui. -----

----- O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará, naturalmente favoravelmente estas recomendações, eu não concordo inteiramente que elas não tenham produzido efeitos que tenham vindo ao encontro das necessidades dos residentes, vieram, nalguns casos vieram, reconhece que noutros casos que possa ser importante repensar ou ponderar algumas alterações, estamos naturalmente e sistematicamente, disponíveis para conversar, seja com a Câmara Municipal, seja com a EMEL, seja naturalmente com os comerciantes, sejam organizados em torno da Associação dos Comerciantes, seja isoladamente, seja com os residentes. -----

----- Porque nós naturalmente não nos furtamos a falar com quem quer que seja este, eu repito, isto é muito importante, é um processo que, ao contrário do que foi aqui dito, tem muitos anos, tem muitas respostas que se complementam umas às outras e, naturalmente que isto foi feito no interesse da comunidade e como toda a gente sabe fazer uma gestão de interesses muitas vezes conflitantes, porque há naturalmente, comerciantes que são ao mesmo tempo residentes, residentes que não são comerciantes, sobretudo em momentos de pandemia em que há residentes que estão a trabalhar em casa que têm necessidades de sair durante o dia, enfim, ninguém poderá nunca em momento algum acreditar que a vitalidade do Comércio de Alvalade dependia exclusivamente de duas ruas terem passado de utilização comum para exclusividade a residentes. -----

----- A vitalidade do Comércio de Alvalade depende da força económica da cidade de Lisboa, das intervenções que a Junta de Freguesia de Alvalade tem feito no território ponto de vista das suas competências de economia e de comércio e, naturalmente, da qualidade do comércio de Alvalade que existe e que é grande que é procurada por todos e essa sim garantirá sempre e necessariamente que os lisboetas encontrem no comércio de Alvalade, aquilo que verdadeiramente precisa!-----

----- Muito obrigado!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado!”-----

----- A Senhora Deputada Margarida queria era dar uma informação ou um esclarecimento, faça fazer!”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- A única coisa que eu queria dizer aqui assim é que, agradeço as palavras do Senhor Deputado José Borges e a tolerância dele quando diz que só tinham decorrido 6 meses, mas, apesar de tudo devia ter decorrido menos tempo até estar pronto o Relatório da Comissão e essa culpa é inteiramente minha, quero reconhecer isto publicamente, devo essa explicação aos senhores deputados a esta casa e a cidade de Lisboa e, por isso peço desculpa!-----

----- Muito obrigada!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Deputada.-----

----- Pergunto à Câmara se quer intervir? Não!-----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 1 da Recomendação 158/05 (8ª CP)**. Voto contra do PEV, abstenção do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Daniela Serralha, Joana Alegre, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. O **Ponto 1 da Recomendação 158/05 (8ª CP)**, foi aprovada por maioria.-----

----- Vamos passar à votação dos **Pontos 2, 3, 4, 5 e 6 da Recomendação 158/05 (8ª CP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Daniela Serralha, Joana Alegre, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. Os **Pontos 2, 3, 4, 5 e 6 da Recomendação 158/05 (8ª CP)**, foram aprovados por **unanimidade**.-----

----- *(O Deputado Municipal Independente Rui Costa não participou na apreciação e votação desta Recomendação por se ter declarado impedido.)*-----

----- (Ausência do Deputado Municipal Independentes Miguel Graça nestas vocações)-----

----- **6. APRECIACÃO DA PETIÇÃO 2/2021 – “RUA ACTOR EPIFÂNIO”, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA BASE - 56 MINUTOS E 15 SEGUNDOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;**-----

----- (A Petição nº 2/2021 fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 8ª Comissões Permanentes**, fica anexado a esta Ata, como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante)-----

----- (A **Recomendação nº 158/06 (8ª CP)**, fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra continuou: --

----- “Vamos passar ao Ponto 6 - Petição 2/2021 – “Rua Actor Epifânio”.-----

----- Portanto, dava a palavra ao Senhor Peticionários Emanuel Sousa, que vai falar por videoconferência.”-----

----- **O Município, Senhor Emanuel Sousa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, muito boa tarde a todos os intervenientes e deputados municipais.-----

----- Venho aqui por este meio em representação da minha pessoa enquanto moradores e vizinho da Comissão Moradores e ao mesmo tempo dos 177 signatários da petição que, vem acima de tudo, porque está pela diminuição da qualidade de vida dos residentes na Rua Ator Epifânio, após a obra executada pela EMEL em coordenação com a Câmara, a pretexto da implantação da ciclovia, no fim, destruíram os ordenamento existente rua foi descaracterizada e não foi construída qualquer ciclovia neste espaço!-----

----- A Rua Actor Epifânio está num espaço habitacional consolidado, integrada numa organização da periferia da cidade, na Freguesia do Lumiar, aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa na década de 60, de acordo com a Lei e Regulamentos em vigor.-

----- O seu bom planeamento e dimensionamento, fez com que atravessasse-mos cinco décadas até hoje, com bom nível de serviço no desempenho de todas as funções para que fomos destinados.-----

----- As dimensões do seu espaço canal são generosas para que ali se possa introduzir uma ciclovia, caso fosse esse o verdadeiro interesse sem entrar em conflito com a restante infraestrutura nem destruir o ordenamento existente.-----

----- No entanto, o que se observa atualmente no terreno é que a ciclovia ficou à porta na estrada do desvio e a Rua Ator Epifânio foi travestida em zona de coexistência a julgar pelo sinal de trânsito que nos plantaram à entrada da rua ou zona 40 de circulação mista, a julgar pela memória descritiva do projeto de execução.-----

----- Há que enfatizar que o que ali foi feito, não passa de uma grande trapalhada urbanística resultante de um planeamento autista que deixou a nossa rua incapaz de cumprir todas as funções para que foi destinada no serviço aos cidadãos. Acima de tudo o atravessamento da Rua ator Epifânio por uma ciclovia corretamente planeada e executada, seguindo as recomendações mediante o IMT e respeitando o Artigo 40º do PDM, era uma boa justificação para a obra da EMEL e nós moradores e vizinhos aceitaríamos pacificamente.-----

----- Já a intervenção que está levada a cabo, não tem sustentação válida que a justifique, não resolveu qualquer problema antes pelo contrário, vai criar problemas que não existiam!-----

----- Não houve consulta pública, a obra foi feita à revelia dos moradores, que nem sequer conseguimos consultado o respetivo projeto em tempo útil, apesar de termos solicitado a consulta do projeto desde a Assembleia de Freguesia do Lumiar a 30 de dezembro de 2020, já com a obra a decorrer, só conseguimos esse objetivo pela boa vontade do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves da 8ª Comissão Permanente, a quem desde já saudamos e agradecemos mas, infelizmente, foi só 16 de maio de 2021 já com obra dada por concluída.-----



----- Fomos confrontados com a política do facto, consumado impõe-nos problemas diários e a diminuição da qualidade de vida que tínhamos antes e que nos foi retirada com esta obra. -----

----- O Ordenamento do Território na Ator Epifânio não tinha problemas urbanísticos, infraestruturais, tráfego, segurança, de organização do espaço ou outros que de algumas forma a tornasse elegível para uma obra deste tipo e desta envergadura de 485.000 euros mais IVA. -----

----- Não estávamos sinalizados como zona problemática como necessidade de reabilitação, até eramos uma zona urbana consolidada, nem sequer houve nenhum pedido dos moradores nesse sentido, tínhamos baixa intensidade de tráfego, a rua é sem saída dá acesso a residências e as velocidades ali praticadas são baixas e só somos procurámos essencialmente para estacionamento noturno. -----

----- Portanto, nós não precisávamos desta obra na Rua Ator Epifânio, além desnecessária, foi contra os interesses e as necessidades dos residentes, esta obra padece de um planeamento irracional e de um péssimo dimensionamento que não se adequou a realidade existente e veio introduzir problemas que antes não tínhamos, muitos deles foram detetados que o relatório da 8ª Comissão que passo a enumerar: ----

----- 1 - Foi a diminuição do conforto e segurança na mobilidade pedonal, antes tínhamos 390 metros de passeio exclusivo a peões, com a intervenção suprimiram 203 metros e deram todos lugar canteiros, perdemos continuidade da rede pedonal, perdemos acessibilidade dos peões, antes todos os peões podiam circular no seu canal próprio, desde a entrada e circundar a rua toda e a respetiva Praceta não tínhamos interrupções nem constrangimentos, agora quer queiramos entrar ou sair da Ator Epifânio temos de partilhar com as bicicletas um canal com 84 metros de comprimento e desses 84, 37 metros são também partilhados por carros e motas nos acessos às garagens. -----

----- Agora, só um terço dos lugares confina com o passeio, os restantes dois terços passámos a confinar com canteiros. -----

----- No acesso aos lugares de estacionamento, vamos ter que circular pela rodovia ou por cima dos canteiros. -----

----- Mais ainda, alguns passeios viram a largura livre passar de 3,80 metros para 2 metros, com a implantação de canteiros e caldeiras para plantação de árvores. Volto a frisar estas caldeiras não têm grelha de proteção e constitui um perigo para a segurança dos peões especialmente os têm mobilidade reduzida ou possuem deficiência visual. -----

----- 2 - São as dificuldades de circulação rodoviária, designadamente para veículos de combate a incêndio e para os próprios camiões do lixo. -----

----- Antes rua tinha sete metro de largo, duas faixas de rodagem uma em cada sentido, como convém a uma rua sem saída, que dava para circular simultaneamente sem constrangimentos a veículos quaisquer dimensões, agora ficámos reduzidos a uma única faixa com quatro metros de largo, onde a circulação em sentido oposto têm de ser feita à vez e as manobras de saída do estacionamento em espinha são altamente dificultadas. -----

----- A curva à entrada passou a ser em cotovelo e a largura passou de 8 para 4, 80 metros e o raio foi igualmente diminuído. Portanto, as dimensões da Praceta e a curva foram tal maneira reduzidos que agora os veículos de maior porte não conseguem fazer inversão de marcha daí ver-se frequente as camionetas de recolha do lixo a saírem da Rua Ator Epifânio de marcha-a-atrás.-----

----- Até no passado dia 10 de março foram lá os bombeiros por causa de uma fuga de gás entraram de frente e tiveram que sair com o carro de bombeiros de marcha-a-atrás. Agora podemos imaginar o que é que podem ser as manobras dos carros de bombeiros num verdadeiro combate a um incêndio. O tempo gasto em manobras é tempo perdido em socorro! Os recursos humanos e materiais ficam também comprometidos.-----

----- Mais ainda, é uma obra mal planeada que não teve em conta o combate a incêndios, não teve sequer consulta pública aos moradores.-----

----- Previam 4.561 metros tubos de rega, mas nem uma única boca-de-incêndio.-----

----- O terceiro ponto, também, destacado na petição e verificado como um problema, a impossibilidade agora de todos os residentes da Ator Epifânio ali poderem estacionar. Antes na Ator Epifânio tínhamos 58 lugares estacionamento em recorte destinado para o efeito e espaço da Praceta para 11 carros não marcados em espinha, o que tínhamos 69 lugares de estacionamento legal.-----

----- No projeto temos 41 lugares, o Vereador Miguel Gaspar anunciou à Comissão Permanente 46 lugares e no terreno, temos apenas marcados 39 lugares, temos 5 prédios com 61 fogos. Na altura antes das obras tínhamos um lugar por fogo agora com a redução efetiva 30 lugares tal já não é possível, não temos alternativas de substituição, acabámos convertidos numa zona de défice estacionamento que vai-se alargar as zonas circundantes da Calçada do Poço e da Calçada de Carris, onde a procura também é maior que a oferta!-----

----- E pior ainda, também somos empurrados por estacionamento ilegal, não compreendemos a política da Câmara Municipal, nem é fácil de explicar o problema de estacionamento da cidade.-----

----- Mais ainda, admitiu o Senhor Presidente da EMEL à Comissão que é usual, quando ele chega a determinado local que se possa perder lugares, mas na Rua Ator Epifânio, não há nem havia razão que justificasse a eliminação dos lugares legais substituídos pelos canteiros.-----

----- No nosso caso a EMEL e a Câmara destruíram estacionamento legal e provocaram o ilegal, não temos alternativas para os lugares suprimidos, mas construíram um parque de rebocados na mesma Freguesia do Lumiar, é simplesmente perverso!-----

----- Reduziram-nos a capacidade de estacionamento numa zona consolidada periférica, é um erro que nos vai trazer problemas enquanto residentes e para a cidade.-----

----- Quem estaciona ilegalmente à noite, de manhã não pode deixar o carro nos lugares e em vezes de utilizar ao transporte coletivo vai levar o seu automóvel para o interior da cidade.-----

----- A intervenção deixou-nos com problema de estacionamento que nós não tínhamos, é fundamental a recuperação dos lugares estacionamento repondo a

condição existente pré-obra! Nós não pedimos nada que não tivéssemos, só não queremos que nos tirem o que tínhamos!-----

----- 4 - É as infiltrações de águas pluviais nas residências de cota inferior aos canteiros introduzidos. Há uma zona onde foi introduzido os canteiros e tem 3 pisos abaixo do solo, é necessário corrigir o erro recuperando o que existia antes da obra e permitir as condições mínimas de salubridade nos edifícios. -----

----- 5 - Há um barramento da luz solário e do campo visual pelas árvores plantadas junto às fachadas, quando forem adultas, nós sempre tivemos uma zona verde arborizada com o lugar de passeio e lazer, até tivemos bancos de Jardim e tivemos até um balance para crianças, agora nem um único equipamento para crianças. -----

----- Esta intervenção sacrificou área de passeios e lugares estacionamento para introduzir canteiros. A plantação de várias árvores entre as quais quatro ao lado dos prédios da Rua Ator Epifânio não se respeitou o Regulamento Municipal do Arvoredado, tal como também enuncia as recomendações da 8ª Comissão Permanente, quanto à distância das fachadas e acima de tudo quanto à distância aos candeeiros de iluminação pública. A copa das árvores, quando forem adultas vai entrar em conflito com as fachadas invadidas respetivas varandas e janelas. -----

----- As fachadas estão viradas a norte e noroeste...” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Senhor Peticionários Emanuel Sousa, pedia-lhe que conclui-se porque já ultrapassou o seu tempo!” -----

----- **O Município, Senhor Emanuel Sousa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Com certeza estou perto! -----

----- Neste aspeto das árvores verificamos que o Vereador Sá Fernandes interveio na 8ª Comissão Permanente e as suas intervenções foram erróneas, falsas e mostram um perfeito desconhecimento da realidade da nossa Praceta. É uma obra que nós temos aqui um compêndio de erros e que inexplicavelmente não respeita os próprios Regulamentos Camarários!-----

----- Nós sofremos um atentado urbanístico, ficamos altamente debilitado, incapazes de cumprir com o nível de serviço que antes prestávamos aos residentes e visitantes.---

----- Mais ainda para terminar, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar Doutor Pedro Delgado Alves, tem um ficheiro com plantas que incluem as nossas propostas de alterações desde o dia 7 de maio, quando foi ao local com todos os problemas a corrigir e na Assembleia de Freguesia de 30 de junho assinalou a Praceta da Rua ator Epifânio como uma zona sugerida a ser intervencionada pela EMEL, reorganiza canteiros, passeios e recuperar os lugares pedidos para os residentes que foram perdidos para a obra. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Peço-lhe que conclua!” -----

----- **O Município, Senhor Emanuel Sousa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto, terminando. Nós acreditamos no bom acolhimento do relatório e agradecemos à 8ª Comissão Permanente por tudo o que fez por nós, por todas as audições e esperamos e aguardamos que este relatório seja aprovado e que a Câmara intervenha rapidamente no espaço público. -----

----- Muito obrigado!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado!”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Pires do Bloco de Esquerda, como relatora.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção na qualidade de Relatora: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, senhores deputados, senhoras deputadas senhores secretários, cumprimentar em primeiro lugar os peticionários na pessoa do Senhor Emanuel Sousa que também fez a apresentação desta matéria na 8ª Comissão dizer que sobre o objeto desta petição que, obviamente, traz um problema muito específico daquela população naquela rua que foi sendo identificado, já foi aqui explicado quais é que foram as principais preocupações levantadas pelos peticionários. -----

----- Dizer que a 8ª Comissão fez várias audições sobre esta matéria em primeiro lugar aos próprios peticionários, em segundo lugar ao Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, mas também ao Presidente do Conselho da Administração da EMEL, ao Vereador Miguel Gaspar e, por fim já em junho deste ano ao Vereador José Sá Fernandes, por causa da ligação desta obra com as questões do espaço verde.-----

----- E relativamente e passando já à questão das recomendações, até porque considerando que a obra entretanto teve a sua finalização de execução, pareceu à 8ª Comissão que seria importante também podermos garantir, inclusivamente para o futuro e para trabalho futuro desta Comissão, mas também de este tipo de intervenções na cidade que, de facto, isto não é matéria nova, mas que possam ser garantidos mecanismos consulta prévia e discussão pública de projetos e ou planos que tenham como objetivo a alteração da via pública, instalação de ciclovias, arranjo de espaços, alteração do estacionamento, sendo certo que isto em alguns casos acontece noutros casos não acontece e, portanto, deverá haver aqui uma tentativa de harmonização e de efetivar estes mesmos mecanismos. -----

----- Que o grupo de peticionários seja informado ou que se mantenha informado sobre as alterações que possam ainda vir a ter lugar na sua zona de residência, tal como também foi referido durante algumas das audições e que caso que existam novas alterações que possam ser envolvidos na criação das alternativas viáveis de estacionamento para os moradores. -----

----- Que também sejam simplificados os metros divulgação de informação pública dos projetos e ou planos de reordenamento da via pública e ou estacionamento

especificamente no *site* da Câmara Municipal de Lisboa, por forma a criar um mecanismo de maior transparência da informação.-----

----- E por fim que a Câmara Municipal se pronuncie também sobre o cumprimento do Regulamento do Arvoredo no que toca às medidas que foram implementadas na Rua Ator Epifânio já que também essa resposta acabou por ainda não chegar à Comissão e, portanto, fica aqui o reforço da necessidade de mais informação sobre o cumprimento do Regulamento do Arvoredo nesta rua, sem prejuízo de obviamente, os petiçãoários poderem continuar a acompanhar esta matéria e a Assembleia Municipal também o poder continuar a fazer como faz sempre!-----

----- Obrigada, Senhor presidente!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Gabriel Batista Fernandes do CDS-PP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Batista Fernandes (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhoras Secretária. Senhor Presidente obrigado mais uma vez, boa tarde.-----

----- Agradecer aos petiçãoários, realmente pelo trabalho que tem sido feito e pelas sugestões que foram dadas.-----

----- E olhámos para estas recomendações, a palavra que mais aparece aqui é a palavra informação, ou seja, está-se sempre a pedir informação, precisamos de informação, de consulta prévia, não há projetos, não há estudos, não há nada e ninguém sabe nada!-----

----- A questão que se põe e que eu já estou farto de pôr aqui, é este Governo da Câmara governa para quem? Faz uma obra que não interessa a ninguém antes pelo contrário, só prejudica as pessoas!-----

----- E depois é uma coisa de 480.000 euros, estamos a falar, não é! E ida por cima depois disto ainda comete ilegalidades ao Regulamento do Arvoredo, por exemplo, e depois desta apresentação que vimos agora aqui do representante petiçãoários está tudo dito, não é preciso dizer mais nada!-----

----- Obrigado!-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, que tem cedência de tempo da Senhora Deputada Aline Beuvink.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo de Mello Gonçalves (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, senhores secretários, senhores deputados municipais.-----  
----- Uma primeira nota, obviamente para saudar os peticionários pela petição que apresentaram à Assembleia Municipal.-----  
----- Não vou propriamente, aliás, por isso, foi bem explícito na apresentação do peticionário, não vou referir aquilo que se passou com este processo, mas se olharmos para o historial desta petição, quase que poderíamos dizer que isto é ou poderia ser um manual de tudo o que não deve ser a gestão autárquica!-----  
----- Ou seja, existe uma intervenção numa zona residencial, ao contrário da petição que discutimos anteriormente, sem que ninguém seja sequer avisado, não falo sequer consultas públicas, falo de avisos e os residentes acordam um dia com umas tarjas e vão ter uma obra à porta e ninguém sabe o que é que vai ser feito!-----  
----- Tentam, de seguida perceber e aceder ao projeto, pedem-no, pediram-no à Junta de Freguesia, pediram-no à EMEL que era a dona da obra e ninguém lhes respondeu, nem a Junta nem a EMEL. Perante isto lançaram uma petição à Assembleia Municipal.-----  
----- A 8ª Comissão recebe a petição, começa a fazer o tratamento que é habitual nestas matérias e uma das coisas que sucessivamente pediu e eu fui um dos deputados que pediu na 8ª Comissão foi acesso ao projeto. Quando a 8ª Comissão começou a tratar estávamos no início deste ano.-----  
----- Entretanto, a 8ª Comissão apenas recebe o projeto no dia 14 de maio, isto é, depois das audições que foram feitas ao Senhor Presidente da Junta do Lumiar, depois da audição ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da EMEL e depois da audição ao Senhor Vereador da Mobilidade Miguel Gaspar. Entretanto, a obra praticamente acabam e a situação dos moradores está pior do que o que estava!-----  
----- Aliás, o próprio Presidente da Junta como aqui foi referido, afirmou na Assembleia de Freguesia que vão ter que fazer correções àquilo que foi a intervenção feita na Rua Ator Epifânio, com a correção de canteiros, de estacionamento entre outras coisas.-----  
----- À data de hoje e espero que a Câmara possa esclarecer de uma vez por todas esta questão, permanece a dúvida sobre a legalidade de algumas situações, nomeadamente o cumprimento do Regulamento Municipal do Arvoredo, naquilo que diz respeito às distâncias entre as árvores e as fachadas ou entre as árvores e os candeeiros de iluminação pública.-----  
----- Para terminar tudo isto, custou a módica quantia caso não tenha havido derrapagens de 485.000 euros mais IVA. Resta saber agora quanto é que vão custar as correções que vão ter que ser feitas, porque a responsabilidade não pode ser imputada ao empreiteiro, porque ele limitou-se a cumprir o projeto.-----  
----- E, portanto, termino dizendo novamente que está petição e de todo este historial é exatamente um manual de tudo o que não deve ser a gestão autárquica nesta cidade. ---  
----- Obrigado!”-----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreira Antunes do PEV.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muitíssimo obrigado, Senhor Presidente, muito boa tarde e muito obrigado.-----

----- Os Verdes saúdam os subscritores da petição ‘Rua Actor Epifânio’, na Freguesia do Lumiar, que através da mesma manifestaram as suas preocupações acerca dos impactos que as obras da Câmara Municipal de Lisboa têm sobre aquela praça, criando novos problemas onde eles nunca existiram.-----

----- Esta intervenção da EMEL pretendia ter como objectivo melhorar o espaço público e criar uma ciclovia de ligação entre a Ameixoeira e Monsanto. Porém, os residentes queixam-se de não terem sido previamente informados sobre os pormenores da obra, protesto que se estende às administrações de cinco condomínios.-----

----- Acontece que foi com surpresa quando viram as máquinas entrar na Rua Actor Epifânio, sem que os moradores da zona soubessem o que ali se ia passar, pois, dizem, nunca ter tido acesso ao projecto, nem ninguém ter sido chamado a pronunciar-se sobre ele. Do que se viriam a aperceber, o trabalho consistia, em síntese, em dificultar a mobilidade pedonal, estreitar a via e reduzir o número de lugares de estacionamento, passando dos legais 69 anteriormente existentes para uns anunciados 46 pela Câmara Municipal de Lisboa que, de facto, marcados serão apenas uns escassos 39.-----

----- E lembram que até a plantação de árvores, efectuada em 2009, não havia acautelado os locais ideais, tendo implicado a sua retirada parcial, porque teriam partido as manilhas da principal conduta de esgoto, situação que a Câmara Municipal de Lisboa promete agora vir a resolver. Será que, no mínimo, irá dar cumprimento ao Regulamento do Arvoredo?-----

----- É do conhecimento de todos que a falta de estacionamento é um problema que afecta muitos dos moradores daquela zona, pelo que, confrontados com os impactos dos trabalhos no local, ficaram apreensivos com as possíveis alterações que ali iriam surgir e que desconheciam por completo.-----

----- Os Verdes não podem deixar de referir uma vez mais que o início destas empreitadas, muitas vezes mal planeadas e sem salvaguardar a segurança local, que interferem com o espaço público e com a mobilidade dos moradores, necessitam de ser divulgadas junto da população e precedidas das indispensáveis consultas públicas.-----

----- Daí que, para Os Verdes, muitos dos problemas identificados pelos peticionários poderiam ser mais bem solucionados caso ocorresse o envolvimento da população e moradores, em conjunto com as entidades responsáveis pela obra, neste caso a Câmara Municipal de Lisboa e a EMEL, quanto à localização da ciclovia ali a ser implementada e ao reordenamento do estacionamento.-----

----- Como o PEV aqui vem repetindo neste plenário, importa que a Câmara Municipal de Lisboa encontre soluções de estacionamento, através de intervenções estruturantes que facilitem a vida dos moradores, os quais devem atempadamente ser

consultados nestes processos, de modo a procurar-se o equilíbrio com outros usos sem se prejudicar a requalificação do espaço público, a passagem de veículos de emergência ou os afectos à limpeza e higiene urbana, salvaguardando-se a circulação dos vários modos de mobilidade, e dando particular atenção aos munícipes quem tem dificuldades de mobilidade. -----

----- Da discussão e acompanhamento da petição em causa na 8ª CPTMS, resulta um leque consensualizado de recomendações, que o Grupo Municipal de Os Verdes também acompanha, agradecendo o pertinente alerta promovido pelos moradores da Rua Actor Epifânio. -----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves do Partido Socialista.”--

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Delgado Alves (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado pela palavra e em primeiro lugar saudava os peticionários e a mobilização que desenvolveram no sentido de procurar resolver um problema que lhes é causado e começar precisamente por aí, é o ponto absolutamente indispensável incontornável desta avaliação que se prende com a ausência que ainda subsistem em muitas áreas de intervenção municipal e de uma cultura de consulta pública e de acesso à informação por parte dos residentes. -----

----- É indesculpável que não tenham sido envolvidos residentes, é indesculpável que seja impossível aceder aos projetos atempadamente e a própria freguesia foi, enfim, não pudemos colaborar de forma mais intensa com a 8ª Comissão porque, nós próprios não dispúnhamos nas peças finais sobre estes elementos. -----

----- E fica bem demonstrado que mesmo em intervenções que tenham por objetivo melhorar, intervir no espaço público melhorando a qualidade de vida dos residentes e já lá iria, porque há aqui, de facto, um conjunto complexo de questões que não são de fácil superação, porque o espaço é exíguo e a pressão no território é grande, mas acabamos por sair com um resultado que, pontualmente podendo resolver alguns aspetos de forma que simplesmente seria objeto de correção, acaba por trazer problemas adicionais ao território. -----

----- Portanto, nesse sentido é compreensível a mobilização dos peticionários, quer no momento em que estiveram na Assembleia de Freguesia e puderam dar nota disto, já por duas ocasiões, e depois também oportunidade de estar no local e, enfim, aproximadamente na mesma altura que a Comissão também avaliada a matéria e percorrer os locais, identificar matérias que manifestamente se tivesse ocorrido discussão pública teriam ficado identificadas à cabeça com devendo ser objeto de correção e que, por isso, os próximos tempos terão que ser objeto de intervenção. -----



----- Efetivamente há ali um problemas, este talvez será o único ponto que tem alguma discordância com que os peticionários dão nota, efetivamente a ideia que não havia problemas estruturais, ali é o ponto em que não acompanho inteiramente, ou seja, a praceta, de facto, tinha um problema como tem globalmente aquela zona do bairro de estacionamento excessivo, porque estamos a falar de construção feita no momento em que não há garantia de estacionamento subterrâneo em muitos dos residentes e, portanto, há uma pressão adicional ao longo dos anos com o aumento do parque automóvel e, portanto, havia muita pressão, quer daquele arruamento e Praceta, quer nas envolventes e efetivamente havia aí um problema de estacionamento irregular, especialmente no período noturno que ele sim, também, já eram um fator de preocupação ao nível do que respeitava, por exemplo, o acesso de viaturas de emergência. -----

----- Ou seja, a configuração anterior, tinha já esses problemas muitas vezes o sob estacionamento no período noturno dificultava o acesso em situação de socorro ou de uma emergência dessa natureza, portanto, esse era um aspeto que tinha de ser acautelado e tinha que ser corrigido e de alguma maneira esta intervenção podia ter resultado com esse objetivo. -----

----- Adicionalmente, também, a ideia de reforço de espaços verdes articulada com o desenvolvimento da rede ciclável é um aspeto que também todos partilhamos como objetivo, naturalmente, ela tem é que trazer mais vantagens do que desvantagens e esse é o ponto do grande in consequimento desta intervenção. -----

----- E, também, complementarmente o conjunto daqueles arruamentos e volto a dizê-lo, tem muito a ver com as características do bairro que dificulta o encontrar espaço suficiente para estacionamento. É uma zonas, enfim, periférica do território da freguesia e da cidade, também, fronteira com a freguesia vizinha de Santa Clara que enfrenta as mesmas dificuldades de gestão e para a qual globalmente há, de facto, um circuito significativo ao longo dos últimos anos, de procurar não só aumentar a segurança rodoviária como também aumentar a oferta de estacionamento. -----

----- Obviamente, que tudo isto tem que decorrer de forma articulada e se as peças se movem antes do momento em que fazem sentido, naturalmente, isto gera dificuldades aos residentes. -----

----- Nós procuramos já no diálogo que temos vindo a manter com o Município identificar zonas onde já se consegue identificar e adicionalmente zonas de marcação de estacionamento nas envolventes, ou seja, retirando a pressão, por vezes até de pessoas que não sendo moradores na Rua Ator Epifânio lá estacionam, estacionavam ou ainda procuram estacionar, procurando encontrar soluções quando não encontram noutros locais, temos esse mapeamento feito, muitos deles conseguem-se alcançar com pinturas e com alguns acertos na envolvente, mas também no próprio miolo da Praceta, como, aliás, já foi referido pelos peticionários. -----

----- Alguns acertos canteiros viabilizaria melhor circulação e melhor ordenamento do estacionamento e também a questão da realocização do sítio onde estão os contentores da recolha do lixo pode, também, oferecer mais libertação do lugar estacionamento. -----

----- Bem como, a questão que foi frisada em particular das quatro árvores que manifestamente estão num local em que, não só não são uma mais-valia do médio prazo como também dificultou estas operações de gestão de um espaço já ele bastante exíguo.-----

----- E, portanto, problemas estruturais daquela zona que podiam ter melhorado com esta intervenção, apenas pontualmente isso ocorreu, obviamente, porque volto a dizê-lo, temos um problema estrutural de acesso a estacionamento e esperamos que, no quadro destas intervenções adicionais e também com o diálogo e disponibilidade que a Câmara manifestou, mais uma vez aqui se convoca outro problema, não temos aqui tempo para isso, mas, de facto, é uma intervenção eminentemente de espaço público com progressão de estacionamento, mas em que o projeto é desenvolvido pela área municipal dos espaços verdes que obviamente, tem uma sensibilidade menor para aspetos em que a interação com a rede viária, e até com os residentes é mais difícil alcançar.-----

----- Portanto, uma mobilização cívica dos peticionários muito agradecemos, continuaremos a manter o diálogo que temos vindo a encetar e esperamos que com corretivos do curto a prazo e com algumas alterações pontuais, adicionais se melhore a eficácia e capacidade de intervenção naquele local e aos peticionários, por isso agradecemos a mobilização cívica e o papel na Assembleia e as recomendações que daqui sai, naturalmente, são consensuais por isso mesmo, porque há coisas que saltam aos olhos e este é um desses casos!-----

----- Obrigado!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Não temos mais ninguém inscrito, a Câmara não sinalizou intenção de intervir.”--

----- Vamos passar à votação da **Recomendação 158/06 (8ª CP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Daniela Serralha, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. A **Recomendação 158/06 (8ª CP)**, foi aprovada por **unanimidade**.-----

----- *(O Deputado Municipal Independente Rui Costa não participou na apreciação e votação desta Recomendação por se ter declarado impedido.)*-----

----- **(Ausência dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes Joana Alegre, Miguel Graça e Paulo Muacho nesta votação)**-----

----- **7. APRECIACÃO DA PETIÇÃO 11/2021 – “PELA REMOÇÃO DOS AZULEJOS DA FACHADA QUARTEIRÃO SUÍÇA – LADO PRAÇA DA FIGUEIRA “, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA BASE - 56 MINUTOS E 15 SEGUNDOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;**-----

----- *(A Petição nº 11/2021 fica anexada à presente Ata, como Anexo XIX e dela faz parte integrante).*-----

----- (O **Parecer da 3ª Comissões Permanentes**, fica anexado a esta Ata, como **Anexo XX** e dela faz parte integrante) -----

----- (A **Recomendação nº 158/067 (3ª CP)**, fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXI** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Vamos passar ao Ponto 7 - Petição 11/2021 – “Pela remoção dos azulejos da fachada Quarteirão Suíça – lado Praça da Figueira”.-----

----- Portanto, dava a palavra ao Senhor Peticionários Senhor Arquiteto Nuno Paiva, faça favor!” -----

----- **O Município, Senhor Nuno Paiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Boa tarde a todos!-----

----- Senhor Presidente, restante Deputados Municipais, muito obrigado!-----

----- Penso que se calhar, estão a ver o meu nome como António Martins, mas eu estou com uma conta no *teams* que me está a dar por defeito o nome do colega de trabalho, não sei por quê, mas sou eu o Nuno Paiva.-----

----- Entretanto, eu irei partilhar uma apresentação *Power Point*, para ser mais fácil explanar a situação.-----

----- Estão todos a ver? Então vou continuar!-----

----- Portanto, a presente Petição ela surgiu na sequência de uma notícia que passou na SIC Notícias, em que o arquiteto responsável por estar a fazer a reabilitação do edifício no famoso Quarteirão da Suíça, referiu que relativamente à situação da fachada de tardoz ou a fachada que confina com a Praça da Figueira, deste quarteirão, que havia tua total abertura por parte dele e do promotor para desenvolver uma solução diferente da que existe atualmente, que foi uma intervenção utilizada há uns anos atrás, que foi revestir a fachada com azulejo. -----

----- E foi nesse sentido que houve um grupo de pessoas que se juntaram, fomos fazendo esta posição que, de alguma forma gerou-se uma oportunidade para tentar corrigir uma situação que foi muito polémica durante a sua intervenção.-----

----- Fazendo uma breve intervenção e um pequeno enquadramento das intervenções de qualificação da fachada da Praça da Figueira. -----

----- Isto vem na sequência de 2001 quando se fez o projeto do espaço urbano na Praça da Figueira, que implicou a construção do estacionamento e a recolocação da estátua, houve a ideia de criar uma modernização da praça e foi através do Arquiteto Daciano da Costa, criado um projeto que seriam revestir todas das fachadas da Praça Figueira a azulejos, entretanto, este projeto na altura não avançou.-----

----- Em 2004 voltou a haver a intenção de retomar o revestimento das fachadas em azulejo, mas justificou-se com a qualidade dos azulejos que já estavam produzidos não se adequava as características construtivas da fachada e o projeto foi abandonado.-

----- Entretanto, em 2017 a Câmara Municipal juntamente com o proprietário à data que atualmente já é um outro proprietário, avançaram com a implementação do revestimento de fachada a azulejo n Quarteirão da Suíça. E como já tinha referido esta intervenção de alguma forma gerou bastante controvérsia na altura por parte dos munícipes.-----

----- A situação que existe atualmente é esta que, como nós vemos o que se trata é o revestimento a azulejo, em que os azulejos são colocados na diagonal.-----

----- Existe uma policromia distinta que cria umas espécie de pico selado que não é a cor pura e houve um friso mais fino no azulejo azul que contorna todas as cantarias da boçada.-----

----- O projeto e o conceito original do Arquiteto Daciano da Costa que está no *site* do mesmo, era a criação de um conjunto de azulejos azul e brancos em que os mais escuros no andar de baixo e os mais claros no andar de cima de modo a criar um efeito degradé.-----

----- Esta intervenção, já foi aplicada em alguns edifícios na Praça da Figueira, aqui no edifício da esquerda existe mesmo essa questão do degradé, em que é mais escuro ao nível do primeiro piso e depois vai clareando à medida que vamos subindo, respeitando bastante o projeto do Arquiteto Daciano da Costa.-----

----- Mas também, temos verificado que outras intervenções foram colocadas também estão a ter uma interpretação livre, como é o caso deste o edifício em que não há essa distinção foi colocada apenas um tipo de composição em que o azulejo mantém a mesma uniformidade em toda a fachada.-----

----- Entretanto, aproveito para referir que relativamente a este edifício aqui da esquerda, há uma situação que eu acho extremamente bizarra, ao mesmo tempo que é substituíram-se azulejos do século XIX que este edifício tinha, para colocar esses azulejos mais recentes e, entretanto, este edifício faz esquina, ficou com a fachada na Praça da Figueira com os azulejos novos e a fachada que dá para a outra rua – que agora não me recordo o nome - com os azulejos do século XIX. É estranho que se faça uma intervenção, além de se retirarem azulejos originais para se colocar azulejos novos, o resultado é depois ter uma fachada cada uma com a sua composição de azulejos.-----

----- Aqui nesta fotografia dá para verificar realmente a grande diferença que existe entre essa intervenção de uma diferença degradé azul do rés-chão para o último andar, com a solução que lhe foi aplicada na fachada tardoz no Quarteirão da Suíça.-----

----- Chamo a atenção que aqui nesta frente existem outros edifícios que têm revestimentos a azulejos, como neste aqui do século XIX, que pelo que me dá a entender, se houver uma intervenção irá ser implementado este projeto, irá retirar esses azulejos do século XIX para colocar esses azulejos. E aqui nesta esquina já está em obra um edifício – é este aqui - que tinha a fachada revestida a azulejo e eles já estão a fazer uma intervenção e acredito...”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Senhor Peticionário, a imagem está parada!”-----

----- **O Município, Senhor Nuno Paiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Em que *slide* sabe-me dizer?”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “No primeiro!”-----

----- **O Município, Senhor Nuno Paiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “No primeiro? Nunca avançou! Então deixe-me cá ver!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --  
----- “O melhor é continuar! Porque ouvimos perfeitamente o que está a dizer.”-----  
----- **O Município, Senhor Nuno Paiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -  
----- “O melhor é continuar, sim!”-----  
----- Entretanto, chamei a atenção porque havia outros edifícios que tinham o revestimento do século XIX e que estão em risco, eventualmente de perder-se esses azulejos, porque vamos fazer essa intervenção. -----  
----- Mas estamos novamente nessa questão que é o cerne desta petição e a razão pela qual também estamos apreciar isso é que o conjunto de edifícios do Quarteirão da Suíça que são dos casos que existem ou sobreviveram da baixa, de um conjunto de edificado que segue à risca o Cartulário Pombalino. Além este só há um edifício no Largo de São Paulo, ou seja, em que o desenho do Cartulário Pombalino se mantém intacto ou muito próximo do que foi projetado. -----  
----- Por isso, esse quarteirão tem um valor muito específico e fez com que esses anos todos os projetos para sua transformação nos vários concursos que foram propostos, foram sempre complicados tendo-se conseguido chegar a uma solução que no meu ver é de aplaudir, porque de alguma forma conseguiu-se preservar pelo menos em termos volumétricos, em termos de identidade e essa questão de valor patrimonial singular que é ser dos poucos quarteirões que segue o Cartulário ou ainda mantem as características do Cartulário. -----  
----- A intervenção com não se propõem fazer, nos revestimentos de... (Inaudível)..., não se propõe que existe atualmente, vai contra esta questão do Cartulário porque de acordo com o modelo Pombalino não existiam revestimento de azulejos nas fachadas, foi algo que foi introduzido posteriormente no século XIX e ainda por cima, no nosso entender, no entender dos peticionários os azulejos que lá estão neste momento, acabam por ser elementos que são dissonantes relativamente ao próprio edifício, à história do edifício e na questão da fachada toda e da praça toda, da intervenção que se pretende para a Praça. Porque estando todos os edifícios da praça num futuro, se forem revestidos à situação degradé que vária do rés-chão para o piso superior o edifício do Quarteirão da Suíça ao manter esta situação tal como está, se foi uma intenção do Arquiteto Daciano da Costa criar um estaque ao edifício, a verdade é que o destaque que o criou, não foi uma forma positiva, mas por uma dissonância de não integração naquele conjunto da praça e para haver essa situação de destaque, achamos que era muito mais interessante e preserva muito mais o valor arquitetónico do edifício e patrimonial, se mantivéssemos entretanto das fachadas tal como eram originalmente revestidas a reboco. -----  
----- E neste caso uma vez que não estão a ver a apresentação, não vale a partilhar mais, ia apenas partilhar o vídeo da reportagem que passou na SIC em que demonstra a disponibilidade do Arquiteto, autor do projeto de fazer essa alteração de fachada desde que a Câmara Municipal assim o autorize, porque neste momento as orientações da Câmara é para manter a fachada tal e qual como está, mas se a Câmara der outra indicação está totalmente disponível para pensar noutra solução. -----

----- A assim sendo, interrompo aqui a minha partilha e dou por encerrada a minha sessão, só agradeço a vossa atenção!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado!” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Francisco Domingues, como relator.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Domingues (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção na qualidade de Relator: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Vereadores, boa tarde, novamente a todos. -----

----- Começo por congratular os Peticionários – que se contabilizavam em cento e cinquenta aquando da apresentação da Petição agora em análise junto dos serviços desta Assembleia, pelo ato de cidadania ativa demonstrado, ao terem apresentado a Petição n.º 11/2020, com o título “*Pela remoção de azulejos da fachada do quarteirão da Suíça – lado da Praça da Figueira*”, ato que merece ser sempre realçado e enaltecido por todos nós. -----

----- O Relatório que apresento foi aprovado, por unanimidade, na 3.ª Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana e Obras Municipais, em reunião realizada no passado dia 19 de Julho, tendo sido nessa ocasião formuladas três Recomendações, constantes do mesmo documento, e que se encontram hoje em votação. -----

----- O Relatório reflecte os trabalhos realizados pela 3.ª Comissão Permanente, constando do mesmo a audição dos representantes dos peticionários, altura em que o peticionário que apresentou o documento em análise, sintetizou de forma extremamente concisa, a problemática em causa na Petição, bem como a forma como a mesma tem sido abordada ao longo dos últimos vinte anos. -----

----- No âmbito dos trabalhos realizados, procedeu-se à audição do Senhor Vereador com o pelouro do Urbanismo, Engenheiro Ricardo Veludo, que referiu que não poderia dar grandes informações sobre a questão apresentada pelos peticionários, em virtude de não conhecer aprofundadamente o “*dossier*” em causa. -----

----- No decorrer da sua audição, o Senhor Vereador sugeriu que fosse realizado um amplo debate sobre a questão da colocação de azulejos nas fachadas da Praça da Figueira, em que deveriam participar especialistas sobre aquele tipo de revestimentos, historiadores e especialistas sobre a baixa pombalina, no qual o Senhor Vereador se prontificou, inclusive, a participar, com vista a melhor formar a sua opinião sobre o assunto e, dessa forma, poderem ser tomadas decisões concretas por parte da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Assim, entendeu a 3.ª Comissão Permanente, que será efectivamente esse o “*caminho*” que deverá ser tomado, sendo de lamentar, dada a falta de tempo por estarmos no final do presente mandato, não ser possível realizar esse amplo debate já

referido, no âmbito dos trabalhos realizados por via da apresentação da presente Petição, já que tal facticidade, com toda a certeza, muito teria enriquecido o Relatório que foi produzido e, bem assim, as Recomendações que foram formuladas. --  
----- Todas as Recomendações formuladas e inseridas no Relatório que agora serão apreciadas por esta Assembleia, poderão, no nosso entender, resolver preocupações legítimas de quem reside e trabalha na cidade de Lisboa, tendo em conta a zona histórica, e nobre, em causa, e os trabalhos urbanísticos que se pretende que sejam reavaliados.-----

----- Assim, urgente se torna realizar o amplo estudo referido nas Recomendações, até porque, o promotor do chamado “*quarteirão da Suíça*”, terá manifestado a disponibilidade para acolher a decisão, que futuramente, venha a ser tomada por parte da Câmara Municipal de Lisboa, mesmo que contrária à anteriormente tomada.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado!”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Inácio Faria, do MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado. Senhoras Presidentes em exercício não sei qual das duas, Senhor vice-presidente não em exercício, Caros colegas caros, Público presente.-----

----- Em primeiro...hein?...Ah Senhor Vereador Ricardo Veludo, boa tarde, ainda bem que a Câmara está representada e bem representada, deixe-me dizer-lhe...em primeiro lugar quero agradecer a presença dos Senhores Peticionários e felicitá-los por este acto de cidadania que demonstra a sua grande preocupação pelo estado em que se encontra a nossa cidade e que pretende a remoção dos azulejos azuis, brancos e cinzentos da fachada do chamado Quarteirão da Suíça, no lado virado para a Praça da Figueira, e a manutenção do reboco original, como aliás aqui referiu o Senhor Peticionário.-----

----- Facto é que um grupo de 150 munícipes lisboetas considera, e bem em nosso entendimento, que a intervenção ocorrida na Praça da Figueira que revestiu as fachadas dos edifícios com azulejos que descaracterizam aquela zona histórica, não só em nada dignifica uma zona da cidade de Lisboa que há muito perdeu a sua centralidade e atractividade, como enfatiza que este projecto não tem em linha de conta o cartulário pombalino produzido pela Casa do Risco das Reais Obras Públicas de Lisboa, no âmbito do Programa de Recuperação Urbanística pós-terramoto de 1755.-----

----- A este propósito, e para que nos posicionemos histórico-arquitectonicamente no tempo, convém recordar que as fachadas pintadas e a aplicação funcional de azulejos nos interiores dos edifícios eram apanágio deste período pós-terramoto, sendo que o revestimento azulejar das fachadas só começou a ser adoptado a partir do século XIX.-

----- Mas, referem ainda os Senhores Peticionários, que mesmo que se aceite o revestimento a azulejo, a sua aplicação não segue o que acontece com a azulejaria em Lisboa, quer pela vertente cromática quer pela orientação dos azulejos na diagonal. ----

----- Alegam ainda os Senhores peticionários que a adopção, pelos diversos promotores, de revestimentos completamente díspares e com azulejos com motivos decorativos distintos noutras intervenções realizadas em fachadas de edifícios neste mesmo Quarteirão inviabilizam em definitivo a unificação da Praça da Figueira em termos visuais.-----

----- Posto isto, e concordando inteiramente com as reivindicações dos Senhores Peticionários, o Partido da Terra irá acompanhar as Recomendações da 3.ª Comissão Permanente sobre esta Petição, sem no entanto deixar de fazer notar que a ideia sugerida na Recomendação para que se promova um amplo debate sobre os revestimentos que foram introduzidos na Praça da Figueira não ser de hoje, mas antes que terá surgido há duas décadas atrás, tendo inclusivamente esta Assembleia aprovado há mais de três anos uma Recomendação em que se pedia precisamente o abandono deste projecto! -----

----- Mas a verdade é que volvidos todos estes anos, para além de continuamos aqui a exigir respostas que nunca mais chegam, testemunhamos que o próprio Vereador do Urbanismo alega incompreensivelmente, como fez durante a sua audição na 3.ª Comissão Permanente, há exactamente dois meses atrás...e desculpar-me-á o Senhor Vereador, mas tinha que dizer isto..., não se sentir devidamente esclarecido sobre este assunto e verificamos, com estupefacção, que os pareceres externos e os projectos aprovados nunca foram facultados aos peticionários, aliás como aconteceu na anterior petição n.º 12/2021, e que parece ser prática corrente deste executivo camarário.-----

----- Caros colegas, e agora sim Senhor Presidente, se o promotor declarou querer aceitar o que vier a ser decidido por este Executivo camarário e se, como parece ser evidente a todos, nos parece claro que estes revestimentos não reforçam o carácter pombalino da Praça nem se coadunam com o clausurado em vigor no Plano de Pormenor e Salvaguarda da Baixa Pombalina, a conclusão óbvia que disto tudo se poderá retirar é que a única solução consentânea com a dignidade daquele Quarteirão será, pura e simplesmente, a sua remoção...ponto final! -----

----- Muito obrigado!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado!”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink, do PPM.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada pela palavra Senhora Secretária.-----



----- Senhor Presidente na sua pessoa cumprimento todos os presentes e claro, obviamente, um cumprimento particular aos senhores peticionários e um agradecimento penhorado pelo assunto que aqui trazem.-----

----- No relatório da 3ª Comissão podemos ler que o Senhor Vereador Ricardo Veludo afirmou em audição que não sentia devidamente esclarecidos sobre o assunto, mas acrescentou e passo a citar que; *“É necessário salvaguardar o património arquitetónico e urbanístico da Baixa, mas também a valorização do edificado sempre numa perspetiva de não desprezar a memória.”*, fim de citação.-----

----- Não podíamos estar mais de acordo, afirmou também que; *“Estaria disponível para participar num debate mais alongado e aberto sobre o assunto, nomeadamente com a presença de especialistas sobre aquele tipo de construção e revestimento.”*-----

----- Senhor Vereador Ricardo Veludo, em nome do PPM e meu particular, gostaria de agradecer todo o trabalho e empenho em prol do património da cidade, numa política de preservação ou, pelo menos, no máximo que lhe permitem fazer-lo.-----

----- É um facto que embora tenha mostrado falta de conhecimento das matérias em discussão na Comissão, por outro lado, procurou dar sempre respostas com base em estudos a todos os problemas detetados. Nunca ficou em silêncio e nunca deixou a Comissão num silêncio, ao contrário de muitos outros vereadores em outras situações!

----- Para muitos a questão dos azulejos da fachada do Quarteirão da Suíça, é uma questão de gosto e não, não vou dizer que parece uma enorme casa de banho, pelos vistos há quem goste, a questão é outra! Se a autorizada colocação deste revestimento em edifícios pombalinos quando ainda há o sonho de a Baixa Pombalina obter o reconhecimento Património Mundial significa que é que a Câmara não preserva a coerência harmoniosa e arquitetónica desta zona da cidade.-----

----- Deste modo, eu pergunto este revestimento vai contra as normas em vigor relativas ao Plano de Pormenor para Salvaguarda da Baixa Pombalina, Anexo XIII referente ao tratamento das fachadas, o que pretendem fazer sobre isso?-----

----- A Direção-geral do Património Cultural emitiu um parecer favorável, ou seja, de acordo com esta entidade é possível alterar a fachada de um edifício, mesmo que esta fachada esteja salvaguardada por um Plano de Pormenor?-----

----- Uma intervenção desta magnitude no coração de Lisboa e a liberdade total na escolha dos acampamentos por parte dos projetistas, abre portas a que outros projetistas adotem soluções idênticas e, deste modo a Câmara e outras entidades, como, por exemplo, a DGPC esgotem as ferramentas de salvaguarda por não de saberem aplicar nas alturas certas e adequadas. Se esta questão continua a suscitar dúvidas e polémicas significa que o Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina, não estar claro e deste modo não salvaguarda absolutamente nada! Pelo contrário, permiti e dá liberdade de todos os projetistas fazer segundo os seus próprios ideais e gosto.-----

----- E já agora então vai-se mudar a Baixa toda! Para quê respeitar o plano introduzir por Carlos Mardel, Manuel da Maia, Eugénio dos Santos? De que valeram os esforços do Conde Oeiras? Talvez esteja na altura de rever o Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa e dar força a esta ferramenta de defesa.-----

----- Em específico quanto aos planos azulejar que lá se encontram, deveriam ser todos retirados e colocados em outros edifícios, outras praças que não chocassem com um património que se quer preservado! -----

----- Vejam o que aconteceu recentemente com a cidade de Liverpool, perdeu o seu estatuto de Património Mundial pela UNESCO devido a algumas obras nas Docas, pela quantidade de atentados que se têm visto nos últimos a acontecer na Baixa, não retiram nenhum estatuto, porque nunca o irão atribuir! -----

----- Perante tudo isto, e o que foi dito perante a disponibilidade do Senhor Vereador Ricardo Veludo, em prol do património, votaremos favoravelmente todas as recomendações vertidas no parecer e aguardaremos com expectativa um amplo debate com historiadores e especialistas nesta matéria.-----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Moreira, do BE.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todas e a todos, Senhor Presidente, senhores vereadores, senhoras vereadoras senhoras e senhores deputados. -----

----- Queremos muito rapidamente agradecer aos peticionários o seu olhar sempre atento sobre o património da cidade de Lisboa, a colocação daqueles azulejos no Quarteirão da Suíça não deveria ter acontecido e, de facto, descaracteriza a praça, acresce que o projeto que irá para aquele local é também ele próprio controverso. -----

----- Os peticionários, acreditamos terem toda a razão e em boa hora realizaram esta petição, que é uma boa oportunidade para se fazer a requalificação com sentido da Praça da Figueira, pelo que votaremos a favor da recomendação da Comissão para que desse debate que é proposto, possa sair uma ideia comum para a intervenção naquela zona da cidade. -----

----- Muito obrigado!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Teresa Craveiro, Independente.” -----

----- **A Senhora Deputado Municipal Teresa Craveiro (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhor Presidente, Mesa, Senhores Deputados, Senhor Vereador, público em presença. -----

----- Agradecer aos peticionários vários hoje, de toda uma movimentação de cidadania. Hoje a cidadania aconteceu exatamente na Assembleia Municipal mais forte e mais forte, porque foram muitas as áreas que vieram a terreiro os presidentes das juntas de freguesia e simultaneamente, também, as comissões provaram que é possível ultrapassar as fraturas, por vezes gratuitas que verificamos muitas vezes com a Câmara, quando vem a defender-se e é possível criar, construir exatamente uma abordagem mais de urbanismo. O urbanismo, não é uma ciência exata, o urbanismo, de facto, acontece quando se ouve muitos os pontos de vista. -----

----- Portanto, relativamente o Senhor Vereador, manifestou, de facto, foi honesto, não sabia e não estava dentro desta matéria e que não teve tempo até agora, se calhar, com o conselho consultivo, nomeadamente da Revisão da Carta Municipal de Património de 2018, ela podia ter sido ouvida, relativamente a esta matéria dissonante que já em 2001 com o Presidente João Soares, criou imensas problemáticas e não foi só o problema dos azulejos, parou porque efetivamente, percebia que a população na altura, se calhar, ainda mais exigente em reabilitação e património do que hoje não a queria! -----

----- Não só porque estamos a verificar que deu uma introdução à praça, tudo uma introdução que parece que, no fundo, não estamos face a um objeto que pode vir a ser classificados e aí eu remetia aos senhores peticionários que não podemos só ver a árvore, não é um problema dos azulejos, é um problema que nós exigimos que se classifique a Baixa como Património Mundial. Ela está classificada, São Luís Maranhão desde 1997 e diz que é igual à baixa e nós não estamos classificados e diz que é porque é igual e foi feita toda uma abordagem tradicional, é dito nos requisitos da UNESCO e nós não estamos! -----

----- E quando viemos verificar e avaliar a questão da gaiola, a questão da azulejaria que, no século XIX e agora até já é do século XIX, como se fôssemos agora num processo de iluminismo que não é, porque não houve debate. -----

----- Portanto, precisamos efetivamente de fazer a Revisão do Plano de Pormenor. O Plano de Pormenor tem indicadores e elementos que promoveu um turismo assoberbado, é preciso avaliar a residência e avaliar o impacto do turismo e mais longe irmos para a classificação da Baixa e simultaneamente testemunhar um pólo museológico da Baixa como um valor acrescentado turismo que não queremos de massas, mas queremos um turismo de residentes, porque, de facto, Lisboa deu ao mundo o primeiro Plano Urbano no século XVIII de uma modernidade com gestão urbanística e nós temos que transformar isto como elemento de mais-valia da cidade, ao contrário de um centro interpretativo do bacalhau que existe na Praça do Terreiro do Paço. Nós que deveremos exigir com os peticionários, com o movimento toda esta revisão do Plano. -----

----- E o Torreão da zona ocidental ser um pólo museológico descentralizado, exatamente porque há uma exposição feita em 2008 e que a ela pode testemunhar tudo isto e acautelar azulejos e acautelar todas estas transformações fraturantes.-----

----- Muito obrigada, bem-haja e vamos votar, mas vamos para o debate da Baixa na globalidade, não apenas na questão só dos azulejos que não correspondem ao Cartulário Pombalinho!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Mário Patrício do PS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Patrício (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, senhores vereadores, colegas deputados, público presente.-----

----- Cumprimento e agradeço aos peticionários o seu exercício de cidadania.-----

----- As questões agora suscitadas foram objeto de análise e atenção por parte dos deputados municipais de 3ª Comissão Permanente, também, incluindo os do Partido Socialista e na audição dos diversos intervenientes quer dos peticionários quer da Câmara Municipal de Lisboa, foram ambos essenciais para uma melhor apreciação do tema que deu origem a esta petição.-----

----- O nosso grupo, o Grupo Municipal do Partido Socialista tem uma posição que já foi expressa na votação favorável de uma recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PPM. Foi na passada reunião de 20 de fevereiro de 2018, em que este Grupo solicitava à Câmara que procedesse à suspensão do projeto que previa o revestimento de azulejos das fachadas da Praça da Figueira, por ser considerado contraditório com o Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina.-----

----- Assim consideramos que esta intervenção deveria ter sido executada no âmbito de um projeto global que se pretende coerente e representativo do passado e da história arquitetónica daquela zona da cidade que, naturalmente deve ser tema de reflexão, também ela integradora da Baixa Pombalina num planeamento urbano harmonioso que concilia e a valorização do edificado, sempre numa respetiva de não desrespeitar a memória de um espaço tão emblemático para nossa cidade, como é aquela Praça.-----

----- Por isso e também, as conclusões e recomendações deste relatório merecem a concorrente ser nós municipal, assim, votaremos favoravelmente todas elas.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Vereador Ricardo Veludo”-----

----- **O Senhor Vereador, Ricardo Veludo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente eu queria apenas dizer duas coisas muito rapidamente.-----

----- Primeiro para agradecer o Senhor António Martins pela representação que fez, mas não é um agradecimento de circunstância, é porque a qualidade da apresentação

que aqui fiz nesta Assembleia Municipal, quer em termos de fundamentação técnica, de investigação histórica e de argumentação e de ponderação do que está aqui em causa relativamente à Praça da Figueira é, de facto, um exercício de cidadania e contribuição muito efetiva, porque tem um argumentário muito bem sistematizado e que vai seguramente ajudar na ponderação do que fazer na Praça da Figueira e, portanto, um especial agradecimento e queria fazer-lhe um pedido que eram se conseguia fazer chegar ou à Assembleia Municipal ou diretamente pelo meu Gabinete, a apresentação que eu remeta essa apresentação pelos serviços da Câmara e para que isso seja levado em consideração na discussão que vier a ser feita sobre o futuro dessa Praça. -----

----- Provavelmente, já não contarão comigo para essa discussão como vereador, eventualmente, noutra qualidade, mas queria destacar a qualidade do contributo que aqui trouxe a esta reunião e a esta reflexão.-----

----- E depois apenas para tranquilizar os senhores deputados que estranham as minhas palavras, dizer que não se está informado sobre o assunto ou processo, porque isso é o meu ponto de partida para todos os processos, eu considero-me, por esclarecer em relação a todos os processos que vem para a minha apreciação ou para minha decisão. E na gestão urbanística e no planeamento é a nossa cultura ouvir muitas opiniões até à formação da decisão final. -----

----- E é verdade e quero aqui dizer isso, já o disse noutras circunstâncias, mas digo agora outra vez, que quer no âmbito da 3ª Comissão de Urbanismo, quer no âmbito de contribuições de petições como esta - não é todas, mas algumas, de facto, distinguem-se pela qualidade contributiva -, digamos assim, para a reflexão e para a decisão, isso ajuda, de facto, a decidir melhor e, portanto, o meu obrigado não só aos peticionários, mas também aos senhores e as senhoras deputadas em especial aos da 3ª Comissão que tem a paciência de me aturar! -----

----- E também já ouviram-me noutros temas a começar a discussão a dizer, eu não sei nada sobre este assunto e depois conseguimos resolver em conjunto, encontrar soluções positivas para problemas por vezes complexos que aí surgiram. -----

----- Portanto, era só para dar esta satisfação, por um lado e este agradecimento não circunstância, porque foi, de facto, materialmente relevante e foi muito pedagógica a intervenção. -----

----- Obrigado!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador.” -----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação 158/07 (3ª CP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Daniela Serralha, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação 158/07 (3ª CP)**, foi aprovada por **unanimidade**. -----

**----- 8. APRECIACÃO DA PROPOSTA 470/2021 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DE LISBOA (RMUEL), NOS TERMOS DA PROPOSTA E ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ARTIGO 66.º, N.º 7 DO ARTIGO 112.º E ARTIGO 241.º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, NA ALÍNEA N) DO N.º 2 DO ARTIGO 23.º, E ALÍNEA G) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NO REGULAMENTO GERAL DAS EDIFICAÇÕES URBANAS, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 38 382, DE 7 DE AGOSTO DE 1951, NA ALÍNEA I) DO N.º 1 E N.º 3 DO ARTIGO 6.º-A, N.º 2 DO ARTIGO 27.º, N.ºS 4 E 5 DO ARTIGO 44.º, N.ºS 1 E 2 DO ARTIGO 53.º, N.ºS 1 E 5 DO ARTIGO 57.º, N.º 1 DO ARTIGO 58.º E N.º 7 DO ARTIGO 102.º-A, DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, E NO ARTIGOS 135.º E SEQUINTE DO DECRETO-LEI N.º 4/2015, DE 7 DE JANEIRO, TODOS NA REDAÇÃO EM VIGOR; GRELHA G (2 X GRELHA B - 2 HORAS); -----**

----- (A Proposta 470/2021 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXII e dela faz parte integrante). -----

----- (O Parecer da 3ª Comissões Permanentes, fica anexado a esta Ata, como Anexo XXIII e dela faz parte integrante) -----

----- (A Proposta 006/DM IND RC/2021 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXIV e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Vamos passar à Proposta 470/2021 - Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa (RMUEL). -----

----- Não sei se a Câmara quer apresentar? Prescinde! -----

----- O Senhor Relator quer apresentar? Sim, faça favor!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Gama (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção na qualidade de Relator:-----

----- “Senhor Presidente da Assembleia, senhores vereadores, senhores deputados. -----

----- Antes de mais e de entrarmos aqui na proposta, eu gostaria desde já de agradecer ao Senhor Vereador Ricardo Veludo, pela disponibilidade que sempre demonstrou para com a 3ª Comissão, com a qual eu era presidente e, portanto, acho que é de reconhecer esta faceta do Senhor Vereador, que sempre esteve do nosso lado na procura em encontrar as melhores soluções para todos os problemas que, naturalmente vão surgindo na gestão da cidade. E, por isso, este reconhecimento que eu quero que seja público e que acho que lhe era devido por mim e pela 3ª Comissão. -----

----- Agora na questão da proposta, trata de aprovar a Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação de Lisboa, para efeito de submissão à Assembleia Municipal. -----

----- Conforme os senhores deputados sabem, este regulamento foi votado pela primeira vez, entrou em vigor em 2008, em 2013 teve uma alteração e depois, porque, entretanto, houve alterações aos regulamentos, nomeadamente, o RGEU (Regulamento Geral das Edificações Urbanas), o RJUE (Regime Jurídico da

Urbanização e Edificação), mas também, alguns novos regulamentos da própria Câmara Municipal de Lisboa em 2016, a ser mais preciso em 7 de dezembro de 2016, a CML (Câmara Municipal de Lisboa) determinou, enfim, um período de discussão pública, obviamente, para rever novamente o RMUEL e introduzir algumas das alterações que seriam necessárias, no fundo, ao abrigo daquele que também tinha sido as alterações dos regulamentos e depois da legislação. -----

----- Algumas destas questões das quais posso a destacar, tinham a ver, por exemplo, com conceitos de guarda, com definição de novas situações de operações de escassa relevância urbanística, algumas regras tinham a ver com as questões das cedências, regras também sobre corpos balanceados, alguma generalização necessárias da exigência de compartimentação para deposição de resíduos solos, questões também relativas à gestão da água e ainda algumas regras aplicar aos circuitos cicláveis. -----

----- Portanto, decorridos vários anos desde da entrada em vigor da última alteração ao regulamento verificou-se a necessidade de aclaração ao justamente algumas normas, adequação as norma legislativas que entretanto ocorreram e de incorporar contributos dos serviços municipais que aplicaram o regulamento desde a sua entrada em vigor. ---

----- Nesse sentido, a alteração do RMUEL destina-se não só a garantir uma atualização à luz dos regimes em vigor, mas também de garantir ajustamento de soluções, à luz da experiência recolhida na aplicação deste regulamento, assim como se destina a promover a clarificação de normas que nós, na 3ª Comissão bem sentimos que são necessárias face às dúvidas no respeito a interpretação também das situações omissas que, entretanto, foram detetadas e que estão identificadas no anexo à proposta.-----

----- Estas alterações resultam da consulta pública que teve lugar em dezembro de 2016 e fevereiro 2017, pelo que poderão estar desatualizados face à legislação e regulamentos que entraram em vigor entretanto. E daqui, em sessão de Câmara, de facto, ter ocorrido duas votações, uma para aprovar esta alteração de proposta ao regulamento, mas também outra para que haja desde já o início da nova revisão do regulamento, enfim, neste contexto compete portanto à Assembleia Municipal discutir, votar aquilo que nos é proposto aqui pela Câmara Municipal de Lisboa, em particular, pelo Senhor Vereador do Urbanismo. -----

----- Para além dessa votação sobre a alteração, a 3ª Comissão entendeu ainda fazer aqui algumas sugestões, algumas recomendações; -----

----- 1 - Tendo em conta a evolução dos diversos documentos instrumentos municipais, bem como a evolução da matéria legislativa, promova uma nova revisão do RMUEL, processo que deverá estar sempre em constante atualização.-----

----- 2 - Que seja estabelecido um prazo razoável para a elaboração destes regulamentos, e da sua revisão e outros instrumentos, por forma a que no momento da sua conclusão e entrada em vigor as premissas que estiverem na sua génese, ainda sejam validas.-----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.-----  
----- Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa para apresentar a Proposta 006/DM IND RC/2021, que é uma proposta de alteração.”-----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção na qualidade de Relator:-----  
----- “Obrigado Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, Senhor Vereador, Ricardo Veludo, as minhas saudações.-----  
----- A esta proposta visa apenas colmatar um problema com qual todos nos defrontamos ao longo do mandato. A falta de discussão pública de algumas operações e é certo que ela fica restrita à questão dos loteamentos, porque foi a única questão que foi levantada e levada a discussão pública, portanto, estamos limitados à questão dos loteamentos, pese embora não corresponder à versão original, mas a verdade é que houve discussão pública, sabia-se que o artigo em causa ia ser alterado e, portanto, é legítimo proceder a essa alteração. E o que é que diz essa alteração?-----  
----- Visa basicamente estreitar, os critérios de submissão a consulta pública de operações urbanísticas na cidade, seja em função dos critérios já estabelecido área, percentagem de população e número de fogos, mas seja também para além disso, na questão do património histórico que tantos problemas aqui têm causado.-----  
----- Por fim, visar assegurar uma maior proximidade dos processos sítio eletrónico do município e avisa também que respeitando a natural autonomia administrativa das juntas de freguesia que, sejam comunicados esses processos de consulta pública às juntas de freguesia, não só para que possam intervir como também para que possam divulgar nos seus sítios eletrónico.-----  
----- Porque, como é evidente, Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, nem todos os cidadãos andam atrás das publicações no sítio da Câmara e muito menos, quando elas não estão visíveis e eu acredito que se constrói a cidade com todos e com todas participação pública e nessa medida, proponho aqui esta alteração ao regulamento, com vista a sermos até coerentes com aquilo que temos proposto.-----  
----- E esta é uma proposta, Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados que não pode esperar por outra revisão. Tivemos aqui hoje o exemplo e bem vimos as queixas amargas do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara.-----  
----- Disse!”-----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----  
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----  
----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Natacha Amaro do PCP.”-----  
----- **A Senhora Deputado Municipal Natacha Amaro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Boa tarde, novamente.-----



----- A posição do PCP sobre esta alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa é muito clara e diria, sem novidade, está nos antípodas, da maioria das forças políticas. -----

----- Este regulamento, o RMUEL, teve as suas alterações (estas!) em consulta e discussão pública no fim de 2016, início de 2017. Dessa consulta resultou o Relatório de Ponderação que alterava a proposta inicial. Tudo isto aconteceu no mandato passado. -----

----- Para o PCP não faz qualquer sentido aprovar a alteração a um regulamento que “passa por cima” de todo um quadro legislativo que, ao destes 4 anos, se alterou. Não tem em conta a Lei de Bases da Habitação, o Regulamento Municipal do Alojamento Local, o Regulamento Municipal do Arvoredo, o PRA, o Regulamento Municipal de Reversão Urbanística das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, entre muitos outros, a que poderíamos juntar um conjunto de instrumentos que estão em elaboração ou deveriam estar em revisão (como a Carta Municipal de Habitação ou o próprio PDM). Aprovar esta alteração é aprovar um regulamento que tem lacunas enormes com a legislação que já existe, que foi aprovada entretanto. -----

----- Por outro lado, este hiato de 4 anos (de um mandato inteiro!) faz com que este seja um regulamento que não reflecte a cidade que temos nem responde aos problemas dessa mesma cidade. -----

----- Qual é a utilidade de aprovar agora esta alteração ao RMUEL? É assim tão urgente alterar questões como novos conceitos de guarda ou iluminação pública, a questão das varandas (!), incluir os muros de vedação nas situações de escassa relevância urbanística, entre outras? Estas questões são tão fundamentais para a urbanização e o edificado que vamos aprovar a alteração a um regulamento desfasado da lei, dos instrumentos existentes e da própria cidade que temos? O PCP considera que não e, como tal, não iremos aprovar esta proposta da CML (Câmara Municipal de Lisboa), votando contra o ponto 1. -----

----- Relativamente às Recomendações da 3ª Comissão à CML (Câmara Municipal de Lisboa), estamos de acordo com ambas, tanto a promoção de uma nova (e diria) tão necessária revisão do RMUEL como a questão dos prazos para a elaboração destes regulamentos. -----

----- Por fim a proposta do deputado Rui Costa. Valorizamos o conteúdo da proposta que incide sobre questões que têm a ver com a consulta pública e vão, de alguma forma, ao encontro de preocupações que também partilhamos. No entanto, não iremos acompanhar esta proposta por uma questão de coerência. Aprovar alterações ao Anexo da proposta que, pelas razões já invocadas, entendemos que não deveria ser proposta nem aprovada, não faz sentido. -----

----- Obrigada!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreira Antunes do PEV.” -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Senhor Presidente, muito obrigado. -----  
----- Esta Proposta nº 470/2021 requer uma nova alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa (RMUEL), que fora inicialmente aprovado em 2008 e que já havia sido objecto de algumas alterações posteriores, como a aprovada na AML de 13/3/2013. -----  
----- Importa frisar que se trata de um instrumento fundamental que intenta promover uma mais eficaz gestão urbanística, em estreita articulação com o Regulamento do PDM de Lisboa e a legislação de âmbito geral e municipal, com vista à promoção de um maior desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentado do território que integra a cidade de Lisboa. -----  
----- Ora, conforme é referido no parecer elaborado pela 3ª CP, e passo a citar: “*As alterações agora propostas resultam da consulta pública que teve lugar entre Dezembro de 2016 e Fevereiro de 2017, pelo que poderão estar desactualizadas face à legislação e regulamentos que entretanto entraram em vigor*”. -----  
----- Em primeiro lugar, atendendo que a discussão pública terminou em Fevereiro de 2017, o PEV não entende quais as razões para que esta proposta não tenha sido apresentada ainda antes do final do anterior mandato de 2013/2017, e surja apenas 4 anos e meio depois, já no final do presente mandato. Impõe-se que a vereação clarifique, por isso, as circunstâncias que levaram a este período tão dilatado, entre a discussão pública e a sua apreciação na Assembleia Municipal de Lisboa. -----  
----- Em segundo lugar, as alterações ao RMUEL, agora submetidas a avaliação deste plenário, continuam a “*estar desactualizadas face à legislação e regulamentos que entretanto entraram em vigor*”, tal como estavam em 2016, mesmo antes do período em que decorreu a própria discussão pública. -----  
----- Deste modo, esta proposta de alteração ao RMUEL não poderia ter tido em consideração a nova Lei de Bases da Habitação, cujas disposições irão constar na Carta Municipal de Habitação que se encontra em fase de discussão pública. E esperemos que este documento estratégico também não demore quase o mesmo tempo para vir a ser apreciado em sede da AML, tal como ocorre com a presente proposta. ---  
----- E também não terá tido em consideração o novo Código do Procedimento Administrativo, o Regulamento Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território (RJIGT), o Regulamento Municipal do Alojamento Local, o Regulamento Municipal do Arvoredo de Lisboa e o Regulamento Municipal de Reconversão Urbanística das Áreas Urbanas de Génese Ilegal. -----  
----- Assim sendo, a apresentação deste RMUEL servirá apenas para ‘cumprir calendário’, pouco mais do que isso. -----  
----- Face ao exposto, o RMUEL em deliberação continuará bastante desactualizado, não estando em conformidade com a legislação que entrou em vigor em matéria de

habitação e edificação, não reflectindo as profundas transformações que, entretanto, ocorreram na sociedade portuguesa na última meia década. -----

----- Quanto à proposta em si, o considerando nº 5 releva (vou citar) “uma regulamentação adequada à desmaterialização total dos processos de urbanismo”.-----

----- Convém aqui relembrar sobre esta matéria que a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou em 27/6/2017, por unanimidade, uma recomendação de Os Verdes para que a Câmara Municipal de Lisboa procedesse à “desmaterialização documental de processos urbanísticos”. E na continuação desta recomendação, o Grupo Municipal do PEV sentiu ainda a necessidade de apresentar, já em 2018, dois requerimentos ao executivo municipal para determinar o ponto da situação da simplificação e desmaterialização de processos urbanísticos.-----

----- E foi só após estas insistências que a Câmara Municipal de Lisboa começou a ponderar a “desmaterialização dos processos administrativos com vista à optimização dos prazos de licenciamento para dinamizar a reabilitação da cidade”, tendo como objectivo a “redução do volume documental produzido e supressão da acumulação de documentos” considerados dispensáveis, de modo a garantir com o novo portal ‘Urbanismo Digital’ (aberto em 2020) uma “maior eficiência, transparência e garantia de qualidade dos serviços municipais”.-----

----- Mantém-se ainda como relevante recordar que, no âmbito do acordo celebrado entre o PS e o BE para o presente mandato autárquico, constava a necessidade de se proceder à revisão do PDM de Lisboa e à alteração do RMUEL para que este passasse a estar em conformidade com a legislação em vigor.-----

----- Porém, nem o processo de revisão do PDM saiu do plano das intenções, nem as alterações ao RMUEL que agora constam nesta proposta serão verdadeiramente novas, mas apenas as que já estavam previstas antes do início do actual mandato, subsistindo profundas lacunas face à legislação nacional e local, pelo que nenhum daqueles dois objectivos foram, de facto, atingidos.-----

----- Realçamos, por fim, que perante os desafios que vivemos hoje, era importante que as alterações ao RMUEL viessem a reflectir de facto preocupações de natureza mais material do que formal, como aquelas que persistem na presente proposta. Gostaríamos até que a Câmara Municipal de Lisboa hoje aqui tivesse a coragem política de assumir a desadequação deste RMUEL e retirar da votação a Proposta nº 470/2021.-----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rodrigo de Mello Gonçalves.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo de Mello Gonçalves (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Muito rapidamente para saudar a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Rui Costa, no sentido de promover a participação e a consulta pública nestas matérias, ao longo deste mandato muitas vezes temos referido este assunto, do envolvimento da participação das pessoas na gestão da cidade, está aqui uma proposta concreta para o potenciar.-----

----- Eu próprio, por exemplo, na altura do Regulamento Geral de Estacionamento também introduzi alterações no sentido de maior divulgação e tempo para consultas públicas e acho que esta Assembleia ficaria bem com estas propostas de alteração no sentido de envolver mais a cidade e das populações na gestão do seu território.-----

----- Obrigado!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Margarida Penedo do CDS-PP.”-----

----- **A Senhora Deputado Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Secretária, Senhor Presidente.-----

----- Eu quero referir-me à Proposta de Alteração do Senhor Deputado Rui Costa que vamos votar favoravelmente, mas tem aqui um parágrafo que eu não queria deixar passar sem um comentário que diz: *“seria injusto dizer que a atual maioria é totalmente insensível à participação popular, bem pelo contrário, tem-se verificado particularmente por algumas intervenções do Senhor Presidente da Câmara Municipal Fernando Medina e pelo Senhor Vereador Ricardo Veludo, alguma abertura para a audição dos cidadãos, etc.”*.-----

----- Bom, aquilo que nós consideramos é que a abertura para os ouvir tem sido alguma e menos do que aquela que deveria ser e o ponto não está em ouvir as pessoas, está em ouvir as pessoas e depois integrar aquilo que as pessoas querem, interpretá-las e fazer aquilo que a cidade quer, portanto, gostava que isto ficasse esclarecido de toda a maneira, vamos votar, favoravelmente.-----

----- Obrigada!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Eu pergunto ao Senhor Vereador Ricardo Veludo se quer intervir, nomeadamente, tendo em conta esta nova proposta apresentada pelo Senhor Deputado Rui Costa?”-----

----- **O Senhor Vereador, Ricardo Veludo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sim, Senhor Presidente!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem a palavra, Senhor Vereador. -----  
----- **O Senhor Vereador, Ricardo Veludo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----  
----- Ora bem, relativamente à Proposta de Alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa, é necessário prestar um esclarecimento sobre este tempo entre o período da discussão pública de 2017 e a proposta que agora aqui vem para apreciação e decisão dos senhores deputados.-----  
----- De facto, quando este regulamento foi elaborado e foi sujeito a discussão pública havia nessa sequência a perspetiva de uma revisão do Plano Diretor Municipal que não chegou a concretizar-se. E, portanto, este regulamento foi, digamos, a sua proposta para decisão final foi sendo adiada, até que constatando-se que não houve a iniciação à revisão do PDM e perante existentes críticas e pedidos dos agentes de transformação da cidade, os cidadãos em que são proprietários dos seus imóveis e querem fazer obras de reabilitação ou alteração, ou de ampliação, os projetistas e os próprios promotores imobiliários, tornou-se por demais evidente que havia um conjunto alargado de disposições regulamentares que, em termos de especificações técnicas estavam obsoletos que, em termos de conceito estavam desconformes até com os próprios instrumentos de planeamento da Câmara, entretanto aprovado.-----  
----- E também, por exemplo, este artigo que regula os corpos balançados, em especial as varandas é uma matéria que estava a gerar bastante controvérsia e quisemos também atender a esse desejo de toda a população de poder contar em Lisboa como uma oferta de varandas bastante mais generosas do que aquelas que são possíveis construir agora ao abrigo do atual RMUEL.-----  
----- Isso foi objeto de discussão com a Ordem dos Arquitetos, com as associações de promotores e, de facto, este Regulamento amplia muitíssimo possibilidade de construção de varandas e apenas para o caso das varandas quando balancem para a zona de logradouros para que os lisboetas possam ter, no âmbito, da construção nova ou da reabilitação sempre que isso seja admissível, terem um espaço exterior que possam usufruir do ar livre, de exposição solar tão valorizada neste períodos em que estivemos sujeito a confinamento e que, portanto, se já tínhamos essa sensibilidade, mais aguçada ela ficou, portanto, este esclarecimento, por um lado. -----  
----- Pergunta-se então, mas porque fazer agora esta revisão e não se fazer outra com tudo? Senhoras deputadas e senhores deputados, porque as necessidades de revisão, elas vão ser contínuas ao longo do tempo e nós não podemos esperar, digamos, por um ponto ideal com a revisão absoluta e definitiva de qualquer regulamento, porque nós temos que ter humildade de aceitar que as propostas de regulamentos que fazemos ou de alterações, elas mesmas vão-se tornar, provavelmente ao longo do tempo obsoletas ou inadequadas, porque a realidade ou a tecnologia ou as visões sobre a cidade vão evoluindo. -----  
----- Portanto, estas alterações que aqui estão são necessárias, são muito tecnicistas por um lado, mas vêm trazer clarificação, mais transparência, mais tangibilidade e melhor interpretação a normas, que é uma matéria de litigância e de frustração

também no licenciamento urbanístico quer para os requerentes quer para os próprios serviços do município. Por isso, entendemos que ela deve avançar e que não prejudica em nada, as necessidades de uma próxima revisão. -----

----- Relativamente, à revisão que se impõe fazer para além de várias outras matérias podem merecer atenção dos senhores deputados, e eu acompanho em completo o sentido da proposta do Senhor Deputado Rui Costa, pese embora ela neste momento possa ser extemporânea, porque a proposta em si, afeta não só direitos, mas também responsabilidades, não foi sujeita a discussão pública e de ser! -----

----- Eu creio e eu próprio poderei considerar até ser contribuindo para esse debate para o futuro RMUEL porque considero que há aqui três vertentes fundamentais que, de facto, devem merecer muita atenção de todas forças políticas.-----

----- Em primeiro lugar, eu destacaria, como, aliás, foi feita numa das intervenções, creio que pela senhora deputada do PAN ou do PEV, - eu peço desculpa não tomei nota e agora estou a ser impreciso na minha citação e peço desculpa, antecipadamente, por isso, falhar, - mas uma melhor sintonia entre os instrumentos urbanísticos que o município dispõe para fazer aumentar a oferta de habitação acessível, seja em oferta pública, ou seja, através de iniciativas de natureza privada.-----

----- E isso significa, melhorar a coerência e rever parâmetros, nomeadamente o cálculo das compensações financeiras pela não cedência de terrenos ao município de equipamento de utilização coletiva e espaços verdes. A fórmula de cálculo corresponde sensivelmente depende da zona, entre um sexto e um décimo do valor de mercado. E, portanto, temos que ter uma proposta com indicadores em linha com os valores de mercado, para que não seja uma vantagem económica optar pela não cedência ou requer a não cedência e, portanto, deve ser estritamente uma opção de planeamento, porque deve-se economicamente neutro ceder ou não ceder e ser uma opção puramente de planeamento. -----

----- Por outro lado, nós devemos incluir no PDM como finalidade da cedência também a provisão de habitação acessível, como, aliás, já temos para os equipamentos de utilização coletiva, onde se inclui já formas de habitação especiais, como podem ser unidades de cuidados continuados, residências para idosos, residências de estudantes entre outros e, portanto, devemos fazer essa inclusão,-----

----- Devemos também coisa que não podíamos fazer em 2017, mas, felizmente já podemos fazer agora a partir de 2021 com a transformação digital completa os serviços de urbanismo, é possível disponibilizar *online*, fazendo a programação de aplicação, estatísticas sobre o licenciamento urbanístico e disponibilizar *online* uma plataforma sobre todos aqueles processos que o Vereador do Urbanismo decide, mas que não são sindicados por ninguém, porque não vão a reunião de Câmara nem vão a lado nenhum. -----

----- E, portanto, o resumo dessa informação, os processos que estão em apreciação, bem como, as plantas, digamos, dos alçados, a parte exterior do edifício, cobertura e implantação deve estar disponível ao público para que os moradores cidadãos, aliás, tivemos hoje aqui petições de pessoas que falavam e nas próprias juntas de freguesia que dizem que estão surpreendidos, que ficam surpreendidos por isso. Portanto, deve

ser disponibilizada essa ferramenta com possibilidades de programação de alertas para quando numa freguesia surge um processo novo ou um processo com determinadas características, poder gerar um alerta para o cidadão ou para a junta de freguesia ou para o movimento cidadãos ou para quem for. -----

----- Essas possibilidades agora existem e não existiam em 2017. Portanto, eu creio que isso será um contributo muito importante para a transparência e para o acesso à informação, de maneira a que tirando elementos que já possam implicar com a segurança, privacidade, etc., que tenham que ser requeridos para ser expurgados dessa componente, existe outros níveis de informação que são de interesse geral e que podem estar disponíveis *online* sem ter que ser necessário fazer o requerimento para ter acesso e isso deve estar disponível para qualquer cidadão e às próprias entidades que fazem a controlo da tutela da legalidade da atividade do município, o que também pouparia o vereador de urbanismo bastante tempo nas respostas a essas mesmas entidades que pedem informação sobre processos que estão a ser investigados ou que existem reclamações. -----

----- Por fim, relativamente à participação pública. Parece-me e acabámos por fazer alguma reflexão sobre isso, no âmbito da 3ª Comissão de Urbanismo, que, para além dos projetos que estão previstos no RMUEL e na Lei para discussão pública, nós poderemos, temos aqui uns certos limites daquilo que a Lei habilita a Câmara a exigir, mas pode fazer mais para que a informação sobre.... -----

----- Por exemplo, que fizemos, por acordo com o proprietário no Quarteirão da Pastelaria Suíça, independentemente de uns gostarem mais ou menos da intervenção que lá foi, eu creio que foi exemplar do ponto de vista da transmissão da pedagogia sobre o património que estavam ali em causa, como é que ele ia ser transformado e a sua justificação. -----

----- Portanto, todos os sítios, independentemente de ser património classificado ou não, mas que são sítios sensíveis, ou que são edifícios que são significativos para a memória coletiva da cidade ou de um bairro, devem ter um cuidado especial, deve haver uma transmissão de informação no sítio de forma inteligível, infografia para que as pessoas percebam o que está em causa de forma transparente. -----

----- Por fim, uma última observação só para tranquilizar a Senhora Deputada do CDS que fez a última intervenção que, de facto, temos procurado, eu pessoalmente, mas creio que o Executivo na parte que tenho acompanhado, também, todos os meus colegas vereadores, quando nós vamos para processos de discussão pública, nós estamos mesmo ouvir. Estamos a ouvir, não desligamos o sentido crítico, mas estamos ouvir! não confundo o exercício de ouvir e compreender o outro com um exercício de corresponder direta e imediatamente o interesse do outro. -----

----- Porque nós temos uma responsabilidade acrescida, não é só contentar quem reclama, é compreender as razões de quem reclama, fazer essa comparação, mas nós estamos a governar a cidade e a governação da cidade tem que ter em conta os direto e imediatamente visados pela nossa decisão, sejam eles os requerentes da decisão, ou sejam os afetados indiretamente da decisão, mas também há a cidade no seu todo e a Área Metropolitana de Lisboa e nós temos que fazer uma ponderação sensata,

prudente e transparente dos fatores que têm presença e decidir, propor uma decisão e ouvir não é decidir conforme o que as pessoas reclamam, mas é ouvir de espírito aberto e com sentido crítico. -----

----- Eu creio que não todos, mas, creio que muitos dos senhores de deputados são testemunhas que temos feito isso, embora nas contendas e ainda agora mais que estamos num período pré-eleitoral, possa haver uma certa tentação simplificação disso, mas tem os seus limites, porque a factualidade não acompanha e, portanto, queria reforçar esta perspetiva que sempre procuramos ter e eu em concreto também. --

----- E, por isso, Senhores Deputados dizer que haverá mais vida, há mais mandato e haverá necessidade de rever o RMUEL, não só uma vez, várias vezes, portanto, há agora esta, vamos resolver estes problemas e com esse ânimo todos senhores deputados que cá estiverem ficam aqui com várias linhas de sugestões, não só para a revisão do RMUEL, mas também para o futuro da Praça da Figueira com a qualidade das intervenções que antecederam, nos pontos anteriores. -----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 006/DMIND Rui Costa/2021**. Votos contra do PS, PCP, PEV, abstenções do PAN, Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, votos a favor do PSD, CDS-PP, BE, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Daniela Serralha, Joana Alegre, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta 006/DMIND Rui Costa/2021**, foi **rejeitada**. -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 1 da Proposta 470/CM/2021**. Votos contra do PCP, PEV, abstenções do BE, PAN, PPM, Deputados Municipais Independentes: Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves e Rui Costa, votos a favor PS, PSD, CDS-PP, MPT, Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Daniela Serralha, Joana Alegre, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho e Teresa Craveiro. O **Ponto 1 da Proposta 470/CM/2021**, foi aprovado por **maioria**. -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 2 da Proposta 470/CM/2021**. Não há votos contra, abstenções do PAN, PEV, PPM, Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Daniela Serralha, Joana Alegre, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 2 da Proposta 470/CM/2021**, foi aprovado por **maioria**. -----

----- (Ausência do Deputado Municipal Independente **Miguel Graça** nestas votações) -

----- **Com a necessária correção dos erros materiais abaixo transcritos:** -----

----- **Na proposta:** -----

----- **Considerando 1:**-----

----- **Onde consta:** (...) “ *Deliberação n.º 107/AM/2008,* ”(…);-----

----- **Deve constar:** (...) “ *Deliberação n.º 107/AML/2008,* ”(…).-----

----- **No considerando 3:** -----

----- **Onde consta:** (...) “ *pela retificação n.º 46-A/2014,* ”(…);-----

----- **Deve constar:** (...) “ *pela Declaração de Retificação n.º 46-A/2014,* ”(…). -----



----- **No considerando 4:**-----

----- **Onde consta:** (...) “ no Boletim Municipal n.º 1079, de 23 de outubro de 2014, ”(...);-----

----- **Deve constar:** (...) “ no 2º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1079, de 23 de outubro de 2014 e no 4º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1116, de 9 de julho de 2015 e no ”(...).-----

----- **No considerando 8:**-----

----- **Onde consta:** (...) “de 7 de dezembro de 2016, a Câmara ”(...);-----

----- **Deve constar:** (...) “de 7 de dezembro, a Câmara ”(...).-----

----- **No ponto 2 da parte deliberativa:**-----

----- **Onde consta:** (...) “nomeadamente em sobre ”(...);-----

----- **Deve constar:** (...) “nomeadamente sobre ”(...).-----

----- **No Anexo I - Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa:**-----

----- **1º parágrafo da Nota Justificativa:**-----

----- **Onde consta:** (...) “ Deliberação n.º 107/AM/2008, ”(...);-----

----- **Deve constar:** (...) “ Deliberação n.º 107/AML/2008, ”(...).-----

----- **No parágrafo que antecede o Artigo 1.º:**-----

----- **Onde consta:** (...) “ 49.º, 51.º. “(...)” 121.º do Regulamento ”(...);-----

----- **Deve constar:** (...) “ 49.º, 50.º, 51.º. “(...) ” 121.º e 121.º -A do Regulamento ”(...).-----

----- **No artigo 118 - C, entre os pontos 4 e 6:**-----

----- **Deve constar:** (...) “ 5. (...) ”(...).-----

----- **No ponto 6 do artigo 118 - C:**-----

----- **Onde consta:** (...) “ r ”(...);-----

----- **Deve constar:** (...) “ q ”(...).-----

----- **Devendo as restantes alíneas ser renumeradas.**-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação 158/08 (3ªCP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor PS, PSD, BE, CDS-PP, PCP PEV, PAN, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Daniela Serralha, Joana Alegre, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo de Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação 158/08 (3ªCP)**, foi aprovada por **unanimidade**.-----

----- (Ausência do Deputado Municipal Independente **Miguel Graça** nestas votações)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “O Senhor Deputado Miguel Santos, queria fazer uma Declaração de Voto Oral, faça favor, antes de passarmos ao Ponto 9.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção Declaração de Voto Oral:-----

----- “É só para referir que o sentido da nossa abstenção tem a ver apenas com os prazos para esta revisão, que consideramos manifestamente insuficientes para uma discussão aprofundada do tema.-----

---- De outra forma, até pelo andar daquilo que foi dito votaríamos a favor, mas, consideramos que não é de todo aceitável que se apresente uma proposta praticamente na última semana do mandato. -----

----- Obrigado!" -----

----- **O Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes”, apresentou a seguinte Declaração de Voto Escrita:**-----

----- ***“Declaração de voto sobre a Recomendação nº 158/05 da 8ª CPTMS, relativa à Petição nº 17/2020 “Alteração de estacionamento exclusivo a moradores na zona comercial de Alvalade para estacionamento partilhado no horário das 9h00 às 19h00”***-----

----- *Na 158ª reunião plenária da Assembleia Municipal de Lisboa, realizada no dia 27 de Julho de 2021, o Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes votou Contra no Ponto 1 da Recomendação nº 158/05, aquando da apreciação da Petição nº 17/2020 “Alteração de estacionamento exclusivo a moradores na zona comercial de Alvalade para estacionamento partilhado no horário das 9h00 às 19h00”, pretendendo ressaltar os seguintes aspectos:*-----

----- *- Os Verdes entendem que a mobilidade urbana é um factor fundamental para o desenvolvimento e qualidade de vida da cidade, considerando que a EMEL deve ser um verdadeiro instrumento ao serviço da gestão da mobilidade e do estacionamento em Lisboa, a qual, aliada à promoção dos modos suaves de mobilidade e ao incentivo ao transporte público, será assim um importante instrumento que não pode ser descurado.*-----

----- *- Importa por isso, com a maior celeridade, que seja elaborado um Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável para o concelho de Lisboa, na sequência da aprovação por unanimidade de uma Recomendação apresentada pelo GM-PEV em 26/01/2021, uma vez que o Plano de Mobilidade de Lisboa, aprovado em 2003/2004, já se encontra desajustado face às actuais necessidades dos cidadãos e às dinâmicas demográficas e socio-económicas da cidade.*-----

----- *- Neste contexto, Os Verdes defendem que o Município não pode continuar a ter uma empresa de gestão de estacionamento da cidade de Lisboa cuja única preocupação seja tarifar o mais possível o espaço público e fiscalizar incumprimentos. Ampliar essa fiscalização ao período nocturno significaria penalizar ainda mais os munícipes, em benefício do orçamento da EMEL. Daí o voto contra do GM-PEV no Ponto 1 da referida Recomendação nº 158/05.*-----

----- *- Em alternativa, há que investir numa verdadeira política de mobilidade na cidade de Lisboa, com a construção de silos em edifícios devolutos e parques complementares e dissuasores na periferia da capital, em articulação com as interfaces dos transportes públicos, sendo que estas seriam também medidas efectivas para reduzir a entrada pendular de viaturas na cidade e contribuir para mitigar a falta de estacionamento no interior da cidade.*-----

----- Assembleia Municipal de Lisboa, 27 de Julho de 2021 -----

----- O Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes -----

----- Cláudia Madeira -----

----- *J. L. Sobreda Antunes*”-----

----- **9. APRECIACÃO DA PROPOSTA 462/CM/2021 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MUNICIPAL DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 18.º DO DECRETO-LEI N.º 13/2017, DE 26 DE JANEIRO, E NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO EM VIGOR; GRELHA G (1 X GRELHA B – 1 HORA);**-----

----- (A **Proposta 462/CM/2021** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXV** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 8ª Comissões Permanentes**, fica anexado a esta Ata, como **Anexo XXVI** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Vamos passar à Proposta 462/CM/2021 - Alteração ao Regulamento de Funcionamento e Organização da Polícia Municipal de Lisboa. -----

----- Não sei se a Câmara quer apresentar? Prescinda! -----

----- O Senhor Relator quer apresentar? Prescinda!” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Não tenho inscrições, Senhor Presidente!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 462/CM/2021**. Votos contra do PSD, BE, abstenção do PAN, votos a favor PS, CDS-PP, PCP, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Daniela Serralha, Joana Alegre, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta 462/CM/2021**, foi aprovada por **maioria**. ---

----- (Ausência do Deputado Municipal Independente **Miguel Graça** nestas votações)-----

----- **10. APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, CONDICIONADA À PRÉVIA APROVAÇÃO PELA CÂMARA;**-----

**GRELHA BASE — 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS:**-----

----- **10.1. APRECIACÃO DO PONTO 7 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 538/CM/2021 - PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA OS ANOS DE 2022 A 2025, NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO PARA A “AQUISIÇÃO, POR LOTES, DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO (GNC) PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL”, E PARA QUE, SEM ULTRAPASSAR O MONTANTE GLOBAL INDICADO NEM O ANO DO TERMO DO CONTRATO, SE POSSAM FAZER AJUSTAMENTOS AOS VALORES ANUAIS PREVISTOS EM FUNÇÃO DOS CONSUMOS**

**EFFECTUADOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO E NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDACÇÃO EM VIGOR;** -----

----- (A Proposta 538/CM/2021 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXVII e dela faz parte integrante).-----

----- **10.2. APRECIACÃO DO PONTO 6 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 540/CM/2021 - PRÉVIA AUTORIZACÃO DE REPARTICÃO DOS ENCARGOS E EMISSÃO DE AUTORIZACÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA OS ANOS DE 2022, 2023 E 2024, NO ÂMBITO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA “AQUISICÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL AUTOMÓVEL PARA A FROTA MUNICIPAL” E AUTORIZACÃO PARA QUE, SEM ULTRAPASSAR O MONTANTE GLOBAL INDICADO NEM O ANO DO TERMO DO CONTRATO, SE POSSAM FAZER AJUSTAMENTOS AOS VALORES ANUAIS EM FUNÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, E NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDACÇÃO EM VIGOR;** -----

----- (A Proposta 540/CM/2021 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXVIII e dela faz parte integrante).-----

----- **10.3. APRECIACÃO DA PROPOSTA 541/CM/2021 - AUTORIZACÃO PARA A REPARTICÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS E EMISSÃO DE AUTORIZACÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA OS ANOS DE 2022 A 2025, NO ÂMBITO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA “AQUISICÃO DE PEÇAS DE DESGASTE E MANUTENÇÃO PARA VIATURAS PESADAS DA FROTA MUNICIPAL”, AUTORIZANDO AINDA QUE, SEM ULTRAPASSAR O MONTANTE GLOBAL INDICADO NEM O ANO DO TERMO DO CONTRATO SE POSSAM FAZER AJUSTAMENTOS AOS VALORES ANUAIS PREVISTOS EM FUNÇÃO DO VALOR DA AJUDICACÃO E DA EXECUCÃO CONTRATUAL EFETIVAMENTE VERIFICADA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, E NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDACÇÃO EM VIGOR;** -----

----- (A Proposta 541/CM/2021 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXIX e dela faz parte integrante).-----

----- **10.4. APRECIACÃO DO PONTO 1 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 543/CM/2021 - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, INCLUINDO A AUTORIZACÃO DA SUA FLEXIBILIDADE**

**ENTRE ANOS, REFERENTE A CIRCUITOS ESPECIAIS DE TRANSPORTES, PARA O ANO LETIVO 2021/2022, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL.** -----

----- (A **Proposta 543/CM/2021** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXX** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Agora vamos fazer uma discussão conjunta do ponto 7 da parte deliberativa da Proposta 538/CM/2021, o ponto 6 da parte deliberativa da Proposta 540/CM/2021, a Proposta 541/CM/2021 que tem os erros materiais que foram comunicados e o ponto 1 da parte deliberativa da Proposta 543/CM/2021.-----

----- Não há inscrições vou passar à votação delas uma a uma.” -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 538/CM/2021**. Não há votos contra, abstenções do PSD, PAN, PPM, Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor do PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV, MPT, Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Daniela Serralha, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta 538/CM/2021**, foi aprovada por **maioria**. -----

----- **Com a necessária correção dos erros materiais abaixo transcritos:** -----

----- **No considerando 22:** -----

----- **Onde consta:** (...) “ do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, ” (...); -----

----- **Deve constar:** (...) “ do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, ” (...). -----

----- **No parágrafo introdutório da parte deliberativa e no ponto 7 da parte deliberativa:** -----

----- **Onde consta:** (...) “ ambos da Lei n.º 75/2013, “ (...); **Deve constar:** (...) “ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, ” (...). -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 540/CM/2021**. Não há votos contra, abstenções do PSD, PAN, PPM, Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor do PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV, MPT, Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Daniela Serralha, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta 540/CM/2021**, foi aprovada por **maioria**. -----

----- **Com a necessária correção dos erros materiais abaixo transcritos:** -----

----- **No corpo introdutório da parte deliberativa:** -----

----- **Onde consta:** (...) “ ambos da Lei n.º 75/2013 ” (...); -----

----- **Deve constar:** (...) “ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013 ” (...). -----

----- **No último parágrafo da proposta:** -----

----- (...) “ cabimentada na rubrica orçamental rubrica orçamental 02.02.12 ” (...);-----

----- **Deve constar:** (...) “cabimentada na rubrica orçamental 02.02.12 ” (...). -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 541/CM/2021**. Não há votos contra, abstenção do PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PPM, Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, Deputados(as)

Municipais Independentes: Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta 541/CM/2021**, foi aprovada por **maioria**.-----  
----- (Ausência da Deputada Municipal Independente **Daniela Serralha** nesta votação) -----  
----- **Com a necessária correção dos erros materiais abaixo transcritos:** -----  
----- **No corpo introdutório da parte deliberativa:** -----  
----- **Onde consta:** (...) “ *ambos da lei n.º 75/2013,* ” (...); -----  
----- **Deve constar:** (...) “ *ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013,* ” (...). -----  
----- **Na parte deliberativa:** -----  
----- **Onde consta:** (...) “ *do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 “ (...)” 615.000,00 € (seiscentos e quinze mil)* ” (...); -----  
----- **Deve constar:** (...) “ *do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013” (...)“ 615.000,00 € (seiscentos e quinze mil euros)* ” (...).-----  
----- Vamos passar à votação da **Proposta 543/CM/2021**. Não há votos contra, abstenção do PSD, PAN, Deputado Municipal Independente, votos a favor do PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta 543/CM/2021**, foi aprovada por **maioria**.-----  
----- (Ausência da Deputada Municipal Independente **Daniela Serralha** nesta votação) -----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --  
----- “Portanto, prosseguimos na próxima quinta-feira senhores deputados, chegámos ao fim desta ordem de trabalhos...”-----  
----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (IN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Senhor Presidente, só requer o uso da palavra na próxima quinta-feira dos cinco minutos regimentais e fazendo este requerimento oralmente, podem-se prevenir os que quiserem usar um lenço branco, porque, de facto, não serei recandidato.-----  
----- Obrigado!”-----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Obrigado, portanto, é preciso trazerem um lenço branco, especialmente para a despedida.-----  
----- Está encerrada a Sessão. -----  
----- Muito obrigado!”-----  
----- A sessão terminou, eram dezanove horas e quinze minutos. -----  
----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017.-----  
----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos

do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da então Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----

-----O PRESIDENTE -----